

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DOS ESTADOS BRASILEIROS, NO
PERÍODO 1950-1999: O PAPEL DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS ESTADUAIS**

**Eliane Aparecida Pereira de Abreu
(Doutoranda)**

**Profº Dr. João Policarpo R. Lima
(Orientador)**

janeiro/2003

Abreu, Eliane Aparecida Pereira de

Uma análise das desigualdades dos estados brasileiros no período 1950-1999 : o papel dos gastos governamentais estaduais / Eliane Aparecida Pereira de Abreu. – Recife : O Autor, 2003.

xi, 164 folhas : il., tab., fig., gráf.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2003.

Inclui bibliografia.

1. Economia – Gastos públicos. 2. Crescimento econômico – Modelos – Efeitos dos gastos públicos . 3. Evolução da economia brasileira – Anos 50 e 90 – Políticas macroeconômicas e políticas regionais. 4. Desembolsos estaduais em consumo e investimento – Impactos na renda estadual. I. Título.

**338.2(81)
338.9**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-192**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DOS ESTADOS BRASILEIROS, NO
PERÍODO 1950-1999: O PAPEL DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS ESTADUAIS**

Banca Examinadora:

JOÃO POLICARPO RODRIGUES LIMA
(Orientador)

JOSÉ LAMARTINE TÁVORA JÚNIOR
(Examinador Interno)

OLÍMPIO JOSÉ DE ARROXELAS GALVÃO
(Examinador Interno)

ÉRICO DE ALBUQUERQUE MIRANDA
(Examinador Externo)

JAIR DO AMARAL FILHO
(Examinador Externo)

três.

Prof. João Policarpo

Prof. José Lamartine

Prof. Olímpio Galvão

Prof. Jair do Amaral

Prof. Érico Miranda

Eliane Abreu

Patricia Alves

João Policarpo

José Lamartine

Olímpio Galvão

Filho

Érico Miranda

Eliane Abreu

Patricia Alves

**A minha mãe
(in memorian)**

**“A vida guarda a sabedoria do
equilíbrio e nada acontece sem
uma razão justa”**

Zíbia Gasparetto

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, ao Grande *PAI* e a Grande *MÃE*, pela vida e por se fazerem presentes não apenas no mundo que nos cerca, mas também através das pessoas que colocam na nossa caminhada, algumas das quais são imprescindíveis para a conclusão de etapas.

Ao meu orientador, João Policarpo R. Lima, pelas orientações, pela paciência e tranquilidade; sem as quais o estudo, provavelmente, não sairia do projeto. Aproveito o momento para pedir desculpas pelo fato do trabalho não ter sido concluído da forma que poderia em decorrência de limite de tempo, e desenvolvimento de outras atividades profissionais.

Aos familiares: Mãe, Irmãos(ãs), Sobrinhos(as) pelo apoio e vibração nas conquistas mesmo à distância. Em especial, a minha Mãe e minha irmã Maria Do Carmo pelas orações e por ter compartilhado a ansiedade sentida ao longo da realização da pesquisa.

Aos amigos(as) construídos ao longo do curso e da vida: Cláudia, Marisan, Patrícia, Ana Paula, Nascimento, Fátima, Sheila. Os quais estiveram presentes lendo o material, apoiando, cobrando a sua conclusão.

Agradecimento especial a Manu e Elisa pelas cobranças, apoio moral e logístico, tenham certeza que a conclusão deste estudo tem muito do esforço de vocês. Em alguns momentos as dificuldades, pertinentes ao trabalho, pareciam ser muito mais de vocês do que da própria autora, não há como agradecer as lágrimas e a oferta do cachorro.

A um outro amigo que se tornou um irmão na família que construímos ao longo da vida, José Maria, mesmo à distância ele se faz sempre presente tanto nos momentos felizes como naqueles mais difíceis.

A Tânia Maia, pessoa que foi influente na minha escolha pela vida acadêmica .

RESUMO

A evolução das desigualdades entre as economias estaduais na economia brasileira entre 1950/1999 apresenta dois períodos distintos: aquele que transcorre até a década de 90 e a fase subsequente.

No primeiro, verifica-se consenso entre os estudiosos de que ocorreu uma redução das diferenças entre os níveis e ritmo de crescimento entre os estados brasileiros. Como fatores propulsores desse processo tem-se o Governo Federal, através de investimentos diretos ou via criação de mecanismos que estimulassem os investimentos naquelas regiões e estados que não atrairiam a iniciativa privada pela estrutura então existente.

A partir da década de 90, com a crise fiscal do Governo Federal, a demanda por mão-de-obra mais qualificada pelo paradigma tecnológico vigente e a criação do MERCOSUL, que proporciona maiores benefícios para os estados localizados nas regiões Sul e Sudeste, tem suscitado questionamentos sobre a possibilidade de reconcentração de renda nas economias estaduais.

Entretanto, em que pese as atuações do Governo Federal, torna-se necessário analisar os resultados obtidos em função de alocações orçamentárias diferenciadas dos demais níveis de governo, entre os estados brasileiros. Nesse contexto, esse estudo pretende analisar o papel desempenhado pelas alocações orçamentárias no âmbito estadual na evolução apresentada pelas economias estaduais até o momento atual.

ABSTRAT

The development of the inequalities among the state economies in the Brazilian economy between 1950/1999 presents two different periods: the one that comes until the nineties and the following phase.

In the first one, there is a sense among the studios that a reduction of the differences between the levels and the rhythm of growing among the States of Brazil happened. As pushing factors of this process there is the Federal Government through direct investments or by creation of mechanisms, that would stimulate the investments in those regions and states that wouldn't attract the private initiative by the so existent structure.

Since the nineties, with the fiscal crises of the Federal Government, the demand for labor hand more qualified by the existing technologic standard and the creation of MERCOSUL, that provides more benefits to States laying in South and Southeast Regions, have questioned about the possibility of income reconcentration in the state economies.

Nevertheless, with the actions of the Federal Government, an analysis of the obtained results in face of different budgetary allocations, from the other levels of Government, among the Brazilian States, becomes necessary. In this context, this survey intends to analyze the performance of the budgetary allocations in the State in the evolution presented by the state economies incomes until the present moment.

SUMÁRIO

<u>RESUMO</u>	<u>VIII</u>
<u>ABSTRAT</u>	<u>VIII</u>
<u>ÍNDICE DE TABELAS</u>	<u>XI</u>
<u>ÍNDICE DE FIGURAS</u>	<u>XII</u>
<u>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</u>	<u>1</u>
<u>CAPÍTULO 1:UMA RESENHA DA EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM NEOCLÁSSICA SOBRE CRESCIMENTO</u>	<u>8</u>
1.1 INTRODUÇÃO	8
1.2 - MODELO DE SOLOW-SWAN	9
1.3 - GOVERNO E CRESCIMENTO	17
1.4 CRÍTICAS À ABORDAGEM NEOCLÁSSICA	25
1.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
<u>CAPÍTULO 2:EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1950- 1990</u>	<u>28</u>
2.1 INTRODUÇÃO	28
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA	28
2.2.1 PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES - 1930/1960	29
2.2.2 DA CRISE AO MILAGRE - 1960/1973	37
2.2.4 O CRESCIMENTO FORÇADO A PARTIR DE 1974	44
2.2.5 A PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80	46
2.2.6 O FINAL DA DÉCADA DE 80 E ANOS 90	48
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
<u>CAPITULO 3:ANÁLISE DAS POLÍTICAS REGIONAIS DE ÂMBITO FEDERAL E DA CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GOVERNOS ESTADUAIS - 1950/1999</u>	<u>55</u>
3.1 INTRODUÇÃO	55
3.2 POLÍTICAS DE CUNHO REGIONAL DO GOVERNO FEDERAL	56
3.3 CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DOS GOVERNOS ESTADUAIS	65
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

CAPÍTULO 4: DESIGUALDADES NAS RENDAS ESTADUAIS BRASILEIRAS

PARA O PERÍODO DE 1950/1997

73

4.1 INTRODUÇÃO	73
4.2 METODOLOGIA	74
4.2.1 BASE DE DADOS	74
4.2.3 MÉTODO	75
4.3 ANÁLISE	79
4.3.1 <i>A EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES ATÉ 1964</i>	80
4.3.1.1 Desigualdades nos Níveis de Renda	80
4.3.1.2 Desigualdades no Ritmo de Crescimento da Renda	87
4.3.2 <i>A EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES A PARTIR DE 1965</i>	90
4.3.2.1 Desigualdades nos Níveis de Renda	90
4.3.2.2 Desigualdades no Ritmo de Crescimento da Renda	96
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101

CAPÍTULO 5: DESIGUALDADES NOS DESEMBOLSOS ESTADUAIS EM

CONSUMO E INVESTIMENTO

102

5.1 INTRODUÇÃO	102
5.2 METODOLOGIA	102
5.2.1 BASE DE DADOS	102
5.2.2 MÉTODO	104
5.3 O ESTADO DAS ARTES	107
5.4 ANÁLISE	111
5.4.1 DESIGUALDADES NOS DESEMBOLSOS ESTADUAIS EM CONSUMO - 1950/1964	111
5.4.2 DESIGUALDADES NOS DESEMBOLSOS ESTADUAIS EM CONSUMO - 1965/1999	122
5.4.3 DESIGUALDADES NOS DESEMBOLSOS ESTADUAIS EM INVESTIMENTO - 1950/1964	132
5.4.4 DESIGUALDADES NOS DESEMBOLSOS ESTADUAIS EM INVESTIMENTO - 1965/1999	144
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155

CONCLUSÕES

1557

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

161

ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 3.1: Consolidação Geral das Ações Regionais do Governo Federal – 1995/1997 (Em R\$ milhões de dez/97)	63
Tabela 3.1: Participação % da Receita Total na Despesa Total dos Estados - 1982/2000 (média anual)	66
Tabela 3.2: Participação % da Receita Corrente na Receita Total dos Estados - 1982/2000 (média anual)	68
Tabela 3.3: Participação % da Receita Tributária na Receita Corrente dos Estados - 1982/2000 (média anual)	70
Tabela 3.4: Participação % das Operações de Crédito na Receita de Capital dos Estados - 1982/2000 (média anual)	71
Tabela 5.1: Brasil e Regiões – Participação % dos Gastos em Consumo na Renda Regional – 50/64	112
Tabela 5.2 : Brasil e Estados: Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda – 1950/1964	116
Tabela 5.3: Brasil, Regiões e Estados: Elasticidade da Renda em Relação aos Gastos dos Governos Estaduais em Consumo – 1950/1965	117
Tabela 5.4: Regiões - Taxas de Crescimento do Consumo Estadual e da Renda - 1950/1964	119
Tabela 5.5 : Brasil e Regiões - Participação % dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda Regional – 1965/1999	124
Tabela 5.6 : Brasil, Regiões e Estados: Participação dos Gastos em Consumo dos Governos Estaduais na Renda - 65/99	126
Tabela 5.7: Brasil, Regiões e Estados: Elasticidade da Renda em Relação aos Gastos Estaduais em Consumo - 1965/1999	128
Tabela 5.8: Regiões - Taxas de Crescimento dos Gastos em Consumo Estaduais e da Renda 1965/1999	130
Tabela 5.9- Brasil e Regiões: Participação Percentual do Investimento Estadual na Renda Regional - 1950/65	133
Tabela 5.10: Participação dos Investimentos Estaduais na renda dos Estados - 1950/1964	137
Tabela 5.11: Brasil, Regiões e Estados: Elasticidade da Renda em Relação ao Investimento Estadual - 1950/1965	138
Tabela 5.12: Brasil e Regiões - Taxas de Crescimento dos Investimentos Estaduais..... e Da Renda - 1950/1964	141
Tabela 5.13: Brasil e Regiões: Participação dos Desembolsos Estaduais em Investimento na Renda Regional - 1965/1999	145
Tabela 5.14: Brasil e Estados: Participação dos Investimentos dos Estaduais na Renda - 1965/1999	152
Tabela 5.15: Brasil, Regiões e Estados: Elasticidade da Renda em Relação aos Gastos Estaduais em Investimento - 1965/1999	153

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 4.1: Participação Percentual das Rendas Regionais na Renda do Brasil - 1950/1965	81
Gráfico 4.2: Variância da Renda Regional – 1950/1965	81
Gráfico 4.3: Coeficiente de Variação das Rendas Regionais - 1950/1965	81
Gráfico 4.4: Variância da Renda Regional Per Capita – 1950/1965	82
Gráfico 4.5: Coeficiente de Variação das Rendas Regionais Per Capita - 1950/1965	82
Gráfico 4.6: Variância das Rendas Estaduais – 1950/1965	85
Gráfico 4.7: Coeficiente de Variação das Rendas Estaduais - 1950/1965	85
Gráfico 4.8: Variância da Rendas Estaduais Per Capita – 1950/1965	85
Gráfico 4.9: Coeficiente de Variação das Rendas Estaduais Per Capita- 1950/1965	85
Gráfico 4.10: Índice de Theil das Rendas Estaduais - 1950/1965	86
Gráfico 4.11: Taxa de Crescimento da Renda do Brasil versus Desigualdade – 1950/1965	88
Gráfico 4.12 : Participação das Rendas Regionais na Renda Brasileira - 1965/1999	90
Gráfico 4.13: Variância das Rendas Regionais – 1965/1999	91
Gráfico 4.14: Coeficiente de Variação das Rendas Regionais- 1965/1999	91
Gráfico 4.15: Variância da Renda Regional Per Capita – 1965/1999	91
Gráfico 4.16: Coeficiente de Variação da Renda Regional Per Capita – 1965/1999	91
Gráfico 4.17: Variância das Rendas Estaduais – 1965/1999	93
Gráfico 4.18: Coeficiente de Variação das Rendas Estaduais - 1965/1999	93
Gráfico 4.19: Variância da Rendas Estaduais Per Capita – 1965/1999	94
Gráfico 4.20: Coeficiente de Variação das Rendas Estaduais Per Capita- 1965/1999	94
Gráfico 4.21: Índice de Theil das Rendas Estaduais - 65/99	95
Gráfico 4.22: Taxa de Crescimento versus Índice de Theil - 1965/1997	97
Gráfico 5.1: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Consumo nas Rendas Regionais - 1950/1964	111
Gráfico 5.2: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação dos Gastos em Consumo nas Rendas Regionais - 1950/1964	111
Gráfico 5.3 : Coeficiente de Correlação dos Gastos Estaduais em Consumo com a Renda Regional - 1950/1964	114
Gráfico 5.4: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda dos Estados - 1950/1964	114
Gráfico 5.5: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação do Consumo na Renda dos Estados - 1950/1964	114
5.6: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda Regional - 1965/1999	123
5.7: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação dos Gastos em Consumo na Renda Regional - 1965/1999	123
Gráfico 5.8: Coeficiente de Correlação entre os Gastos Estaduais em Consumo e a Renda Regional - 65/99	124
Gráfico 5.9: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda dos Estados - 65/99	125
Gráfico 5.10: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda dos Estados - 65/99	125

Gráfico 5.11: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda Regional - 1950/1964	132
Gráfico 5.12: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação dos Gastos em Investimento Estaduais na Renda Regional - 1950/1964	132
Gráfico 5.13: Coeficiente de Correlação dos Investimentos Estaduais com a Renda Regional - 1950/1965	135
Gráfico 5.14: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Investimento na Renda dos Estados - 1950/1965	135
Gráfico 5.15: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Investimento na Renda Estadual - 1950/1964	135
Gráfico 5.16: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos em Investimento na Renda Regional - 1965/1999	144
Gráfico 5.17: Coeficiente de Variação do Logaritmo de Participação dos Investimentos Estaduais nas Rendas Regionais - 1965/1999	144
Gráfico 5.18: Coeficiente de Correlação entre os Gastos em Investimento Estadual e a Renda Regional - 1965/1999	148
Gráfico 5.19: Variância do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Investimento na Renda dos Estados - 1965/1999	149
Gráfico 5.20: Coeficiente de Variação do Logaritmo da Participação dos Gastos Estaduais em Investimento na Renda dos Estados - 1965/1999	149

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Ao longo da década de 1980, ressurgem em nível internacional, as discussões sobre crescimento econômico dentro do paradigma Neoclássico¹. Como fatores propulsores desses estudos tem-se a evolução teórica, consubstanciada na Nova Teoria do Crescimento² e a montagem da base de dados de Summers-Heston (1991)³.

A identificação de outras variáveis, além daquelas destacadas no Modelo de Solow, como relevantes para explicar o processo de crescimento econômico e a disponibilidade de dados propiciou uma gama expressiva de estudos, objetivando a verificação empírica dos fatores determinantes do ritmo de crescimento das economias e da existência de redução das desigualdades regionais ao longo do tempo. Como exemplos de tais estudos podem ser citados: SALA-I-MARTIN (1996), analisando a Europa Ocidental e a economia Japonesa; BARRO (1997), utilizando uma amostra de 110 países; LEVINE E RENELT (1982), verificando os fatores determinantes do crescimento econômico para um conjunto de países; BARRO (1991), analisando a relevância dos gastos governamentais no processo de crescimento de 98 países.

Ao longo da década de 1990, a intensificação dos estudos sobre crescimento econômico em nível internacional proporciona um aumento dos trabalhos que analisam as desigualdades e os determinantes do processo de crescimento econômico regional brasileiro. Como exemplos de tais estudos podem ser colocados: CANO (1997), GUIMARÃES NETO (1995), AZZONI (1994, 1996), FERREIRA E DINIZ (1995), FERREIRA (1995), AGUIRE (1998), PORTO JÚNIOR (1999).

Nesses trabalhos, mesmo utilizando metodologias diferentes e intervalos de tempo distintos, os autores são unânimes na conclusão de que até o início da década de 90 observou-se um processo de redução das desigualdades de renda entre as economias regionais brasileiras. Ao mesmo tempo, destacam que as ações do Governo Federal—em termos de

¹ Esse paradigma considera as forças de oferta como fatores propulsores do ritmo de crescimento de uma determinada região.

² Os Modelos integrantes desse grupo introduzem no Modelo de Solow-Swan, o qual constitui ponto de referência dentro do arcabouço teórico Neoclássico, a geração de tecnologia e do estoque de capital humano como variáveis determinadas endogenamente pelas economias.

³ A referência a essa base de dados foi colocada em AZZONI (1994)

investimento em infra-estrutura, incentivos fiscais, investimentos diretos através das estatais— foram fundamentais para o comportamento declinante das desigualdades regionais entre a década de 1950 e o início da década de 1990.

A relevância do Estado no crescimento das economias regionais no Brasil fica mais evidente quando se observa a evolução histórica dessas economias. Na análise da dinâmica das economias estaduais brasileiras constata-se a existência de dois períodos distintos: o primeiro constitui a evolução apresentada até a década de 1930, no qual a economia nacional era primária exportadora, e o segundo constitui a fase posterior a 1930, na qual a economia nacional intensifica o processo de substituição de importações.

Até o final da década de 1930, o modelo de desenvolvimento que caracterizava a economia brasileira era o primário exportador. Nesse período, a dinâmica da economia estava fortemente associada ao crescimento das exportações de uns poucos produtos de maior demanda no mercado internacional, como o algodão, o açúcar, o café e a borracha⁴. Assim, a aceleração nas taxas de crescimento do produto agregado dependia da expansão da demanda internacional por esses produtos, e o desaquecimento nessa demanda refletia-se, imediatamente, no ritmo de crescimento da economia como um todo.

Ao longo desse período tem-se que, em termos regionais, a localidade apta a produzir aquele produto demandado pelo mercado internacional concentrava de forma mais intensa as atividades econômicas. Alterações no produto exportável, que provocassem mudança da região com características geográficas mais adequadas à sua produção, geravam deslocamento da atividade produtiva da antiga região para aquela que então apresentava as melhores condições.

A concentração da atividade econômica em uma região específica, até a década de 1930 fica bem clara na seguinte frase: ***“O Nordeste graças à cana-de-açúcar foi a região que mais acumulou capital nos séculos XVI e XVII, esta primazia coube no século XVIII, à mineração em Minas Gerais(...), a partir do século XIX foi a vez do café no Rio de Janeiro, sobretudo, São Paulo.”(Brasil-Congresso Nacional, 1993,pág. 15)***

A crise da cultura cafeeira na década de 30 deixa evidente que a economia brasileira

⁴ Vale destacar que os metais preciosos também constituíram um produto importante na explicação da dinâmica da economia brasileira. Entretanto, dado às características desse produto tem-se que a redução do papel do mesmo na dinâmica da economia brasileira encontra-se vinculado ao escasseamento do mesmo nas regiões produtoras brasileiras.

não conseguiria manter seu dinamismo baseado apenas na exportação de algumas *commodities*. Nesse momento, a política governamental de proteção ao preço internacional do café, a qual impediu uma queda mais expressiva na renda do setor mais dinâmico da economia; os efeitos da desvalorização cambial nos preços relativos dos produtos importados em comparação aos nacionais, e a política alfandegária criaram as precondições para um avanço mais expressivo da indústria nacional.

Após a II Guerra Mundial, acresce-se aos aspectos já citados a difusão da visão Cepalina na economia nacional, a qual defendia um maior fechamento das economias periféricas como mecanismo para que tais economias implantassem internamente os vários segmentos do setor industrial. Nesse momento, verifica-se uma mudança gradual no eixo dinâmico da economia nacional, onde o crescimento passou, paulatinamente, a associar-se à demanda interna.

A mudança do eixo dinâmico implica na expansão de atividades produtivas para atender à demanda interna. Dentre os resultados dessa mudança tem-se a intensificação das atividades industriais na economia nacional. O desenvolvimento da indústria nacional ocorre, principalmente na década de 50, com forte participação do Estado e de empresas internacionais. Sobre esse processo CARNEIRO (1992, pág 145) ressalta que:

“Durante a segunda metade dos anos 50, com a implantação da indústria pesada - bens de capital e consumo duráveis - um novo eixo de expansão apoiado na contínua diversificação da matriz industrial, assegura excepcional dinamismo à economia brasileira (...). As precondições para instalação da indústria pesada só iriam amadurecer em meados dos anos 50. No plano internacional um intenso processo de concorrência nas economias centrais dá ensejo a uma expansão das grandes empresas em direção à periferia capitalista. Internamente, o Estado assume um papel proeminente na implantação de segmentos relevantes da indústria pesada e no investimento maciço em infra-estrutura, o que o capacita a estabelecer simultaneamente, as bases de associação entre os interesses do capital interno e externo.”

Nesse momento de deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira, a Região Sudeste apresentava as melhores condições de infra-estrutura. Em função disso, observa-se uma concentração da atividade produtiva em larga escala nessa região, tendo como conseqüência dessa concentração a acentuação dos desníveis regionais. HADDAD (1996) ao discutir a evolução apresentada pelas economias regionais, no período que transcorre do pós-guerra até a década de 1970, destaca que se consolida no espaço nacional o parque industrial

mais moderno tecnologicamente e diversificado entre as nações do 3º Mundo da época, mas as diferenças entre estados e regiões variavam enormemente.

A acentuação dos desníveis regionais gerou pressões das forças políticas periféricas; tais pressões ocasionaram, no período que transcorre de meados dos anos 1950 até a metade da década de 1960, na criação e retomada de mecanismos que proporcionassem aceleração do ritmo de crescimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Dentre os órgãos e mecanismos adotados pelo Governo, objetivando acelerar o ritmo de crescimento nas Regiões referidas no parágrafo anterior, podem ser mencionados: concessão de incentivos fiscais e financeiros, montagem de infra-estrutura adequada às atividades industriais, bem como investimentos diretos estatais em atividades de exploração de recursos naturais, construção de Brasília, criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, e de instituições de financiamento como o Banco do Nordeste - BNB, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Ao se analisar a evolução da dinâmica das economias estaduais a partir da década de 1950, os estudos, no contexto do desenvolvimento regional, são consensuais ao constatarem a redução do nível de desigualdade de renda entre os estados brasileiros, pelo menos até os anos oitenta, como bem se verifica nos trabalhos de FERREIRA (1994, 1996), AZZONI (1994), FERREIRA E DINIZ (1994), FERREIRA (1996) e GUIMARÃES NETO (1996). Esses autores destacam que a alocação eficiente de recursos proporcionada pelo mercado e escudadas pelas políticas de desenvolvimento governamentais condicionou mudanças em indicadores analisados, tais como renda *per capita*, produto interno, valor da transformação industrial e nível de escolaridade. Assim, verifica-se um crescimento mais acelerado nos estados onde o nível de renda era inferior aos demais estados, pelo menos nos anos cinquenta.

Entre os fatores relevantes no crescimento das economias estaduais brasileiras, no período que transcorre entre as décadas de 1950 e 1990, destacam-se: política de desenvolvimento regional implementada pelo Governo Federal, com a criação e implantação de agências de desenvolvimento (SUDENE, CODEVASF, SUDAM, SUFRAMA), políticas de incentivos fiscais, adoção de tecnologias que contemplam o uso de mão-de-obra menos qualificada e as transferências intergovernamentais, entre outros.

A partir da década de 1990, o quadro de redução das desigualdades de renda perde seu ímpeto. Isso se deve, segundo HADDAD (1996), à crise fiscal do Estado que leva o governo a reduzir os investimentos do setor público nas áreas periféricas do país; tem-se também os efeitos trazidos pelo MERCOSUL, que desencadeou uma significativa reconcentração de capitais na região Centro-Sul do país. Além disso, no contexto de maior competitividade internacional, os processos produtivos encampados pela indústria de transformação requerem uma mão-de-obra relativamente qualificada, a qual encontra-se mais disponível no Centro-Sul do País.

Os fatores relacionados no parágrafo precedente implicam no fato de que o Estado no âmbito Federal não poderá manter as alocações mais acentuadas de recursos nas regiões periféricas, de forma a manter o ritmo de crescimento mais acelerado nessas localidades. Ao mesmo tempo, observa-se que as condições do mercado tornam a região Centro-Sul mais atrativa para os investimentos do setor privado, visto que nessa região tem-se uma mão-de-obra mais qualificada e tecnologia mais avançada, além do próprio nível de consumo que se apresenta relativamente maior.

Apesar das análises sobre as desigualdades na economia brasileira ressaltarem a redução dos desníveis regionais até a década de 1990 e de ser consenso entre os autores a relevância do Governo Federal, os estudos carecem de uma discussão do impacto das alocações orçamentárias dos demais níveis de Governo na evolução verificada entre as rendas estaduais da economia brasileira.

Considerando os desembolsos orçamentários no contexto estadual tem-se que, apesar de em tais níveis de Governo não ser possível efetuar a adoção de uma determinada política macroeconômica, tais governos afetam o comportamento de suas economias através da concessão de incentivos, da redução da arrecadação dos impostos de responsabilidade dos governos estaduais, fornecimento de infra-estrutura para o setor produtivo privado, e na decisão acerca de quais segmentos serão priorizados nas alocações orçamentárias. Esses incentivos podem dotar as economias dos estados de estoque de capital humano e infra-estrutura suficientemente adequada para permitir que o mesmo apresente um ritmo de crescimento mais acelerado na conjuntura econômica vigente a partir da década de 1990.

Assim, em função da lacuna no que se refere ao papel atribuído aos governos estaduais na evolução de suas economias ao longo do tempo, esse estudo se propõe a responder aos seguintes questionamentos:

- Os desembolsos estaduais foram relevantes para explicar o comportamento de suas economias até o início da década de 1990? Seriam tais alocações suficientes para manter um crescimento mais acelerado daqueles estados com níveis de renda menores, mesmo com a redução da participação do Governo Federal a partir da década de 1990?

Para responder aos questionamentos apresentados, constitui-se objetivo geral desse estudo analisar as desigualdades de renda e crescimento entre as economias estaduais brasileiras, no período 1950-1999; buscando identificar quais os determinantes dessa desigualdade em cada momento histórico. Assim, especificamente, pretende-se:

- a) Verificar a existência de convergência das rendas *per capita* entre os estados brasileiros, considerando o período 1950-1999;
- b) Analisar, para o mesmo período, a evolução das desigualdades nos níveis de renda estaduais;
- c) Analisar o papel dos gastos públicos estaduais, especialmente em consumo e investimento, na taxa de crescimento das rendas dos estados brasileiros;

Como forma de responder aos questionamentos apresentados e aos objetivos anteriormente explicitados decidiu-se pela divisão desse estudo nos seguintes capítulos:

Inicialmente essa introdução tem como objetivo delinear para o leitor, em linhas gerais, o estudo proposto nesse momento;

1º Capítulo: Levantamento da evolução das discussões ocorridas, no campo teórico, acerca do processo de crescimento regional;

2º Capítulo: Abordagem da evolução da economia brasileira no período de 1950-1999 com o objetivo de clarear os fatores econômicos, políticos e sociais que influenciaram o comportamento das economias regionais no transcorrer desse período;

3º Capítulo: Discussão, com mais especificidade, sobre as políticas federais de âmbito regional e o papel do Estado na economia, com ênfase na capacidade de financiamento dos Governos Estaduais ao longo do período em estudo;

4º Capítulo: Análise das desigualdades de renda. Nesse momento, será realizada síntese dos trabalhos já existentes sobre esse tema, a metodologia utilizada nesse estudo e as conclusões obtidas;

5º Capítulo: O mesmo procedimento explicitado no capítulo quatro será aplicado para analisar os gastos governamentais no âmbito estadual;

6º Capítulo: Nessa parte, proceder-se-á em uma discussão das principais conclusões obtidas ao longo das análises efetuadas nesse estudo.

CAPÍTULO 1: UMA RESENHA DA EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM NEOCLÁSSICA SOBRE CRESCIMENTO

1.1 Introdução

Os estudos sobre crescimento econômico apresentam três fases distintas: a primeira, transcorrida até a década de 1970, conta com correntes de visões bastantes distintas sobre os fatores propulsores do crescimento; a partir da década de 1970, verifica-se uma redução das análises sobre crescimento dentro da macroeconomia em prol de estudos sobre inflação. E, finalmente, a partir da década de 1980, observa-se a retomada das análises teóricas e empíricas sobre crescimento dentro da chamada “corrente principal” na literatura econômica.

Dentre as correntes predominantes até a década de 1970, duas podem ser ressaltadas como principais: a de inspiração neoclássica e a de inspiração keynesiana. Na primeira, tem-se que os fatores de oferta são identificados como os principais propulsores do crescimento econômico; por outro lado, na segunda, são as forças de demanda as responsáveis pelo ritmo de crescimento de uma determinada região.

Ao longo da década de 1980, a insatisfação com a capacidade da corrente neoclássica em explicar as desigualdades existentes entre as economias mundiais gerou uma gama significativa de estudos dentro desta linha de abordagem. Considerando o conjunto de estudos dentro dessa corrente, dois grupos podem ser identificados: no primeiro, destacam-se a endogeneização da tecnologia e o efeito da incorporação do estoque de capital humano em modelos de crescimento. No segundo, encontram-se autores que ressaltam a introdução dessas variáveis (capital humano e tecnologia endógena) na estrutura do modelo de Solow-Swan como fator que o torna apto para explicar as desigualdades verificadas entre países e estados de uma mesma região.

Essa retomada da discussão teórica acrescida a disponibilidade de dados empíricos proporcionou um volume expressivo de trabalhos com enfoque nas desigualdades entre países e entre regiões de um mesmo país. Dentre os aspectos abordados por esses estudos merecem

destaque: convergência da renda; evolução das desigualdades na renda e fatores determinantes do ritmo de crescimento.

Como esse estudo se propõe a verificar as desigualdades apresentadas entre os estados da economia brasileira entre 1950-1999 e constata-se dentro do arcabouço teórico neoclássico uma evolução nas discussões dos determinantes das desigualdades regionais, optar-se-á pela adoção do referido paradigma teórico.

Para apresentar as conclusões obtidas nesse paradigma teórico com relação às desigualdades no ritmo e níveis de crescimento regional, esse capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se o modelo de Solow-Swan, o qual constitui a referência dessa linha de pensamento; posteriormente, expande-se o referido modelo pela introdução de capital humano e dos gastos governamentais nesse ambiente econômico.

1.2 - Modelo de Solow-Swan

O Modelo de Solow-Swan considera uma economia com as seguintes características: fechada, os insumos utilizados no processo produtivo constituem a força de trabalho homogênea e o estoque de capital físico; a depreciação, tecnologia e crescimento populacional são variáveis determinadas exogenamente e crescem a taxas constantes.

Em uma economia com as características explicitadas anteriormente, o produto pode ser expresso da seguinte forma:

$$Y = F(K, AL) \quad (1.1)$$

Onde: K = estoque de capital, AL = a força de trabalho efetiva para um dado nível de tecnologia.

Considerando que a função de produção, expressa na equação (1.1), atenda às características de uma função de produção neoclássica⁵ tem-se que apenas o estoque de capital por trabalhador efetivo constitui fator determinante do processo de crescimento. Neste ambiente econômico, a variação do estoque de trabalho efetivo ao longo do tempo, ou seja, sua taxa de crescimento, pode ser expressa da seguinte forma:

$$\frac{\dot{K}}{K} = sf(\bar{k}) - \bar{k}(\delta + n + x) \quad (1.2)$$

⁵Essa classificação é efetuada por Barro e Sala-I-Martin (1995) ao se referirem a uma função de produção com produto marginal positivo mas decrescente e retornos constantes a escala.

A equação (1.2) evidencia que a variação no estoque de capital por trabalhador efetivo é explicada pelo valor alocado pela economia para investimento, $sf(\bar{k})$, deduzida da mesma a parcela referente à depreciação efetiva do estoque de capital.

A discussão sobre as desigualdades apresentadas por um conjunto de economias pode centrar-se nas diferenças apresentadas em um determinado período de tempo, ou seja, desigualdades nos níveis; bem como nas diferenças apresentadas no ritmo de crescimento, isto é, desigualdades nas taxas de crescimento.

A análise das desigualdades no ritmo de crescimento implica na verificação do padrão de comportamento apresentado pelas taxas de crescimento das variáveis econômicas. Quando, em um grupo de economias as regiões que possuem níveis mais elevados, da variável em estudo, no momento inicial também apresentam taxas de crescimento mais elevadas, diz-se que aquelas economias apresentam comportamento divergente. Sendo inversa a relação entre taxa de crescimento e níveis iniciais, diz-se que tais economias apresentam comportamento convergente.

Para verificar as desigualdades em termos de ritmo de crescimento proceder-se-á inicialmente na verificação da evolução apresentada por uma economia específica e, posteriormente, será analisado como as evoluções individuais das economias refletem nas desigualdades apresentadas por um conjunto de economias.

Como o produto em uma economia nos moldes neoclássico é determinado pelo estoque de capital por trabalhador efetivo, discutir-se-á o comportamento apresentado pela taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador efetivo e, posteriormente, inferir-se-á os efeitos nas taxas de crescimento do produto e do consumo.

A taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador efetivo pode ser obtida através da divisão da equação (1.2) por $\hat{k}$, o que proporciona o seguinte resultado:

$$\gamma_{\bar{k}} = \frac{\dot{\bar{k}}}{\bar{k}} = \frac{sf(\bar{k})}{\bar{k}} - (n + x + \delta) \quad (1.3)$$

A equação (1.3) evidencia que a taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador efetivo de uma economia específica é determinada pelos parâmetros definidos

exogenamente, ou seja, a taxa de poupança, crescimento populacional, tecnologia e taxa de depreciação.

O pressuposto de que a função de produção apresenta retornos marginais decrescentes garante que o valor da equação (1.3) prevalecente em cada economia individualmente será zero. Quando o montante canalizado para investimento, expresso no primeiro termo, superar a taxa de depreciação efetiva expressa no segundo termo, constata-se que estará ocorrendo ampliação do estoque de capital da economia. Entretanto, os retornos marginais decrescentes garantem que a cada ampliação haverá uma redução do produto médio em relação ao valor precedente, conseqüentemente, ter-se-á que o valor do investimento estará se aproximando daquele apresentado pela taxa de depreciação efetiva.

A discussão do parágrafo precedente demonstra que cada economia, isoladamente, tenderá para um nível de estoque de capital por trabalhador efetivo, no qual a taxa de crescimento do mesmo será nula. Como o produto medido em termos de quantidade de trabalhador efetivo neste modelo é explicado apenas pelo estoque de capital por trabalhador efetivo, tem-se que o mesmo também apresentará crescimento nulo; esse raciocínio também é válido para a taxa de crescimento do consumo medido em termos de quantidade de trabalhador efetivo.

Ao analisar as variáveis mensuradas em termos *per capita*, tem-se que estas são determinadas pelo resultado da multiplicação do nível tecnológico pelo produto medido em termos de quantidade de trabalhador efetivo. Portanto, a taxa de crescimento dessas variáveis será determinada pelo somatório da taxa de crescimento da tecnologia com a taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador efetivo, logo, como o crescimento do estoque de capital por trabalhador efetivo é nulo, tem-se que as variáveis em termos *per capita* estarão crescendo no mesmo ritmo do crescimento da tecnologia.

Considerando os indicadores econômicos em termos agregados, os mesmos sofrem influência daquelas variáveis que afetam as medidas em termos *per capita*, acrescido da taxa de crescimento da população. Portanto, a taxa de crescimento de Y , C e K será determinada pelo somatório do crescimento da população, com aquele apresentado pela tecnologia.

A discussão precedente evidencia que cada economia isoladamente apresentará uma taxa de crescimento nula no estoque de capital por trabalhador efetivo, conseqüentemente, ao comparar um grupo de economias, verificar-se-á que todas elas apresentarão uma variação

nula na taxa de crescimento do produto por trabalhador efetivo⁶. Entretanto, como as variáveis em termos *per capita* estarão crescendo no mesmo ritmo do avanço tecnológico, ter-se-á que, havendo diferenças nas tecnologias adotadas, haverá também desigualdades entre as magnitudes *per capita* entre um conjunto de economias. Por outro lado, quando a discussão refere-se às magnitudes agregadas, o ritmo de crescimento destas é definido pela taxa de avanço tecnológico acrescido a taxa de crescimento da população; logo, um conjunto de economias só apresentará magnitudes agregadas idênticas quando a taxa de crescimento da tecnologia e da população apresentarem os mesmos valores.

A discussão acerca do ritmo de crescimento entre um conjunto de economias suscita questionamentos acerca da existência de um processo convergente ou divergente entre as rendas de tais economias. Em grupos de economias que apresentarem comportamento convergente, observa-se que as economias com níveis menores de renda no momento inicial apresentaram taxas de crescimento mais elevadas; logo, em tais contextos há uma redução nos desníveis de renda ao longo do tempo. Por outro lado, em ambientes divergentes, as desigualdades nos níveis de renda tendem a aumentar ao longo do tempo.

O procedimento padrão para verificar a existência de um processo de convergência constitui na identificação da relação existente entre o nível de renda no momento inicial e sua respectiva taxa de crescimento. Em uma economia, atendendo aos pressupostos do modelo de Solow-Swan, a relação entre o nível inicial e o ritmo de crescimento pode ser obtida derivando a equação (1.3) em relação ao estoque de capital por trabalhador efetivo, esse procedimento proporciona o seguinte resultado:

$$\frac{\partial \gamma_{\bar{k}}}{\partial \bar{k}} = \frac{s}{\bar{k}} \left[f'(\bar{k}) - \frac{f(\bar{k})}{\bar{k}} \right] < 0 \quad (1.4)$$

A equação (1.4) evidencia que há uma relação inversa entre o estoque de capital por trabalhador efetivo e sua respectiva taxa de crescimento, demonstrando que quanto menor o estoque de capital no momento inicial mais acelerado será o ritmo de crescimento de uma economia específica.

⁶Esta afirmativa, com relação ao produto por trabalhador efetivo, decorre do fato de que o único fator que explica o comportamento do produto constitui o estoque de capital por trabalhador efetivo.

Essa relação inversa entre o estoque de capital por trabalhador efetivo e o valor assumido por esta variável no momento inicial tem sido colocada na literatura de crescimento como a hipótese de convergência do modelo de Solow-Swan.

Essa conclusão do modelo de Solow-Swan tem gerado controvérsias entre os estudiosos. De um lado, têm-se aqueles que colocam que essa relação entre a taxa de crescimento do estoque de capital e o seu valor inicial implica que o modelo preconiza a existência de homogeneização nos níveis de renda entre um grupo de economias no longo prazo.

Entretanto, conforme destacado por BARRO (1995) o comportamento da taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador efetivo depende dos parâmetros exógenos do modelo. Logo, tem-se que para conjuntos de economias em que tais parâmetros são idênticos ter-se-á homogeneização do estoque de capital no longo prazo. Mas, para grupos de economias nos quais esses parâmetros divergem, constatar-se-á um crescimento mais acelerado daquelas localidades que no momento inicial encontram-se mais distantes do seu estoque de capital do estado estacionário, mas não uma homogeneização do estoque de capital. Nesse caso, segundo os termos utilizados na literatura, verificar-se-á convergência condicional.

A discussão sobre o comportamento das economias em termos de ritmo de crescimento deixou evidente que: as variáveis mensuradas em termos de trabalhador efetivo apresentaram crescimento nulo, as variáveis *per capita* cresceram no mesmo ritmo da tecnologia e aquelas mensuradas em termos agregados cresceram no ritmo da tecnologia, adicionado ao crescimento populacional. Ao mesmo tempo, constatou-se que as economias apresentaram ritmo de crescimento mais acelerado quanto mais distantes se encontrarem do seu nível de produção de equilíbrio no momento inicial.

Em conjunto com as discussões sobre as diferenças apresentadas nos ritmos de crescimento das economias tem-se um segundo aspecto que merece consideração: as desigualdades nos níveis das variáveis. Neste caso, têm-se dois ângulos que podem ser analisados: quando o grupo de economias em estudo encontra-se transitando para o seu nível de produção de equilíbrio, ou quando as referidas economias já se encontram no ponto de equilíbrio.

Como as economias que apresentam as características do Modelo Teórico tenderam

naturalmente para o seu nível de produção de equilíbrio, discutir-se-á, inicialmente, as diferenças apresentadas pelas variáveis mensuradas em termos de níveis quando tais economias encontram-se no seu estado estacionário. Posteriormente, analisar-se-á as desigualdades nos níveis de capital/renda quando, as economias estão transitando para o seu nível de produção de equilíbrio.

Considerando o estoque de capital por trabalhador efetivo, tem-se que o mesmo no ponto de equilíbrio pode ser expresso da seguinte forma:

$$\bar{k} = \frac{sf(\bar{k})}{(n + \delta + x)} \quad (1.5)$$

A equação (1.5) evidencia que o estoque de capital por trabalhador efetivo será determinado pelos parâmetros determinados exogenamente, taxa de poupança, crescimento populacional e avanço tecnológico, bem como pela forma de inter-relação entre o estoque de capital e a quantidade de produto gerado.

A constatação apresentada no parágrafo anterior evidencia que diferença entre o estoque de capital por trabalhador efetivo, entre economias, acontece apenas quando tais economias apresentam desigualdades nos parâmetros determinados exogenamente, ou na função de produção adotada por tais economias. Como os níveis de renda e produção são determinados apenas pelo estoque de capital efetivo, tem-se que essas variáveis apresentam valores diferenciados entre um grupo de economias quando os parâmetros exógenos apresentarem magnitudes diferentes.

Nesse ambiente econômico, observa-se que para conjuntos de economias onde os parâmetros exógenos forem idênticos, constatar-se-á homogeneização do estoque de capital no longo prazo e, conseqüentemente, nos níveis de renda. Por outro lado, em ambientes onde tais parâmetros sejam diferentes, tem-se que nas economias nas quais esses parâmetros assumam valores mais expressivos também vivenciam níveis mais elevados de equilíbrio no longo prazo.

Considerando que a economia não se encontra em seu nível de produção de equilíbrio, verificar-se-á que o valor de $\bar{k}$ estará alterando em cada momento. Em economias que se encontram abaixo do seu nível de equilíbrio, verificar-se-á uma taxa de crescimento positiva

no estoque de capital por trabalhador efetivo; nesse caso, tem-se que o valor assumido pela variável medida pela quantidade de trabalhador efetivo será dado por:

$$\bar{k} = \left[\frac{sf(\bar{k})}{(n + \delta + x)} \right] \bar{k} \quad (1.6)$$

Como para valores abaixo do nível do estado estacionário tem-se que as economias são incentivadas a ampliar o seu estoque de capital, haverá elevação do valor do estoque de capital por trabalhador efetivo ao longo do tempo. Entretanto, vale ressaltar que, em função dos retornos marginais decrescentes, essas variações serão a cada momento inferiores às aquelas ocorridas no período exatamente precedente.

Por outro lado, encontrando-se a economia acima do seu nível de produção do estado estacionário verificar-se-á reduções paulatinas na taxa de crescimento do seu estoque de capital por trabalhador efetivo. Esse comportamento implica em reduções também paulatinas no montante do seu estoque de capital por trabalhador efetivo. Novamente, vale destacar que tais reduções, em um dado momento, serão inferiores às aquelas ocorridas no momento exatamente anterior.

A discussão precedente deixou evidente que no Modelo de Solow-Swan o único fator que explica o crescimento das variáveis mensuradas em termos *per capita* é o avanço tecnológico, o qual é determinado exogenamente. Ao mesmo tempo, os retornos decrescentes garantem que haverá convergência, mesmo que no sentido condicional, das rendas *per capita* de um conjunto de economias.

Ao longo da década de 1980, as grandes desigualdades verificadas entre as economias mundiais suscitaram questionamentos sobre a capacidade do Modelo de Solow-Swan explicar o mundo real naquele momento. Esses questionamentos geraram uma nova vertente teórica—da qual LUCAS (1988) e ROMER (1990) podem ser colocados como pioneiros—chamada Nova Teoria do Crescimento ou Teoria do Crescimento Endógeno. Os defensores dessa linha de pensamento contradizem a hipótese de convergência obtida no Modelo de Solow, bem como o fato de que o único fator que explica o crescimento *per capita* de longo prazo, a tecnologia, seja determinada de forma exógena.

A crítica à hipótese de convergência decorre do fato de que ao endogenizar a geração de tecnologia, constata-se que as economias que saem na frente no processo vivenciaram retornos constantes ou crescentes de escala, portanto, a suposição de retornos decrescentes que sustenta a convergência teria que ser descartada nesse novo ambiente econômico. Por outro lado, a crítica à determinação exógena da tecnologia decorre do fato de que o Modelo Neoclássico Tradicional explicaria o processo de crescimento baseado em uma variável determinada fora do sistema.

Em contraponto aos teóricos da Nova Teoria do Crescimento, um segundo conjunto de autores passa a desenvolver estudos objetivando evidenciar que o Modelo de Solow-Swan explica adequadamente as desigualdades existentes entre as economias mundiais. Como exemplos desses estudos podem ser colocados MANKIW et alli (1992), BARRO E SALA-I-MARTIN (1992), BARRO (1997).

Os defensores do Modelo de Solow-Swan destacam que o referido modelo pode ser ampliado através da introdução do estoque de capital humano, bem como que a convergência das rendas *per capita*, no sentido absoluto é predita pelo Modelo apenas em conjuntos de economias homogêneas, no sentido de todos os parâmetros exógenos serem idênticos.

Ao aplicar o Modelo de Solow-Swan nos dados de um grupo de países, MANKIW et alli(1992) obtêm que o comportamento dos dados ratifica as conclusões obtidas pelo Modelo, mas não nas magnitudes apresentadas. No mesmo estudo, os autores analisam o comportamento das informações quando o Modelo de Solow-Swan é ampliado pela introdução do estoque de capital humano. Nesse contexto, os autores encontram que o Modelo explica adequadamente a magnitude das desigualdades apresentadas entre as economias mundiais.

BARRO E SALA-I-MARTIN (1992) ao utilizarem o Modelo de Solow para analisar o comportamento apresentado pelos estados da economia americana concluem que, como predito pelo Modelo, os estados da economia americana com níveis menores de renda no momento inicial apresentaram taxas de crescimento mais expressivas, ou seja, os dados confirmam a hipótese de convergência do Modelo.

Dentre outros trabalhos que utilizam a abordagem Neoclássica Padrão para explicar os desníveis regionais podem ser citados: ISLAM (1995), PIEDRAHITA (1996). Com base nos resultados apresentados por esses trabalhos pode ser afirmado que, em ambientes econômicos

integrados por economias homogêneas, há redução dos desníveis regionais ao longo do tempo, logo, em tais ambientes obtêm-se a confirmação da hipótese de convergência absoluta do Modelo Neoclássico Tradicional. Por outro lado, em contextos integrados por economias heterogêneas constata-se uma elevação dos desníveis regionais ao longo do tempo.

Ao realizar um contraponto entre o Modelo de Solow e os Modelos da Teoria do Crescimento Endógeno, BARRO (1997) destaca que: o Modelo de Solow constitui instrumental teórico adequado para explicar as desigualdades apresentadas entre as economias mundiais no curto e médio prazo. Entretanto, modelos que explicam a geração de novas idéias e métodos são mais adequados para explicar o crescimento contínuo da economia mundial, ou seja, as taxas de crescimento apresentadas no longo prazo.

1.3 - Governo e Crescimento

O florescimento das discussões acerca do processo de crescimento econômico proporcionou questionamentos sobre os efeitos das ações governamentais no ritmo de crescimento das economias. Esse processo se consubstanciou em um conjunto de estudos de cunho teórico, como exemplos podem ser colocados: MARTIN (1989) e BARRO (1990); e um segundo conjunto de estudos com foco eminentemente empírico, tendo como exemplos KORMENDI E MEGUIRE (1955), GRIER E TUILLOCK (1983), LANDAU (1993).

Dentre as variáveis pertinentes ao setor público, os autores têm analisado os efeitos dos gastos, arrecadação e ambiente político. No contexto teórico, os estudos têm demonstrado que o Governo afeta os níveis e ritmo de crescimento da renda quando cria condições para geração de capital humano, redução do grau de incerteza, geração de estoque de capital físico.

Por outro lado, os efeitos das políticas governamentais dependem do tamanho do Governo na economia. Em ambientes nos quais o governo já apresenta uma participação expressiva no produto o aumento dos seus gastos proporciona redução no ritmo de crescimento econômico. Esse resultado decorre do fato de que os efeitos positivos dos gastos na economia não compensam a queda na demanda do setor privado, resultante da redução nos níveis de renda, o qual por sua vez decorre do aumento da arrecadação para cobrir a elevação dos gastos. Ao mesmo tempo, em ambientes econômicos nos quais o tamanho do setor

governamental é pequeno, o efeito positivo dos gastos públicos apresenta-se como predominante.

Em conjunto com as análises teóricas do papel do Governo no crescimento econômico, autores têm realizado testes empíricos, como exemplos de tais estudos podem ser colocados: KORMENDI E MEGUIRE (1955), GRIER E TUILLLOCK (1983), LANDAU (1993). As conclusões obtidas são contraditórias, alguns trabalhos concluem que as variáveis do setor público, apesar de apresentarem os sinais preditos teoricamente não são estatisticamente significantes; outros apresentam efeitos divergentes do papel do setor público na economia. Essa última observação pode ser decorrente de diferenças entre o tamanho do setor público nas amostras utilizadas nos estudos.

Como esse estudo tem como objetivo discutir os efeitos das alocações governamentais de âmbito estadual no crescimento dos estados da economia brasileira, apresentar-se-á, nesse momento, um modelo de crescimento que incorpore os gastos públicos. Para isso adotar-se-á, nessa seção, o modelo AK conforme apresentado em BARRO E SALA-I-MARTIN (1995).

Como a discussão do papel do governo implica na verificação dos efeitos de seus gastos e arrecadações junto aos agentes privados, famílias e firmas, adotar-se-á nesse estudo uma estrutura semelhante à de Ramsey, na qual a economia é povoada por famílias de vida infinita, que alugam capital e ofertam sua força de trabalho para um grande número de firmas maximizadoras de lucro. A seguir, discorrer-se-á, em mais detalhe, sobre o comportamento desses dois agentes econômicos.

Famílias

O modelo considera a existência de um grande número de famílias que cresce a uma taxa exógena n e que, no processo de maximização de sua satisfação, incorpora todos os descendentes, portanto, tem-se que estas famílias estarão maximizando a satisfação obtida no tempo infinito.

No processo de maximização da sua satisfação, as famílias estarão considerando a seguinte função utilidade:

$$U = \int_0^{\infty} e^{nt} e^{-\rho t} \left[\frac{C^{1-\theta} - 1}{1-\theta} \right] dt \quad (1.7)$$

Onde: e^{nt} representa a taxa de crescimento da população, considerando que no período inicial tenha apenas uma família na economia, ter-se-á que no tempo t esse termo constitui também a quantidade de familiares existentes na economia, $e^{-\rho t}$ representa a taxa de desconto, a qual evidencia a preferência do consumo ao longo do tempo.

Ao apresentar esse modelo, BARRO (1995) destaca que as seguintes suposições são efetuadas:

- $\rho > 0$: isto implica que o consumo presente é mais valioso em relação ao consumo futuro;
- $\rho > n$: esta suposição evidencia que a utilidade obtida pela família não tende para infinito, quando o consumo é mantido constante ao longo do tempo;
- $u'(c) > 0$ e $u''(c) < 0$: esta suposição implica que as famílias têm preferência por padrões de consumo mais uniformes, ao longo do tempo, em detrimento a padrões de consumo com grandes oscilações;
- $u'(c) \rightarrow 0$ e $u'(c) \rightarrow \infty$
 $c \rightarrow \infty$ $c \rightarrow 0$

No processo de maximização de sua satisfação, a família incorporará os rendimentos obtidos ao longo de seu período de vida, os quais se constituem em salários, juros e aluguéis. Considerando que a taxa de juros recebida por empréstimos seja idêntica àquela recebida pelo aluguel de capital, tem-se que a variação na restrição orçamentária pode ser expressa da seguinte forma:

$$\dot{a} = w + (r - n)a - c \quad (1.8)$$

onde: a é o volume de ativos, w é o salário, r é a taxa de juros, c é o consumo e o ponto indica taxa de crescimento.

Considerando a expressão do lado direito da equação (1.8), constata-se que o termo multiplicador do volume de ativos da economia, r menos n , expressa os ganhos líquidos da família pela posse de ativos financeiros, o salário; w , constitui a variável de fluxo que eleva a

remuneração disponível e os desembolsos para consumo corrente; c , implica em redução da disponibilidade dos rendimentos.

Paralelo à restrição orçamentária, tem-se que uma restrição referente ao mercado de ativos financeiros também é imposta às famílias, a qual constitui-se no fato de que no tempo infinito as famílias não podem contrair um volume de débitos em empréstimos superior àquele de créditos. Essa restrição é colocada como condição de transversalidade e pode ser expressa da seguinte forma:

$$\lim_{t \rightarrow \infty} \left\{ a(t) \exp \left[- \int_0^t [r(v) - n] dv \right] \right\} \geq 0 \quad (1.9)$$

A resolução do problema de maximização das famílias pode ser expresso através do seguinte hamiltoniano:

$$H: u[c(t)] e^{nt} e^{-\rho t} + v[w + ra - na - c] \quad (1.10)$$

Com base na função utilidade expressa na equação (1.7), tem-se que no seu processo de maximização da satisfação as famílias escolheram a seguinte taxa de crescimento do consumo:

$$\frac{\dot{c}}{c} = \frac{1}{\theta} [r - \rho] \quad (1.11)$$

A equação (1.11) demonstra que um desejo menor de substituir intertemporalmente, valor menor para θ , implica em uma resposta mais tímida das famílias à diferença existente entre a taxa de juros, r , e a taxa de preferência ao longo do tempo, ρ .

Firmas

Seguindo BARRO (1990), adotar-se-á, nesse momento, que o governo não se encontra diretamente engajado no processo produtivo, o mesmo adquire parcela da produção gerada pelas firmas e a disponibiliza como bens livres e não rivais para a sociedade⁷. Neste contexto, tem-se que a função de produção da firma pode ser expressa da seguinte forma:

$$y = \phi(k, g) = k\phi(g/k) \quad \phi' > 0; \phi'' < 0 \quad (1.12)$$

Onde g representa os gastos governamentais por unidade familiar e k a quantidade de capital privado por unidade familiar.

⁷vale ressaltar que essa forma de inserção do governo na economia implicitamente considera que a função de produção do setor público não difere daquela adotada pelo setor privado. Logo, seria indiferente em termos de resultados a adoção do governo enquanto produtor dos bens e serviços públicos.

A função de produção expressa na equação (1.12) evidencia que as firmas vivenciam retornos constantes a escala para os fatores conjuntamente, ou seja, capital privado e gasto governamental, e retornos decrescentes para o estoque de capital privado isoladamente. Esse aspecto implica que em contextos nos quais há expansão do investimento privado sem uma contrapartida de gastos do setor público, tem-se que os retornos decrescentes observados no Modelo de Solow estarão presentes. Por outro lado, em tendo uma expansão do setor público em conjunto com o setor privado, verificar-se-á retornos constantes, ou seja, a realidade econômica apresentada pelos modelos de crescimento endógeno ou no Modelo de Solow-Swan ampliado.

Considerando um ambiente econômico no qual o governo obtenha seus recursos através de uma taxa sobre a renda e que tenha um orçamento equilibrado, ter-se-á que:

$$g = T = \tau y = \tau k \phi(g / k) \quad (1.13)$$

Onde τ representa o percentual da renda que canalizada para pagamentos de impostos e T constitui a receita obtida pelo governo. Considerando que a população seja composta de um indivíduo T representará a receita agregada e g os gastos em termos também agregados.

No processo de identificação da evolução das desigualdades no ritmo de crescimento e níveis da renda, torna-se necessário verificar como os agentes econômicos (famílias e firmas) escolhem o nível ótimo com a participação do governo na economia. Dado que a taxa ótima de consumo das famílias foi apresentada anteriormente, discutir-se-á, nesse momento, a tomada de decisões por parte do empresariado.

Com objetivo de obter o nível de produção das firmas que proporcionam maximização do seu lucro nesse ambiente econômico novo, reescrever-se-á a sua nova função lucro, a qual pode ser expressa da seguinte forma:

$$L_i [(1 - \tau)k \phi(g / k) - w - (r + \delta)k_i] \quad (1.14)$$

Na equação (1.14), o primeiro termo entre colchetes representa a parcela da produção retida pelas firmas após pagamento dos impostos; os termos seguintes expressam, respectivamente, o custo da empresa com empregados e com o aluguel do capital.

No processo de maximização de seu lucro, as firmas estarão optando pelo nível de produção que torne o produto marginal dos fatores, após tributação, idêntico ao custo marginal dos mesmos. Enquanto o custo marginal é representado pela soma da taxa de juros com a taxa

de depreciação, tem-se que o produto marginal sofre alteração em relação ao modelo de Ramsey, o qual passa a ser definido como:

$$\frac{\partial y}{\partial k} = \phi\left(\frac{g}{k}\right)\left(1 - \phi'\frac{g}{y}\right) = \phi\left(\frac{g}{k}\right)(1 - \eta) \quad (1.15)$$

Onde η representa a elasticidade do produto em relação aos gastos governamentais e se encontra no intervalo entre zero e um.

Tomada de Decisão

Para identificar o comportamento da economia no longo prazo, torna-se necessário analisar conjuntamente as decisões das famílias, firmas e da condição de transversalidade. Explicitando essas relações pelo estoque de capital *per capita* propicia:

$$r + \delta = (1 - \tau)\phi\left(\frac{g}{k}\right)(1 - \eta) \quad (1.16)$$

$$\gamma = \left[\frac{1}{\theta} \left[\phi\left(\frac{g}{k}\right)(1 - \eta)(1 - \tau) - \delta - \rho \right] \right] \quad (1.17)$$

$$\lim_{t \rightarrow \infty} \left\{ k(t) \exp \left[- \int_0^t [(1 - \tau)\phi\left(\frac{g}{k}\right)(1 - \eta) - \delta - n] dv \right] \right\} = 0 \quad (1.18)$$

As três equações explicitadas anteriormente evidenciam a dinâmica apresentada por uma economia que atenda às características apresentadas pelo modelo em estudo. A equação (1.16) evidencia o nível ótimo de produção das firmas. A equação (1.17) demonstra o comportamento das famílias ao longo do tempo; a mesma diferencia-se do modelo de Ramsey pela substituição do termo que apresenta o produto marginal do capital. A expressão (1.18), condição de transversalidade, possui o mesmo significado apresentado no modelo de Ramsey, ou seja, de que as famílias não podem contrair débitos que perdurem no tempo infinito.

Como as famílias maximizam sua satisfação considerando a dinastia familiar, a taxa de poupança ótima não se altera ao longo do tempo, portanto, a taxa de crescimento do consumo constitui a mesma verificada no estoque de capital e no produto. Logo, a equação (1.17) pode

ser colocada como a taxa de crescimento de todas as variáveis medidas em termos *per capita* da economia:

$$\gamma = \left[\frac{1}{\theta} \left[\phi \left(\frac{g}{k} \right) (1 - \eta)(1 - \tau) - \delta - \rho \right] \right] \quad (1.19)$$

A expressão (1.19) evidencia que diferentemente do modelo de Solow, no qual a taxa de crescimento das variáveis em termos *per capita* era determinada pela variação da tecnologia determinada exogenamente, nos modelos de crescimento endógeno, esta taxa de crescimento passa a ser definida pelas decisões tomadas pelos agentes no processo de otimização das suas decisões.

Um segundo aspecto que merece ressalva constitui o fato de que enquanto nos Modelo de Solow a introdução do governo na economia não proporciona alteração no ritmo de crescimento das variáveis em termos *per capita*, constata-se que em modelos de crescimento endógeno os gastos governamentais constituem um dos determinantes da taxa de crescimento das variáveis mensuradas em termos *per capita*.

Nesse modelo, as variáveis c , k e y estarão crescendo a taxa expressa na equação (1.19). A referida equação evidencia que a relação dos gastos governamentais com o estoque de capital privado constitui um dos determinantes do ritmo de crescimento das economias. Portanto, alterações na política governamental e/ou diferentes magnitudes de gastos implicam em taxas diferenciadas de crescimento das variáveis em termos *per capita* para um grupo de economias.

Com relação à convergência verifica-se que neste modelo as variáveis *per capita* estarão crescendo sempre à taxa expressa na equação (1.19), conseqüentemente, tem-se que as economias, individualmente, não tenderão no longo prazo a um nível de produção constante como acontece nos modelos de Solow. Essa afirmativa decorre do fato de que alterações na política fiscal do Governo ocasionam mudanças no ritmo de crescimento das economias; logo, tais mudanças deixam de ser justificadas apenas por alterações no ambiente externo, o qual encontra-se fora de controle dos agentes econômicos.

As diferenças em termos de níveis, que nos modelos de Solow eram explicadas pelo avanço na tecnologia determinada exogenamente, passam neste novo contexto a ser determinada pela taxa de crescimento expressa na equação (1.19). Por outro lado, as

desigualdades nos níveis agregados passam a ser determinadas pelo termo expresso anteriormente, acrescido ao mesmo a taxa de crescimento da população.

A observação da equação (1.19) torna possível a realização de inferências dos efeitos de políticas governamentais no ritmo de crescimento da economia. Conforme destacado por BARRO (1990), dois efeitos distintos podem ser verificados: A taxa de arrecadação, τ , possui uma relação inversa com o ritmo de crescimento, ou seja, a elevação da taxa de arrecadação provoca redução na parcela da renda disponível para o setor privado e, conseqüentemente, reduz as aquisições de famílias e firmas gerando um incentivo para redução do nível de produção. Por outro lado, os gastos governamentais possuem vínculo direto com o produto marginal do capital; logo, elevação da proporção entre gastos públicos e o estoque de capital, g/k , ocasiona elevação da demanda, portanto incentivo para que o setor privado expanda as atividades produtivas.

Ao discutir os efeitos ocasionados pelo governo no crescimento econômico, BARRO (1990) ressalta o tamanho ótimo do governo na economia. A obtenção do tamanho ótimo do governo, torna a taxa de crescimento da economia máxima, pode ser obtido derivando a equação (1.19), a qual expressa a taxa de crescimento, em relação à proporção dos gastos públicos e o estoque de capital privado, g/k . Esse procedimento proporciona o seguinte resultado:

$$\frac{\partial \gamma}{\partial (g/k)} = \frac{1}{\sigma} \phi\left(\frac{g}{k}\right) (\phi' - 1) \quad (1.20)$$

A expressão anterior evidencia que em ambientes econômicos nos quais a economia é suficientemente pequena, tal que o produto marginal de g/k , ϕ' , seja maior do que um, a elevação da participação dos gastos públicos em relação ao investimento privado provocará efeito positivo na taxa de crescimento da economia. Por outro lado, em contextos nos quais a economia seja suficientemente grande, tal que o produto marginal de g/k torne-se inferior à unidade, verificar-se-á um efeito negativo de uma elevação dos gastos governamentais em relação ao investimento efetuado pelo setor privado.

Os resultados apresentados nos trabalhos de cunho empírico entre as variáveis governamentais e o crescimento econômico têm alternado em função do conjunto de economias considerado na análise. Enfocando os gastos governamentais em consumo, tem-se

que nos estudos de GRIER E TULLOCK (1987), LANDAU (1983), BARTH E BRADLEY (1987), FOLSTER E HENKSON (2001), conclui-se que há uma relação inversa significativa entre os gastos governamentais em consumo e o ritmo de crescimento econômico. Por outro lado, constata-se em KORMENDI E MEGUIRE (1985), LEVINE E RENELT (1982) que tais gastos em consumo não se apresentam como estatisticamente significantes na explicação do ritmo de crescimento das economias em estudo.

1.4 Críticas à Abordagem Neoclássica

Os modelos teóricos apresentados na seção precedente consideram cada economia regional como uma economia fechada, e a partir do comportamento apresentado pelas taxas de crescimento das economias individuais, inferências foram obtidas sobre o comportamento das desigualdades regionais.

RICHARDSON (1969), ao analisar as teorias de crescimento econômico, ressalta que os modelos de âmbito macro apresentam-se como inadequados para expressar o comportamento de regiões nas quais não há barreiras à mobilidade dos fatores. Segundo o referido autor, os impulsos decorrentes da mobilidade de fatores podem ocasionar forças desequilibradoras em algumas regiões.

Entretanto, vale destacar que, nos Modelos Neoclássicos apresentados, os fatores de produção recebem o seu produto marginal e o mesmo depende da oferta e demanda existentes pelos mesmos. Nesse ambiente, tem-se que as economias mais avançadas tenderão a ter um estoque de capital mais significativo em relação à força de trabalho; conseqüentemente, essa Região estaria expulsando estoque de capital e seria atraente para a força de trabalho. Comportamento inverso seria vivenciado pelas Regiões menos desenvolvidas. Nesse ambiente, observa-se que a mobilidade de fatores se constituiria em um acelerador dos resultados apresentados pelo Modelo de Solow.

Nos Modelos Neoclássicos, os fatores de oferta constituem os determinantes do nível de produção, portanto, também do ritmo de crescimento. Entretanto, linhas teóricas diferentes apresentam outros aspectos como os fatores chaves na definição do ritmo de crescimento de uma determinada economia.

Com posições teóricas distintas, tem-se a abordagem Keynesiana, a qual considera a demanda como fator determinante do processo de crescimento econômico. Ao discutir essa linha de pensamento consubstanciada no Modelo de Harrod-Domar, o qual é apresentado em um contexto de economia aberta, RICHARDSON (1969) ressalta que o modelo de crescimento baseado nas forças de demanda aplica-se mais adequadamente às Regiões menos desenvolvidas. Como justificativa, o autor apresenta o fato de tais ambientes econômicos operarem com capacidade ociosa, conseqüentemente, um ritmo de crescimento mais lento constitui resultado de uma demanda efetiva reduzida.

No entanto, como o ritmo de crescimento econômico mensura as variações apresentadas na produção/renda de uma economia no longo prazo, tem-se que, apesar de as forças de demanda poderem ser apresentadas como fatores determinantes da escolha de cada economia: produção no interior da fronteira ou ao longo de sua respectiva fronteira de produção; a magnitude do deslocamento da fronteira dependerá do quanto da diferença entre demanda e oferta atuais, concretiza em fatores de produção novos. Portanto, ao concentrar a análise nos fatores de produção o Modelo Neoclássico captura de forma mais precisa a capacidade de crescimento das economias.

Seguindo uma outra linha, HISCHAMAN (1977) ressalta que o crescimento econômico em uma determinada Região decorre inicialmente do desenvolvimento de determinados setores, considerados pólos de crescimento, que apresentam rentabilidade superior aos demais segmentos produtivos. Nas situações nas quais os setores mais dinâmicos concentrem-se em determinados espaços geográficos, constata-se desigualdades nos níveis de renda e produto entre a região detentora dos setores dinâmicos, em relação às demais localidades.

A manutenção das desigualdades ao longo do tempo dependerá do vínculo existente entre a estrutura produtiva da região mais dinâmica com as demais. Em ambientes econômicos nos quais há forte integração da estrutura produtiva, observa-se que a aceleração no ritmo de crescimento nas áreas dinâmicas tende a estender para as demais localidades. Por outro lado, em contextos nos quais se verifica baixa integração produtiva ou incapacidade das regiões menos desenvolvidas em atender a demanda das regiões dinâmicas, constatar-se-á predomínio dos efeitos de polarização, em tais ambientes as desigualdades regionais tendem a ampliar-se ao longo do tempo.

Vale ressaltar que tais comportamentos tendem a se refletir, na abordagem Neoclássica, em pontos de equilíbrios diferentes. Níveis de produção diferenciados podem ser obtidos dentro da abordagem de convergência condicional do Modelo de Solow, bem como nas desigualdades em termos de produção destacadas pelos teóricos da Nova Teoria do Crescimento.

1.5 - Considerações Finais

A discussão nas seções precedentes evidencia que, com base apenas no Modelo de Solow-Swan ter-se-á nas economias em que os parâmetros determinados exogenamente forem idênticos a homogeneização dos níveis de renda no longo prazo.

Entretanto, vale destacar que, caso os parâmetros exógenos sejam diferentes, constatar-se-á que as economias com níveis menores de renda no momento inicial vivenciarão ritmo de crescimento mais acelerado, mas cada economia estará convergindo para o seu próprio nível de renda de equilíbrio, conseqüentemente, não ocorrerá homogeneização dos níveis de renda no longo prazo.

Ao introduzir o Setor Governamental nos modelos de crescimento, ficou evidente que, em termos teóricos, os efeitos no ritmo de crescimento econômico dependerão do tamanho do governo nessas economias no momento inicial: para economias nas quais a participação do setor público não é expressiva, observar-se-á que os efeitos das alocações orçamentárias geram resultados positivos no crescimento; no entanto, naquelas economias nas quais o Setor Público detém parcela expressiva da produção, ter-se-á que o efeito negativo na poupança privada, decorrentes da arrecadação pública, suplantará os efeitos positivos ocasionados pelos gastos governamentais.

CAPÍTULO 2: Evolução da economia brasileira no período 1950-1990

2.1 Introdução

Esse Capítulo objetiva enfatizar os fatores determinantes, e os condicionantes do crescimento dos estados brasileiros a partir de 1950, destacando as políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Federal.

Para analisar a evolução econômica no Brasil e as políticas adotadas ao longo de sua história, adotar-se-á a mesma divisão de fases utilizadas por Gremaud et alli (2002). Em cada etapa discutir-se-á as políticas implementadas pelo Governo Federal e seu reflexo na concentração da renda em termos regionais.

2.2 Evolução Histórica da Economia Brasileira

Até a década de 1930 a economia brasileira era eminentemente primária exportadora, de forma que o dinamismo (ou ausência do mesmo) dependia do comportamento apresentado pela demanda no mercado internacional do principal produto da pauta de exportação.

Em termos regionais, no período que transcorre até 1930, constata-se que mudanças no principal produto exportável implicam em deslocamento da estrutura produtiva para outra Região que ofereça condições geográficas mais propícias para colocar no mercado um novo produto. Nesse contexto, a cada ciclo econômico uma determinada Região concentra uma parcela expressiva da produção nacional.

Observa-se também que na Região dinâmica não ocorreu, nos ciclos econômicos que precedem à cultura cafeeira, o desenvolvimento de outras atividades produtivas que garantissem a continuidade do crescimento econômico nos momentos em que diminuía a demanda externa de seu principal produto. Esse comportamento refletia-se em períodos de estagnação econômica nos anos que interpolaram o declínio de um produto exportável até o

surgimento de outro. Isso fica evidente nos períodos de recessão que interpolaram os ciclos do açúcar e ouro, e do ouro e café.

As características peculiares pertinentes à fase da cultura cafeeira— como mão-de-obra assalariada, maior inserção no processo produtivo de imigrantes estrangeiros que detinham conhecimento sobre produção de outros produtos—criaram as precondições para o desenvolvimento de outras atividades na economia nacional.

Em conjunto com as características apresentadas anteriormente, a Grande Depressão deixa evidente que apenas o café não era suficiente para manter o dinamismo da economia nacional. A partir dos anos 1930, especialmente na década de 1950, há diversificação paulatina da estrutura produtiva brasileira.

O fato de essa diversificação acontecer em um momento histórico em que outras economias apresentavam uma indústria mais desenvolvida, só foi possível com a adoção de medidas protecionistas do governo brasileiro, caracterizando esse processo como sendo de Substituição de Importações. Na subseção seguinte discutir-se-á com maiores detalhes as políticas adotadas no período em que a economia realiza transição de primária exportadora para uma economia vinculada às atividades internas.

2.2.1 Processo de Substituição de Importações - 1930/1960

No período que transcorre de 1930 à década de 1960, intensificam-se as mudanças no eixo dinâmico da economia brasileira. Assim, de uma economia agroexportadora, voltada para o setor externo, constata-se o avanço de atividades industriais, objetivando atender à demanda do mercado interno.

A análise dos fatores propulsores da diversificação da estrutura produtiva brasileira entre 1930/1960 evidencia que, até a década de 1950, a intensificação da produção industrial resulta da adoção de medidas defensivas às alterações no mercado internacional, ou seja, o avanço da industrialização ocorre em resposta às crises de abastecimento ocasionadas pelas duas Guerras Mundiais e pela Grande Depressão. A partir de 1950, a continuidade do crescimento da produção industrial decorre de uma política explícita do Governo, a qual considerava o avanço industrial como precondição para manutenção do crescimento

econômico, nesse sentido, vale destacar a incorporação da visão Cepalina na condução da política econômica.

Para analisar a transição de economia agroexportadora para industrial e as alterações em termos de posicionamento do governo, dividir-se-á o período 1930/1960 em dois subperíodos, os quais constituem o período de crise e a etapa subsequente.

CRISE NO MERCADO INTERNACIONAL – 1930-1945

No período de 1930/1945 constata-se alterações no mercado internacional em decorrência da Grande Depressão e da II Guerra Mundial. Conforme ressaltado anteriormente nesse período há intensificação da produção industrial em resposta às mudanças no mercado externo.

Com a crise internacional da década de 1930, o café, principal produto para exportação do Brasil, sofre redução significativa no preço recebido no mercado internacional. Como o café é um produto inelástico ao preço, a queda na receita em decorrência da redução no preço não era compensada pelo aumento na quantidade demandada. Esse comportamento do mercado internacional implicava em redução da receita do setor cafeicultor e, portanto, na receita das exportações e na renda nacional.

Ao analisar a economia brasileira na década de 1930 BAER (2002) destaca que a cultura cafeeira respondia por 70% das exportações e 10% do PIB nacional. Diante desse quadro, a principal preocupação do governo no período se constituiu em apoio ao setor cafeeiro, para evitar um impacto negativo mais expressivo na economia nacional.

Como medidas para reduzir os efeitos da crise de 1930, no principal setor produtivo, o Governo Brasileiro efetuou a compra dos excedentes produzidos e apoiou financeiramente os cafeicultores endividados. Segundo FURTADO (1961), como fonte de recursos para auxiliar o setor cafeeiro o Governo adotou principalmente a emissão de moeda e obtenção de crédito junto ao mercado externo e interno.

O financiamento das compras através do acesso ao crédito e a emissão de moeda não implicavam em redução da capacidade de compra da economia, o que aconteceria se os

recursos fossem obtidos principalmente via tributação do setor privado⁸. Por outro lado, as aquisições da produção excedente impediam que a renda do setor cafeeiro, o setor mais dinâmico, apresentasse reduções mais expressivas. Ao analisar o efeito dessa política, FURTADO (1961) destaca que, mantendo a renda do setor cafeeiro, o Governo impedia uma redução mais significativa na demanda agregada nacional.

Ao reduzir o impacto da crise sobre o setor cafeeiro, as medidas governamentais impediam uma redução mais expressiva na renda nacional; como parte da renda interna é gasta em importações, essas medidas também impediam que as importações apresentassem queda significativa. Por outro lado, a entrada de moeda estrangeira sofreu declínio em decorrência da queda do preço do café e da redução da entrada de capitais.

A relativa estabilidade das importações em conjunto com a queda do valor das exportações propiciava tendência para uma desvalorização da taxa de câmbio na economia brasileira. Como a desvalorização do câmbio provoca uma elevação do preço dos produtos importados na economia interna, a mesma tornava mais competitivos os produtos provenientes da indústria nacional.

Em linhas gerais, as medidas adotadas pelo governo frente ao mercado cambial não afetaram o aumento da competitividade da produção nacional, as medidas atuaram mais no sentido de canalizar divisas para os segmentos prioritários.

Ao analisar a política cambial, ABREU (1990) destaca que há alternância na política cambial entre 1930/1945. Em 1930, observa-se liberalidade com abolição do monopólio por parte do Banco do Brasil e moratória da dívida. Em 1931, verifica-se o retorno do monopólio e a suspensão do pagamento da dívida⁹.

Entretanto, entre 1930-1945, os efeitos mais expressivos do mercado cambial sobre a economia brasileira são resultante do tratamento diferenciado dado aos importados pelo Governo brasileiro; em 1931 o Governo introduz critérios de prioridade conforme essencialidade, remessas de lucros e dividendos, importação em consignação e atrasados comerciais.

⁸ Nesse caso haveria redução da renda das famílias e, conseqüentemente, redução na demanda por bens de consumo.

⁹ Esse posicionamento foi decorrente da queda da entrada de moeda estrangeira através das exportações e entrada de capitais estrangeiros.

A adoção de critérios para canalizar as cambiais para os setores prioritários da economia é mantida até 1945. Ao discutir os efeitos dos critérios de prioridade cambial, ABREU (1990) destaca que os impactos não constituíram os esperados em decorrência da adoção, por parte do Governo, de uma política liberal na remessa de lucros, relaxamento ao longo do período do controle das importações para facilitar a entrada de capitais estrangeiros e a recessão na economia americana.

IMPULSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO – 1946/1960

No período pós-guerra, com Dutra na presidência do país, verifica-se que os condutores da política econômica partem de expectativas que proporcionaram uma percepção diferente daquela que constituiria a verdadeira tendência da economia internacional. As expectativas que embasaram a sua conduta política no início de seu Governo constituíram em rápida reorganização da economia mundial aos princípios liberais de Breton Woods¹⁰, esperança de elevação nos preços internacionais do café em função da eliminação de seu teto de preço pelo Governo americano, ilusão de que o país era detentor de uma quantidade expressiva de divisas¹¹.

As medidas adotadas pelo Governo nos anos após a Guerra podem ser sumarizadas da seguinte forma:

- Liberalidade no mercado de cambial, visualizada pela restrição apenas para remessa de lucros e pelo fato das importações não sofrerem nenhuma restrição quantitativa;
- Contínua supervalorização da moeda sem intervenção governamental, para BAER(2002) esse comportamento constitui indicativo de que a preocupação com a inflação levava o Governo a financiar o déficit do Balanço de Pagamentos com

¹⁰ Restabelecimento do padrão-ouro, criação do FMI(Fundo Monetário Internacional) para cuidar dos aspectos monetários e conceder empréstimos a países com Balanço de Pagamentos deficitários, criação do GATT(Acordo Geral de Tarifas e Comércio) objetivando reduzir obstáculos ao comércio internacional, criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

¹¹Segundo ABREU (1990), a crença da existência de volume expressivo de divisas na economia brasileira decorria dos seguintes fatores: os condutores de política econômica não separaram o volume de moeda conversível daquele não conversível; colaboração na Guerra, na perspectiva do Governo Brasileiro, colocava o país como credor do Governo Americano; crença de que a política liberal de câmbio atrairia um fluxo expressivo de investimentos estrangeiros diretos.

recursos cambiais, em decorrência do receio da desvalorização gerar elevação do processo inflacionário.

O déficit do Balanço de Pagamentos proporcionou o esgotamento das reservas em 1948. BAER (2002) destaca que não se tem certeza se a queda na taxa de crescimento foi resultante do aumento das importações, mas a taxa de crescimento real voltou a aumentar em 1948, depois do esgotamento das reservas.

A valorização da moeda nacional propicia aumento na demanda por importações, para conter este aumento, o Governo introduz o controle de câmbio em 1947. Através do referido controle a moeda estrangeira era disponível a partir de um sistema de prioridade composto de 05 categorias:

“ Gêneros de primeira necessidade, como remédios, inseticidas e fertilizantes , podiam ser livremente importados, enquanto combustíveis, alimentos essenciais, cimento, papel e equipamento de impressão e maquinário tinham prioridade no sistema de licenciamento. No outro extremo, encontravam-se bens de consumo, considerados supérfluos, cuja importação era desencorajada por longas listas de espera para a obtenção da licença.

Adicionalmente, a repartição anual do capital estava limitada a 20%, e a remessa de lucros a 8% do capital registrado.” (Baer 2002, pg. 72)

Até 1950, o controle da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil - CEXIM foi eficiente para equilibrar o Balanço de Pagamentos. Em 1951, a crença do Governo de que a Guerra da Coréia tomaria proporções mundiais, levou ao relaxamento do controle. BAER (2002, pág 73) destaca que como resultado: “ *as importações, que atingiram uma média de US\$950 milhões ao ano no período de 1948-50, subiram a uma média de US\$ 1,7 bilhão ao ano durante os anos de 1951-1952. Mais de 55% desse aumento ocorreu na importação de bens de capital e 28% em outros bens de produção, o que refletiu a deliberada política de industrialização.*”

Apesar da taxa de câmbio fixa supervalorizada, BAER (2002) ressalta que os exportadores de determinados produtos podiam vender os produtos com ágio. Ao mesmo tempo o câmbio supervalorizado refletiu em aumento da saída de capitais e remessa de lucros, com redução da entrada de capitais e da remessa de lucros do resto do mundo para o Brasil.

Nesse período, o controle efetuado pelo CEXIM seguiu a linha de incentivos à exportação de produtos básicos e garantiu que as importações liberadas fossem essenciais. Esse comportamento indica a postura do Governo de incentivo ao processo de industrialização, entretanto, sem priorizar Regiões específicas a serem atendidas.

No período de 1951/1954, Getúlio Vargas assume o seu segundo mandato na presidência da República. O quadro econômico interno apresentava um processo inflacionário, déficit nas contas públicas e uma expectativa favorável quanto ao setor externo decorrente da elevação do preço do café no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a economia americana— que no início do mandato do presidente apresentou uma postura de auxílio ao desenvolvimento da economia brasileira, fato ratificado na criação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos - CMBEU— retrocede sua posição após a mudança de presidente na economia americana.

Nos primeiros dois anos do Governo Vargas, verifica-se que a expectativa de comportamento favorável no setor externo levou o Governo a adotar uma política cambial de sistema de taxas fixas sobrevalorizadas, e liberalidade na concessão de licenças para importação. Entretanto, no decorrer do governo a liberalidade na concessão de licenças ocasionou desequilíbrios no Balança Comercial, provocando o surgimento de restrição às importações.

Em 1953, com o acúmulo dos atrasados cambiais e a não obtenção de empréstimo junto ao Governo americano, o governo brasileiro adota uma política cambial voltada mais para o sistema cambial flexível, essa maior flexibilidade fica evidente nas seguintes medidas da Lei 1807:

- Câmbio livre para capitais, lucro e turismo;
- Câmbio oficial de Cr\$18,57 para exportações e para a maioria das importações, sendo que essa última sofria controle por parte do CEXIM;
- Exportações incentivadas poderiam ser transacionadas totalmente ou parcialmente no câmbio livre;
- Controle sobre remessa de juros, máximo de 8%aa e dos lucros o máximo seria de 10%aa;

A discussão do parágrafo precedente deixa evidente que a Lei 1807 criou as taxas múltiplas de câmbio; considerando o lado da oferta, tinha-se uma taxa fixa e sobrevalorizada para os principais produtos de exportação e um sistema de taxas flutuantes para os demais produtos, as quais refletiam uma mistura do câmbio oficial com o sistema de câmbio livre. Pelo lado da demanda, a referida Lei criou duas taxas de câmbio: a taxa oficial, utilizada nas

transações dos produtos essenciais, e o sistema do mercado livre para produtos considerados não essenciais e as remessas.

Como o valor do câmbio livre superava o oficial, a Lei 1807 foi utilizada para beneficiar tipos específicos de exportação. Nesse sentido, em fevereiro/1953, foi criada a Instrução 58 da SUMOC, através da qual as exportações foram divididas em três grupos conforme o percentual, que poderia ser transacionado no mercado livre ser de 50%, 30% ou 10%.

Em outubro/1953, através da Instrução 70 e da Lei 2145, ocorreu a criação do Sistema de Câmbio Múltiplo com eliminação dos controles quantitativos; nesse momento, cria-se o sistema de leilões. As importações foram divididas em cinco categorias e o monopólio das exportações retorna para o Banco do Brasil, o qual efetuava o pagamento da taxa oficial mais Cr\$5,00 para o café e Cr\$10,00 para outros produtos.

Segundo BAER (2002), o sistema cambial múltiplo constituiu avanço para a desvalorização cambial em uma economia que vivenciava um processo inflacionário, possibilitou também o direcionamento para o governo dos lucros inesperados das exportações e reduziu corrupção administrativa decorrente da distribuição de licenças.

No período de 1956-1961, Juscelino Kubstichek assume a Presidência da República e sua equipe econômica propõe o Plano de Metas para ser implementado no seu governo. Segundo ABREU (1989, pág:171) “ *ele constituiu o primeiro e mais completo conjunto de investimentos até então planejados para a economia brasileira*”.

O Plano de Metas, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento,¹² apresentava uma projeção da economia brasileira, e com base na mesma, identificava um conjunto de pontos de estrangulamentos e pontos de germinação. Para evitar que os pontos de estrangulamento impedissem um ritmo mais acelerado no crescimento brasileiro, o Governo, através desse Plano, apresentava um conjunto de setores nos quais investimentos expressivos deveriam ser efetuados ao longo de seu governo. Sobre as áreas de maior investimento, ABREU (1989) destaca energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção da nova capital do país.

¹²O referido Conselho foi criado em 1956 e utilizou como subsídios para elaboração do Plano de Metas o Relatório da Comissão CEPAL-BNDE elaborado em 1953.

Como fonte de recursos para implementação do Plano de Metas, o Governo propunha a utilização de recursos públicos, recursos privados e Instituições públicas de financiamento, que atenderiam tanto ao setor público quanto ao setor privado.

A política cambial, nesse período, constituiu-se em um instrumento importante para captação de recursos estrangeiros para financiar a indústria de bens de capital na economia nacional. Com a utilização da Instrução 113, no período de 1956-1961, a entrada de capitais na economia brasileira atinge um saldo positivo de US\$200 milhões.

Ao se referir à Instrução 113, BAER (2002) destaca que ela permitiu:

“ às indústrias recém-ativadas importar equipamentos sem a necessidade de cobertura cambial e declarava que um investidor estrangeiro poderia importar maquinário sob a condição de concordar em aceitar pagamento, não sob a forma de dinheiro ou despesa diferida, mas pela participação de capital em cruzeiros no empreendimento em que o equipamento seria usado.” (pg. 76)

Em função da etapa do processo de substituição de importações vivenciado na economia brasileira, a entrada de bens de capital apresentava-se como mais relevante, para compatibilizar os favorecimentos da política cambial com a necessidade interna, em agosto de 1957, através da Lei 3244, o Governo promove nova reforma no sistema cambial, restringindo as importações em três categorias.

Pela referida reforma, as cinco categorias para importação foram restringidas a três: a categoria geral, que incorporava os produtos que a estrutura produtiva interna não atendia adequadamente à demanda; a categoria especial, que considerava os bens de consumo restrito e com produção interna satisfatória¹³. Paralelo, foi criada também a categoria preferencial, a qual não era sujeita ao sistema de leilão e que incorporava os bens privilegiados.

Ao discutir essa reforma, ABREU (1989) destaca que ela tornou possível compatibilizar a importação com baixo custo com incentivos à produção nacional. Isso foi obtido através da redução de tarifas para os produtos que a estrutura produtiva interna não apresentava condições de suprir a demanda e, por outro lado, com a utilização da Lei de Similar Nacional para aqueles produtos aos quais a indústria nacional garantisse condições de produção internamente.

¹³ As taxas de câmbio consideradas nas duas categorias continuavam a ser definidas pelo sistema de leilão, entretanto, a categoria geral recebia um maior volume de cambiais.

A análise do período 1945-1960 evidencia que fatores externos (guerra e grande depressão) em conjunto com a política macroeconômica contribuíram para o aumento da produção da indústria nacional. Como neste momento o Centro-Sul do país possuía estrutura produtiva mais adequada, o setor privado tendeu a concentrar os investimentos nesta Região, ou seja, há manutenção dos desníveis regionais.

2.2.2 Da Crise ao Milagre - 1960/1973

Ao longo da década de 60 o Brasil vivencia instabilidade política, a qual reflete no fato de o país ter passado por três formas de governo: presidencialista, parlamentarista e no final da década, com o governo militar. Em conjunto com a instabilidade política, no início da década, a economia brasileira passa pela primeira crise econômica na sua fase industrial; nesse momento, há redução no nível de investimento e na produção em conjunto com aceleração do processo inflacionário. Em sua análise sobre os fatores causadores das crises: econômica e política, GREMAUD (2002) identifica fatores estruturais e conjunturais.

Com relação à Crise Política, o autor ressalta como fator conjuntural a eleição de um presidente tendo como vice um candidato da coligação rival. Com a renúncia de Jânio Quadros e a implantação do Regime Parlamentarista, a incompatibilidade na postura política se apresenta com a discordância de posicionamento entre o presidente João Goulart e a maioria dos integrantes do Congresso Nacional. Com relação ao caráter estrutural da crise política, o autor destaca a dúvida da elite urbana de que o Governo conseguiria manter os compromissos assumidos pelo Regime Populista, que se consubstanciava na incorporação das massas urbanas sem entrar em conflito com os interesses da classe patronal.

Como fatores econômicos provocadores da crise, GREMAUD et alli (2002) destaca como aspecto conjuntural a aceleração inflacionária herdada do Plano de Metas e que se refletiu em uma política restritiva ao longo de toda a década de 1960. Dentre as medidas vale ressaltar: controle dos gastos públicos, redução da liberdade creditícia e combate aos excessos da política monetária.

Dentre os aspectos econômicos de caráter estrutural, motivadores da crise, podem ser identificados: esgotamento do dinamismo do Processo de Substituição de Importações - PSI e

a necessidade de reformas estruturais. Com o avanço do PSI, há redução do coeficiente de importações, mas a pauta de importações torna-se mais rígida. Os novos setores a serem substituídos possuem alta relação capital/produto, ganhos de escala cada vez maiores e exigem demanda mais expressiva. Entretanto, como o PSI é concentrador de renda, a demanda de mercado é insuficiente para induzir a realização de novos investimentos.

Com relação às reformas institucionais, merecem destaque os fatos de que: o mercado financeiro brasileiro era insuficientemente desenvolvido para atender às necessidades de financiamento do setor produtivo e de crédito ao consumidor, e de a lei da usura limitar a taxa de juros em 12%aa, em um momento em que a economia vivenciava processo inflacionário, criando empecilhos para a oferta de recursos financeiros.

A discussão precedente contextualiza a economia brasileira no início do período, no entanto, o posicionamento do governo brasileiro ao longo do período de 1960-1973 pode ser subdividido em três fases com comportamentos distintos: o período de crise econômica e política que transcorre até 1964; o período de estabilização e reformas entre 1964-1967; e o “Milagre” Econômico que transcorre de 1967-1973. A seguir realizar-se-á uma síntese das medidas econômicas implementadas e os resultados obtidos em cada um dos períodos que foram referenciados.

PERÍODO DE 1960-1964

Até agosto de 1961 o Brasil vivencia regime presidencialista, tendo Jânio Quadros como presidente. A política econômica adotada pelo Governo nesse período é de caráter conservador, na qual o governo tenta contornar os desequilíbrios da economia e conter o processo inflacionário. Em síntese, as seguintes medidas foram adotadas:

- Reforma do sistema cambial através da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, em linhas gerais a referida reforma realizava desvalorização cambial e unificação do mercado cambial. Considerando as alterações mais específicas, ABREU (1989) ressalta que a Instrução 204 promovia as seguintes mudanças:

“a categoria geral do regime cambial vigente anteriormente foi transferida para o mercado dito livre, o “câmbio de custo”, aplicável a importações especiais tais como trigo, petróleo e papel de imprensa, foi

desvalorizado em 100% (...)continuaram a ser realizados leilões referentes à categoria especial (...) Logo em seguida, instruções adicionais da SUMOC determinaram a retenção de US\$ 22,00 por saca de café exportada e que as demais exportações seriam realizadas à taxa do mercado livre”(pg. 198)

- Em 06/1961, o Governo consegue junto aos credores norte-americano renegociação da dívida e concessão de novos empréstimos, reduzindo a pressão gerada pelo serviço da dívida na definição da política macroeconômica interna¹⁴;
- Confronto entre a posição do Governo brasileiro e americano, o primeiro decide aproximação com Cuba, enquanto o norte-americano optava pelo isolamento do referido país.
- Restrição ao Crédito;
- Congelamento de Salários;
- Programa para melhorar a eficiência das operações governamentais.

Ao analisar o período no qual Jânio Quadros se manteve na presidência, BAER(2002, pág: 91) destaca que: “ ***o empenho para se realizar reformas estruturais e o vigoroso esforço de estabilização foram as principais causas das tremendas pressões sofridas por Jânio Quadros que acarretarem sua renúncia precoce***”.

Com a renúncia de Jânio Quadros e o impasse criado entre o veto militar e a resistência em parte expressiva dos estados brasileiros em 09/1961, João Goulart assume o poder sob o Regime Parlamentarista. No primeiro programa de governo apresentado, os problemas pertinentes da economia brasileira e os objetivos a serem atingidos são colocados de forma genérica. Em síntese, as seguintes medidas podem ser ressaltadas:

- Política Monetária/Bancária restritiva: controle quantitativo do crédito até final de 1961, depósito compulsório sobre depósitos à vista, sugestão de criação do banco central e banco rural, reforma da legislação financeira, de forma a proporcionar o avanço do mercado de capitais;
- Política Fiscal restritiva: redução dos gastos públicos, financiamento do déficit público por meios não inflacionários, programação dos gastos públicos plurianuais, tributação indireta na base de *ad valorem*, eliminação da tributação sobre os ganhos fictícios gerados pela inflação.

¹⁴ Coincidia com a idéia de Kennedy, lançada pela Aliança para o Progresso, programa que tinha como objetivo favorecer os governos reformistas, esse programa tornou os credores mais complacentes em relação às economias em desenvolvimento.

- Mercado Cambial: manutenção de uma taxa única de câmbio com o controle quantitativo das importações não essenciais.

Segundo ABREU (1989) os indicadores econômicos para o ano de 1961 evidenciam que a política econômica adotada produziu resultados razoáveis: a inflação manteve-se estável em 30%, o PIB cresceu 8,6%, FBKF caiu de 15,7% do PIB em 1960 para 13,1% em 1961, o Balanço de Pagamentos foi positivamente afetado pela recuperação das exportações e pela renegociação da dívida, fechando o ano com US\$307 milhões de reserva.

Em 1962, Tancredo Neves renuncia ao cargo de 1º Ministro. Após conflitos para definir seu sucessor, Brochado da Rocha assume a posição de primeiro ministro, colocando como meta principal a estabilidade de preços.

No programa de governo apresentado por Brochado da Rocha, em agosto/1962, merecem destaque as seguintes medidas: reforma agrária, política relativa à política nuclear e exploração de recursos minerais, reforma do mercado de capitais, revisão dos fundos setoriais, obtenção de diligência legislativa. Como apenas a diligência para compra de títulos públicos para conter o processo inflacionário foi concedida pelo Congresso Nacional, Brochado da Rocha renuncia.

No 2º semestre de 1962, as variáveis econômicas apresentavam o seguinte comportamento: perda de controle das contas do governo, expansão dos meios de pagamento, queda da taxa de crescimento do PIB e deteriorização do Balanço de Pagamentos.

Em dezembro de 1962, é apresentado o Plano Trienal, elaborado sob coordenação de Celso Furtado, tendo como objetivos principais: controle das contas externas e do processo inflacionário. O fato de o regime presidencialista ter vencido no plebiscito de janeiro de 1963, constituía indícios de condições propícias às medidas a serem adotadas pelo Governo.

Os elaboradores do Plano Trienal consideraram um diagnóstico ordotóxico para a inflação da economia brasileira; sendo apontada como causa principal o excesso de demanda decorrente dos gastos públicos. Como ações a serem tomadas a equipe propunha: correção dos preços defasados, redução do déficit público e controle na concessão de crédito ao setor privado.

PERÍODO DE 1964-1967

Com o golpe de 1964 é estabelecido o Governo Militar no Brasil. Em novembro de 1964, o Novo Governo implementa o Plano de Ação Estratégica do Governo – PAEG com os seguintes objetivos: reduzir a taxa de inflação, acelerar o crescimento econômico, reduzir desníveis regionais e setoriais, controlar os déficits do Balanço de Pagamentos e aumentar a oferta de emprego.

No período inicial de Governo, BAER (2002) ressalta que o Governo enfatizou a estabilidade e a implementação de reformas estruturais. Para atingir a estabilidade de preços, o governo realizou a contenção de gastos públicos; melhorou os mecanismos de arrecadação, de forma a permitir elevação da receita tributária; restringiu o crédito e realizou arrocho salarial; além da eliminação das distorções de preços e elevação das tarifas nos segmentos que estavam defasadas. Apesar de as medidas supracitadas implicarem em aumento da inflação no curto prazo, através delas o governo eliminou déficit em determinados setores, reduzindo a necessidade de subsídios.

Modernização e fortalecimento do mercado de capitais também constituíram fator relevante para a retomada do processo de crescimento; nesse aspecto as seguintes medidas merecem destaque:

- Instituição da indexação de instrumentos financeiros, o que implicava que o principal e os juros de instrumentos da dívida eram reajustados pela taxa de inflação. Essa indexação permitiu: aplicada aos títulos públicos, o financiamento não inflacionário do déficit, a emissão pelo Banco Nacional de Habitação – BNH de títulos indexados e a indexação de seus empréstimos, aplicada também à poupança, associações de poupança e crédito imobiliário;
- Lei de mercado de capitais criada em 1965 proporcionou cenário institucional adequado ao fortalecimento do mercado de ações e estimulou a criação de bancos de investimentos para subscrever novas emissões;
- Outros mecanismos de crédito foram gradualmente desenvolvidos;
- Criação de fundos especiais que funcionavam como complemento ao BNDE;
- Grande parte dos recursos dessas instituições oficiais foi proveniente de uma poupança forçada sustentada pela classe trabalhadora – desde final da década de 60 vários fundos

de Previdência Social e aposentadoria fornecem crescente parcela da poupança nacional.

No período de 1964-1974, o governo fez uso crescente de incentivos fiscais para alocação de recursos em regiões e setores, incentivos para estimular as exportações, o turismo, o reflorestamento e o mercado de ações. Gastos do governo com investimento não foram reduzidos nos anos de estabilização após 1964 – projetos de infra-estrutura continuaram a ser colocados em prática. Paralelo a isso, o governo se envolveu em alguns estudos setoriais básicos, dentre os quais tem-se: orientação da capacidade geradora de energia no país, ao sistema de transportes, à infra-estrutura e as indústrias pesadas (aço, mineração e petroquímica) controladas por empresas do governo.

Com relação à Política de comércio exterior o governo adotou várias medidas: revogação de tarifas de exportação, simplificação de procedimentos administrativos para exportadores, incentivos fiscais e crédito subsidiado, adoção em 1968 de uma política cambial mais realista – freqüentes e pequenas desvalorizações do cruzeiro impediam a supervalorização da moeda brasileira, a medida em que a inflação prosseguia, mantinha-se especulação da moeda a um mínimo e evitava que a taxa de câmbio se tornasse uma questão política. Como resultado de tais medidas tem-se rápido crescimento e a diversificação das exportações.

Sobre os rebatimentos das políticas adotadas nas variáveis econômicas, BAER (2002) ressalta que a estagnação na economia brasileira, evidente em 1962, permaneceu até 1968 e que esse comportamento pode ser atribuído aos seguintes fatores: efeitos das medidas de estabilização, espaço de tempo transcorrido antes dos efeitos das reformas institucionais serem sentidas pela economia, e que estudos e planos de expansão da infra-estrutura e das indústrias pesadas do país pudessem resultar em construções efetivas, intervalo de tempo necessário para convencer os investidores da estabilidade do novo regime e de seu controle sobre a economia.

PERÍODO DE 1967-1973

No período de 1967-1973, tem-se em termos políticos a necessidade de retomada do crescimento na economia nacional para que o regime militar se afirmasse perante a população. Nesse ambiente político, os objetivos do Governo não diferem em relação àqueles apresentados pelo anterior, ou seja, crescimento econômico, redução da participação do

governo no setor produtivo, incentivo ao setor externo, aumento do emprego e alcance de outros objetivos sociais, além da estabilidade dos preços.

Para atingir esses objetivos, o Governo adotou as seguintes medidas de política econômica:

- Políticas Monetária, Creditícia e Fiscal mais flexíveis, as quais efetivaram-se na prática através de expansão do crédito, concessão de isenções fiscais, juros favorecidos, crédito para o setor agrícola;
- Canalização de recursos para a construção civil através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH);
- Subsídios adicionais, facilidades creditícias e redução dos entraves burocráticos para o aumento das exportações e a diversificação dos mercados;
- O fato de as finanças públicas terem sido saneadas no governo anterior permitiu o financiamento do déficit através de emissão de títulos e acesso a recursos externos, os quais foram canalizados para infra-estrutura, subsídios e incentivos fiscais para regiões e setores específicos;
- A preocupação com os efeitos de alterações dos custos no processo inflacionário leva o governo a manter a política salarial anterior; paralelamente a isso, atua na contenção dos juros para tomadores de crédito, sendo tais intervenções corporificadas através de compulsório remunerado, fixação de tetos de juros com incentivo à concentração bancária, controle de juros de insumos e produtos selecionados;
- Manutenção da correção monetária definida em 1964 pela ORTN's para o setor habitacional, posteriormente há adoção do sistema para os demais instrumentos financeiros.

As políticas adotadas pelo Governo propiciaram as condições para o crescimento econômico, tendo o período em foco apresentado uma taxa de crescimento expressiva tanto quando se considera o produto global, como quando o foco constitui os produtos setoriais.

O crescimento do setor primário foi estimulado pelo volume de crédito concedido pelas autoridades monetárias, a taxas de juros subsidiadas. Paralelamente a isso, se constata também uma maior mecanização do setor agrícola que proporcionou reflexos positivos no setor industrial.

A indústria, que se expandiu inicialmente com a utilização da capacidade ociosa, passou a contar ao longo do período com investimentos públicos e privados. No entanto, essa

expansão implicou em elevação das importações de maquinários, que por sua vez, poderia ocasionar novo ponto de estrangulamento externo.

Em conjunto com a demanda propiciada pelo setor agrícola, tem-se que o setor industrial se beneficiou também da exportação de produtos manufaturados, entretanto, foi a demanda interna o principal componente dos incentivos ao avanço do setor industrial.

A análise do período 1960-1973 evidencia que após a superação das crises e realização das reformas necessárias, a economia brasileira vivencia na etapa final uma aceleração no ritmo de crescimento. Nesse período, como ficará evidente no próximo Capítulo, políticas regionais do Governo Federal proporcionam avanço da produção nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

2.2.4 O Crescimento Forçado a Partir de 1974

O crescimento sem precedentes ocorrido ao longo do período do Milagre levou a economia brasileira a utilizar toda sua capacidade produtiva, o que refletiu na primeira metade da década de 70 em novas pressões inflacionárias e desequilíbrios no Balanço de Pagamentos. No contexto político, as eleições para presidente evidenciam questionamentos por parte da população acerca da distribuição de renda e limites do crescimento ocorrido ao longo do “Milagre”, questionamentos esses que se consubstanciam na eleição para o Congresso Nacional de maioria oposicionista, na época, a ARENA (Aliança para o Desenvolvimento Nacional).

No âmbito internacional ocorre o primeiro choque do petróleo, que implica em elevação do preço da principal força energética importada. Paralelamente a esse fator, há o rompimento do acordo efetuado pós-segunda guerra mundial para a promoção de estabilidade do câmbio. Como opções às condições apresentadas, GREMAUD et alli (2002) destacam que o Governo poderia efetuar um processo de ajustamento da demanda interna, implicando em controle do processo inflacionário, mas provocando queda no ritmo de desenvolvimento da economia. Uma segunda opção constituía na manutenção do ritmo de crescimento, apresentado ao longo do Milagre, através do financiamento externo.

Inicialmente, o Governo implanta a proposta de ajustamento, a qual implicaria em controle do processo inflacionário com redução nas taxas de crescimento da produção. No entanto, os questionamentos da população provocam reversão desta proposta e a implantação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). No referido Plano o Governo apresentava como metas para a economia a manutenção do crescimento apresentado ao longo do Milagre e, paralelamente a isso uma mudança da estrutura de oferta do país, de forma a contornar os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos no longo prazo, ou seja, acabar com as crises recorrentes do modelo de substituição de importações geradas pelos desequilíbrios externos.

Para alterar a estrutura de oferta da economia brasileira, o II PND prioriza os investimentos em bens de capital e insumos básicos em detrimento dos bens de consumo duráveis, que absorviam os investimentos mais expressivos nos períodos precedentes.

Nesse período econômico, o investimento das estatais tornou-se bastante expressivo, dado que se acreditava que na medida que tais empresas investissem no setor de bens de capital demandariam produtos de outros segmentos, os quais passariam a apresentar uma rentabilidade que atrairia os investimentos do setor privado. Paralelamente aos investimentos efetuados pelo setor público, tem-se que o setor privado contava com uma gama de benefícios para investimentos nos setores prioritários. Como exemplos, podem ser colocados: crédito subsidiado de IPI para compra de equipamentos, depreciação acelerada, isenção de imposto de importação, reserva de mercado, garantia de preços compatível com a política industrial.

Os problemas relevantes na implementação do II PND constituíram-se nas fontes de financiamento e na sustentação política para o governo. Com relação ao financiamento, o governo lançou mão da liquidez existente na economia internacional decorrente da entrada dos petrodólares no sistema financeiro internacional. No que se refere à sustentação política, ele obtém apoio das oligarquias arcaicas através da proposta de descentralização dos projetos de industrialização, de forma a beneficiar as regiões periféricas da economia brasileira.

A opção do acesso ao financiamento externo como fonte de recursos para os projetos previstos no II PND, refletiu-se em um aumento expressivo da dívida externa da economia brasileira. Como forma de deixar isso mais evidente, constata-se que os investimentos das empresas estatais vivenciaram restrição para o acesso ao crédito interno e deveriam conter o aumento de tarifas de forma a não gerar focos inflacionários na economia. Nesse contexto, elas se viam forçadas a recorrer às fontes de financiamento externo, as quais tornavam

possível cobrir o hiato de divisas. Para o setor privado, o governo disponibilizou crédito subsidiado através de agências oficiais; como exemplo disso pode ser citado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

No final da década de 70 ocorre um segundo choque do petróleo, o qual atrelado à reversão das condições do mercado financeiro internacional e aos reflexos da ênfase dos gastos públicos, com restrições nas respectivas receitas, geraram estrangulamentos na economia brasileira.

Os desequilíbrios gerados pela economia internacional foram provenientes da reversão na liquidez até então existente e da elevação internacional das taxas de juros, ao mesmo tempo em que há mudança do sistema de câmbio fixo. Esses fatores, especialmente o primeiro, implicaram em aumentos expressivos dos juros da dívida externa da economia brasileira.

No âmbito interno, as contas públicas apresentavam saldos deficitários decorrentes dos seguintes fatores: redução da carga tributária bruta, aumento das transferências, juros da dívida externa, e déficit nas estatais decorrentes dos empréstimos e da contenção nos valores das tarifas públicas ao longo do período.

A análise da década de 70 evidencia que o governo decide manter crescimento acelerado com uso de recursos externos, os quais sofrem elevação no custo de captação após o segundo choque do petróleo, refletindo na dívida externa brasileira.

A opção pela manutenção do crescimento impacta da mesma forma em todas as Regiões brasileiras, nesse contexto apenas o posicionamento do Governo frente à política regional poderia gerar efeitos regionais diferenciados.

2.2.5 A Primeira Metade da década de 80

Ao longo da primeira metade da década de 1980, a economia brasileira vivencia um processo recessivo decorrente das medidas adotadas para o ajustamento da crise externa. Ao discutir os fatores que ocasionaram a crise vivenciada pela economia brasileira nesse período, GREMAUD et alli (2002) ressaltam as conseqüências do crescimento forçado ao longo do II PND e os reflexos da crise no mercado cambial. Ao discutir os fatores que provocam

alterações no mercado cambial brasileiro, esses autores destacam: o segundo choque do petróleo em 1979, a mudança na conduta da política americana e a moratória mexicana.

Sobre os aspectos destacados no parágrafo precedente, tem-se que para manter o ritmo de crescimento acelerado no período do II PND, o Governo Brasileiro recorreu ao financiamento externo em um sistema de taxas de juros flutuantes. Com o Segundo Choque do Petróleo, há uma imediata redução da disponibilidade de recursos financeiros no mercado internacional e, conseqüentemente, elevação da taxa de juros. Essa elevação da taxa de juros no mercado internacional ocasiona um aumento dos serviços da dívida externa da economia brasileira.

Ao discutir o contexto interno da economia brasileira, no início da década de 1980, GREMAUD et alli (2002) ressaltam que o Estado vivenciava uma crise fiscal decorrente da queda da arrecadação tributária, em função da elevação da dívida interna há aumento das transferências, estatais apresentavam saldo deficitário em função do controle tarifário e da elevação do passivo, orçamento monetário deficitário. Paralelo a isso verificava aceleração do processo inflacionário resultante do desequilíbrio externo, do déficit público e dos choques de oferta na agricultura e no petróleo.

Nesse ambiente de incapacidade para financiar a dívida externa através da obtenção de empréstimos no mercado internacional, o governo centra sua política na obtenção de divisas através das transações correntes da economia brasileira com o mercado internacional, ou seja, pela obtenção de saldo superavitário no Balanço de Pagamentos.

Para obter os recursos, a política econômica brasileira até meados da década de 1980 será conduzida no sentido de gerar uma redução da capacidade de absorção interna, provocar queda nas exportações, tornar os preços dos produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional, e elevar o volume de importações. Ao realizar uma síntese das medidas adotadas, GREMAUD et alli (2002) resalta:

- 1) Como medidas de contenção da demanda interna tem-se: redução do déficit público através da queda dos gastos, especialmente investimento; aumento da taxa de juros interna e restrição ao crédito; redução do salário real.
- 2) Para canalizar essas restrições internas em fatores favoráveis para as transações com o mercado internacional o Governo adota intensa desvalorização da moeda nacional; elevação

do preço dos derivados de petróleo; estímulo à competitividade da indústria nacional, através da contenção de alguns preços públicos e de subsídios e incentivos à exportação.

A análise da década de 80 demonstra que o Governo brasileiro adotou medidas restritivas para obter saldo superavitário no Balanço de Pagamentos. Os resultados da política adotada pelo Governo ao longo desse período foram benéficos na obtenção de divisas, entretanto, no âmbito interno ocorreu um processo recessivo, aceleração do processo inflacionário e crescimento da dívida interna do Governo.

2.2.6 O Final da Década de 80 e Anos 90

A partir da metade da década de 1980, em todos os governos o combate à inflação aparece como a meta principal da política macroeconômica. Isso fica evidente no conjunto de Planos Econômicos que foram implementados objetivando a estabilidade dos preços. Os quais se constituíram nos Planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor (1990), Collor II (1991) e Real (1996). Com o objetivo de analisar a evolução da economia brasileira nesse período, realizar-se-á uma síntese das principais medidas implementadas em cada Plano e os resultados obtidos através das mesmas.

O Plano Cruzado, implementado em 28/02/1986, apresentava como medidas principais: reajuste salarial pela média dos últimos 06 meses, congelamento de preços, adoção do sistema de câmbio fixo pelo valor de 27/02/1986, reajuste de aluguéis por um fator multiplicativo.

Em conjunto com as medidas explicitadas no parágrafo precedente não foram definidas metas para a política monetária e a política fiscal. Nesse contexto, tem-se que a política monetária seria determinada em função da evolução apresentada pela economia brasileira às medidas implementadas, ou seja, a taxa de juros constituía uma variável endógena. No que se refere à política fiscal, GREMAUD et alli (2002) destaca as medidas de cunho institucional: início do processo de unificação orçamentária, a criação da Secretaria do Tesouro Nacional e o fim da Conta-Movimento, fazendo com que o Banco do Brasil deixasse de ser Autoridade Monetária.

Inicialmente o Plano Cruzado obtêm efeitos satisfatórios sobre o processo inflacionário. Entretanto, o congelamento dos preços e os ganhos reais nos salários, dentre outros fatores, provocam uma elevação na demanda agregada. O aumento do poder de absorção interna termina por gerar pressões para elevação no nível de preços e tem-se o retorno do processo inflacionário na economia brasileira.

Em 12/06/87 é implementado o Plano Bresser, o qual apresentava como medidas principais: congelamento de preços, salários e aluguéis durante 03 meses; mudança da base do IPC; desvalorização cambial; introdução da Tablita com desvalorização de 15% am para contratos financeiros pós-fixados; criação da URV, que corrigia salários com base na média geométrica da inflação. Em conjunto com essas medidas tem-se a adoção de políticas monetária e fiscal restritivas.

Ao discutir os resultados desse Plano, GREMAUD et alli (2002) ressalta: bem sucedido na recuperação da Balança Comercial e na queda inicial da inflação, o Plano Bresser provocou uma queda significativa na produção industrial. Os desequilíbrios de preços relativos que geravam pressões de custos levaram ao recrudescimento da inflação.

Com o fracasso do Plano Bresser em conter a inflação, há nova mudança no Ministério da Fazenda com Maílson da Nóbrega assumindo como ministro. No início, o governo não propõe nenhum Plano e coloca que o controle do processo inflacionário é possível com adoção de medidas austeras. BAER (2002) destaca dentre elas: proibição de contratação pelo setor público, congelamento do valor dos empréstimos do setor privado ao setor público e suspensão do mecanismo de indexação para reajuste dos salários do funcionalismo público.

Em conjunto com o controle dos gastos o governo reduz a taxa de reajuste de tarifas públicas e empresas controladas pelo Estado e a desvalorização cambial. Ao analisar essas mudanças, BAER (2002) destaca que o custo da contenção do processo inflacionário coube ao Estado e ao setor exportador.

As medidas supracitadas não impediram nova aceleração inflacionária, fato este que levou o Governo a implementar no início do ano de 1989 o Plano Verão. Segundo BAER (2002, págs:199/200), as seguintes medidas foram implementadas: *“(1) novo congelamento de preços e salários; (2) eliminação da indexação, exceto para depósitos de poupança; (3) introdução de uma nova moeda , o Cruzado Novo, equivalente a 1000 Cruzados, (4) uma tentativa de restringir a expansão monetária e de crédito (aumentando as exigências de reserva para 80%; reduzindo o prazo de empréstimos ao*

consumidor de 36 para 12 meses; suspendendo a conversão da dívida em capital de giro) e (5) uma desvalorização cambial de 17,73%”

Como os Planos anteriores haviam evidenciado que decretos oficiais para congelar e desindexar preços eram ineficientes, o impacto do Plano Verão sobre o processo inflacionário teve uma duração inferior àquela dos Planos anteriores. BAER (2002, pág:200) destaca que “*De uma taxa mensal de 36,6% em janeiro de 1989, o Índice Geral de Preços caiu para um mínimo de 4,2% em março, e depois aumentou acentuadamente, atingindo 37,9% em julho, 49,4% em dezembro e 81% em março de 1990.*”

Ao assumir a presidência em março de 1990, com a inflação atingindo 81% am, o presidente Fernando Collor de Mello implementa um programa para contenção do processo inflacionário. BAER (2002) destaca as seguintes medidas:

- Congelamento por 18 meses com taxa de retorno igual à taxa de inflação mais 6 % aa das seguintes aplicações: 80% dos depósitos de *overnight*, conta corrente e poupança no valor excedente a NCz\$ 50 mil;
- Adoção do cruzeiro como moeda nova, a qual era trocada na proporção um por um com a antiga;
- Cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) sobre ativos financeiros, transações com ouro e ações, retiradas da poupança;
- Congelamento de preços e salários, os quais teriam reajustes posteriormente com base na inflação esperada;
- Eliminação de incentivos fiscais (importação e exportação, agricultura, regionais, indústria de computadores);
- Indexação dos impostos;
- Implementação de medidas para reduzir a sonegação fiscal;
- Reajuste das tarifas públicas;
- Liberação do câmbio e medidas para abertura da economia;
- Extinção de vários institutos governamentais;
- Medidas para iniciar processo de privatização.

Como resultados imediatos das medidas adotadas há queda significativa na liquidez da economia, com um mês a inflação cai para um dígito e redução no nível de atividade econômica. BAER (2002) destaca que pressões de grupos e recessão levam o governo a

desbloquear parte dos recursos financeiros retidos, antes do prazo previsto; esse procedimento em conjunto com o superávit do Balanço de Pagamentos ocasiona a rápida remonetização da economia.

Em 1990 o governo obtém um superávit primário na ordem de 2%, no entanto, BAER (2002) destaca que esse resultado foi decorrente de medidas artificiais, tais como: imposto extraordinário sobre operações financeiras, suspensão da dívida em decorrência do congelamento dos ativos e atrasos nos pagamentos que o governo deveria efetuar a seus fornecedores.

O processo inflacionário volta a acelerar na segunda metade da década de 1990, ocasionando valorização da taxa de câmbio real. A valorização do câmbio em conjunto com a retirada dos incentivos às exportações provoca redução das exportações em 8,7% e elevação das importações em 11,5% no ano de 1990.

Segundo BAER (2002), o retorno da inflação na segunda metade da década de 1990 foi resultado do relaxamento do controle de preços e salários e da remonetização irregular. Em 1991, o governo implementa o Plano Collor II, o qual estava centrado em reforma financeira limitada através da eliminação da *overnight*, ataque à inflação inercial com congelamento de preços e salários e extinção de várias formas de indexação.

A *overnight* foi substituída pelos Fundos de Aplicações Financeiras, o qual tinha composição regulada pelo governo, tais fundos tinham rendimento baseado na Taxa de Referência – TR, a qual era calculada com base nas taxas futuras de papeis privados e federais.

Segundo BAER (2002) a busca de austeridade consistiu no controle de fluxos de caixa e contenção dos gastos das estatais. O autor destaca as seguintes medidas: bloqueio de 100% dos orçamentos dos Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social e 95% dos fundos destinados a investimento; liberação de recursos dependente da aprovação do Ministério da Fazenda; aumento das tarifas públicas antes do congelamento, redução das transferências federais e controle dos gastos das empresas estatais.

As medidas adotadas pelos Planos implementados ao longo do governo de Fernando Collor de Mello não foram eficientes no controle do processo inflacionário e provocaram redução na produção. Ao analisar a economia no início do governo de Itamar Franco BAER(2002, pág 209) destaca: “ (...) *em outubro de 1992, o desempenho econômico não mostrava melhora significativa. A inflação continuou a apresentar uma taxa mensal de*

25% nos últimos três meses do ano, subindo para mais de 30% na segunda metade de 1993. Embora o PIB tivesse se recuperado ligeiramente no último trimestre de 1992, ele declinou novamente no primeiro trimestre do ano seguinte.”

O Plano Real, implementado no final de 1993, também colocava como objetivo principal o controle do processo inflacionário. Ao analisar as condições da economia brasileira no momento de implementação do Plano, GREMAUD (2002) ressalta os seguintes aspectos: “Plano seria adotado gradualmente (..), não iria recorrer a congelamentos, mas a uma substituição gradual da moeda, (...), preocupava-se com os desequilíbrios da economia, (...), como o país havia reingressado no fluxo voluntário de recursos externos, tendo acumulado um volume significativo de reservas”(pág. 469)

Para controlar o processo inflacionário na economia brasileira, o Plano Real previa a seqüência de três etapas: o ajuste fiscal, a indexação completa da economia e a reforma monetária.

O ajuste fiscal tinha como objetivo evitar que déficit do orçamento público constituísse pressão para manutenção do processo inflacionário. Inicialmente, esse ajuste foi composto pela redução dos gastos públicos, aumento da arrecadação através do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (CPMF) e pela aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE).

A indexação total da economia, iniciada em fevereiro de 1994, consistia no reajuste diário dos preços em cruzeiros para a unidade de conta URV (Unidade Real de Valor), sendo que essa sofria correção diária com base na inflação capturada pelos principais índices de preços.

Ao analisar os impactos do Plano Real, GREMAUD et alli (2002) destacam: que há redução do processo inflacionário, a qual apresentou um ritmo mais lento em relação aos Planos implementados anteriormente, comportamento resultante da não utilização do congelamento de preços como mecanismo de contenção do processo inflacionário.

Apesar da adoção pelo Governo de uma política monetária restritiva, constata-se um crescimento da atividade econômica no período pós Real. A elevação no nível de demanda agregada da economia decorreu da elevação na renda real das famílias em função da redução do processo inflacionário, a estabilidade de preços reduzia o grau de incerteza, conseqüentemente, ampliava as transações efetuadas pelo sistema de crédito.

Uma segunda conseqüência do Plano Real se constituiu na estabilização atrelada à valorização cambial. A estabilidade de preços atrelada à evolução do câmbio propicia uma

acomodação dos preços internos aos vigentes na economia internacional, entretanto, isso provoca um desnível nos preços relativos dos produtos comercializados no mercado internacional em relação àqueles transacionados apenas no mercado interno. No período subsequente à implementação do Real constata-se que a entrada de recursos externos com a adoção de um mercado de câmbio “livre” proporciona a valorização do câmbio, paralelo a isso há a abertura cambial e a disponibilidade de reservas; tais fatores conjuntamente acabaram gerando pressão para manutenção dos níveis de preços internos.

Vale ressaltar que o comportamento do mercado cambial apesar de ter propiciado uma maior estabilidade de preços provocou o surgimento de saldos deficitários no Balanço de Transações Correntes. Ao discutirem as contas integrantes do Balanço de Pagamentos, GREUMAUD et alli (2002) destacam que o aumento das importações foi mais expressivo nos bens de consumo, os quais não geram efeitos na capacidade de produção futura da economia, por outro lado, tem-se que a entrada de capitais concentrou-se de forma mais acentuada em investimentos de portfólio, os quais podem sair rapidamente da economia em decorrência de alteração nas variáveis internas ou internacionais.

Em decorrência dos efeitos gerados pelo comportamento do mercado cambial, o Governo, em outubro de 1994, adota medidas de restrição ao crédito, bem como passa a adotar o sistema de banda cambial e adoção de restrições à entrada do capital estrangeiro como forma de interromper a apreciação da taxa de câmbio nominal. A economia mantém o saldo deficitário nas Transações Correntes.

Como a alteração na taxa de câmbio poderia refletir em um retorno do processo inflacionário, o Governo adotou, a partir de março de 1995, uma política de restrições à demanda interna através da elevação da taxa de juros e restrições ao crédito. A elevação da taxa de juros garantia entrada de capitais estrangeiros para aplicação no mercado financeiro, em que pese o fato dos referidos capitais não gerarem rebatimentos no setor produtivo, observa-se que os mesmos promoviam estabilidade no Mercado Cambial.

Como efeitos do Plano Real tem-se que apesar do referido Plano ter proporcionado um maior controle do processo inflacionário na economia brasileira, o mesmo teve rebatimentos nocivos na capacidade produtiva nacional.

A análise do período evidencia que o foco principal da política econômica se constituiu na redução do processo inflacionário. Dos Planos referenciados, o mais eficiente nesse aspecto

foi o Plano Real. Entretanto, vale destacar que a busca do controle da inflação repercutiu negativamente no nível de produção e, conseqüentemente, na geração de emprego da economia interna.

2.3 Considerações Finais

A discussão realizada evidencia alternância da política macroeconômica ao longo do período de 1950-1990, em síntese constata-se que:

- Nos anos de 1930-1960, o governo adota medidas que proporcionem desenvolvimento do parque industrial nacional;
- No período de 1960-1973, após contornar a crise política e realizar as reformas necessárias a economia brasileira vivencia o “Milagre Econômico” no final do período;
- Na década de 1970, apesar das condições externas adversas, o governo brasileiro mantém a opção pela manutenção do crescimento acelerado, esta escolha implicou na elevação dos serviços da dívida externa e restrições nas fontes de financiamento na etapa subsequente;
- Nas décadas de 1980 e 1990, a preocupação principal passa a ser o controle do processo inflacionário com o crescimento econômico, constituindo-se objetivo secundário. Nesse período, mais especificamente na década de 1990, intensifica-se a abertura da economia e a retirada do governo da economia através da privatização.

CAPITULO 3:Análise das Políticas Regionais de Âmbito Federal e da Capacidade de Financiamento dos Governos Estaduais - 1950/1999

3.1 Introdução

A discussão da análise do papel dos Governos Federal e Estadual na evolução apresentada pelas economias estaduais ao longo do período em estudo ocorrerá inicialmente com as políticas de cunho puramente Federal e, posteriormente, a capacidade de financiamento dos Governos Estaduais mensuradas pela origem e quantitativo de receitas obtidas ao longo do período em estudo.

Colocando de outra forma, nesse momento, efetuar-se-á uma análise das políticas de âmbito Federal de cunho puramente regional, ou seja, com objetivo de promover o desenvolvimento de regiões específicas; e ao mesmo tempo, realizar-se-á uma discussão da capacidade de os governos estaduais¹⁵ interferirem no comportamento apresentado por suas respectivas economias ao longo do tempo.

Como as informações acerca das receitas dos estados encontravam-se padronizadas apenas a partir de 1982, optou-se por efetuar a análise da capacidade de financiamento dos Governos estaduais a partir desse ano. Em que pese o fato de não ser possível efetuar comparações da capacidade de financiamento dos Governos com seus respectivos gastos antes de 1982, tem-se que essa informação propicia uma análise mais acurada da situação vivenciada pelos governos estaduais a partir de 1982, momento no qual reduz as inversões de cunho federal.

¹⁵ Como os governos estaduais não detêm poderes para estabelecer políticas macroeconômicas em um sistema federativo a discussão da capacidade de cada governo estadual interferir nos rumos de suas respectivas economias estará baseada, nesse momento, na saúde financeira dos estados.

3.2 Políticas de Cunho Regional do Governo Federal

Ao discutir a questão regional, DINIZ (2001) destaca que no período pós-guerra, em decorrência, dentre outros fatores, da pressão das economias socialistas os seguintes aspectos ganharam posição de destaque nas economias capitalistas: desenvolvimento econômico, reconstrução européia e japonesa e desigualdade dentro e entre países.

A América Latina não ficou imune às discussões sobre desenvolvimento e desigualdade. A Comissão Econômica para América Latina - CEPAL ao analisar as desigualdades entre países destaca que o relativo atraso dos países da América Latina em relação às economias centrais, naquele momento, era decorrente das relações de troca desiguais entre as duas Regiões.

No período pós-guerra, as economias centrais tinham suas economias centradas na produção de bens industrializados, os quais são produtos elásticos, conseqüentemente, o aumento da produção seguido de redução nos preços era acompanhado por elevação significativa na quantidade demandada. Por outro lado, as economias periféricas, dentre elas a da América Latina, tinham suas economias centradas na produção primária, a qual não sofria elevação expressiva na quantidade demandada em resposta à redução nos preços.

Considerando o exposto, as economias periféricas vivenciariam ao longo do tempo relações de troca desfavoráveis, colocando de outra forma, tenderia a ter que exportar cada vez mais produtos primários em contrapartida à mesma quantidade importada de produtos industrializados.

Como solução a CEPAL propunha a industrialização das economias periféricas, como naquele momento o setor privado não tinha condições econômicas e técnicas de conduzir o processo de industrialização, caberia ao Estado criar as condições para desenvolvimento da indústria, nesse aspecto a CEPAL destaca a relevância do Planejamento Governamental.

A ênfase em planos de desenvolvimento e industrialização colocada pela CEPAL leva governos nacionais a incorporarem essa visão para reduzir os desníveis regionais em economias nacionais. Este comportamento desemboca na criação de instituições e programas de desenvolvimento regional. Ao analisar a economia brasileira, DINIZ (2001, pág 3) destaca as seguintes medidas: “ *criação da Comissão do Vale do São Francisco(CVSF) e da Cia.*

Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), na década de 40, a posterior criação da SUDENE e da SUDAM e os planos de desenvolvimento para o Nordeste e Norte.”

Como primeira interpretação teórica sobre desigualdade regional no Brasil, pode ser colocado o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, escrito por Celso Furtado em 1958, tendo a análise centrada no confronto entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Em função do exposto, utilizar-se-á a Região Nordeste como pano de fundo para expor os trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo visando a redução das disparidades regionais no Brasil.

Até a década de 1950, as disparidades no nível de renda/produto do Nordeste com o Centro-Sul do país eram justificadas por características peculiares à economia nordestina, tais como a seca e o processo histórico de ocupação econômica e demográfica.

Com base nesse quadro, as ações do Estado se constituíam em assistência emergencial com objetivo de reduzir os impactos da precipitação pluviométrica irregular no Nordeste. Tais ações concentravam-se na construção de barragens, poços e açudes sem articulação com programas de valorização econômica da região.

Apesar da participação do Estado não incorporar uma ampla discussão da política regional e das reais necessidades da economia nordestina, ela implicou na criação e transformação de alguns órgãos, tais como: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; Comissão do Vale do São Francisco, em 1948; Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945; Transformação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945.

Os órgãos supracitados evidenciam uma preocupação do Governo com melhoria da infra-estrutura da região e tentativa de solucionar os problemas decorrentes das secas regionais. Ao mesmo tempo, alguns órgãos demonstram tentativa mais consistente para criar na Região condições para um processo de crescimento continuado e autônomo; a exemplo disso tem-se o BNB.

Na década de 1950, dentro da ideologia desenvolvimentista que permeou o mundo pós Segunda Guerra, segundo a qual o Estado tinha papel relevante na determinação dos rumos do desenvolvimento econômico, tem-se uma nova leitura das desigualdades existentes nos níveis de renda/emprego entre o Nordeste e o Centro-Sul do país.

Este novo enfoque incorpora na sua análise fatores endógenos (seca e o processo histórico de ocupação econômica e demográfica) bem como fatores exógenos, tais como a forma que a região foi inserida no processo de maior intercâmbio entre as regiões brasileiras com o centro hegemônico do país.

Como estudo pioneiro dessa nova abordagem, pode ser colocado o trabalho (Singer, 1953) viabilizado por uma articulação da ONU (Organização das Nações Unidas) com o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). O referido autor ao analisar a economia nordestina destaca como fatores causadores de seu atraso relativo: a relação de trocas desfavorável; a emigração de recursos humanos; a transferência de capitais por meio da emigração; as transferências fiscais.

Segundo o autor, estes fatores constituíam conseqüências da forma de articulação da região Nordeste com o Centro-Sul do país, bem como dos efeitos perversos no Nordeste da política macroeconômica adotada pelo Governo Federal (Fiscal e Cambial), as quais tinham como objetivo acelerar o processo de industrialização no Centro-Sul do país.

Neste contexto, o autor colocou como recomendações para a economia nordestina: Economia nos transportes; Economia nos Açudes; Melhor utilização das terras irrigadas; utilização da mão-de-obra subempregada; Alta produtividade do beneficiamento local de insumos; Alta produtividade dos melhoramentos das terras de lavouras existentes; Especialização das várias partes do nordeste; Alta produtividade de investimentos puramente financeiros.

Após o relatório de Hans Singer, tem-se a criação de um grupo de trabalho para analisar a economia nordestina. O resultado de tal estudo se consubstancia no relatório do GTDN e, posteriormente, na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no final da década de 1950.

Ao analisar a economia nordestina na década de 50, o GTDN conclui que esta apresentava um nível de renda *per capita* inferior ao do Centro-Sul do país, bem como um ritmo de crescimento menor do que aquele apresentado nesta última região. Como causas dessas desigualdades o GTDN identificou fatores endógenos¹⁶, peculiares à economia

¹⁶Dentre os fatores endógenos são destacados a escassez de boas terras, precipitação pluviométrica irregular, concentração de renda na zona canavieira, agricultura de subsistência no semi-árido.

nordestina, bem como fatores exógenos¹⁷, os quais decorriam da política adotada pelo governo federal que tinham efeitos perversos sobre a economia do Nordeste.

Uma das formas possíveis para desencadear um novo dinamismo na economia nordestina seria a transição da economia açucareira para uma produção canalizada para o mercado interno da região Nordeste. Entretanto, o GTDN destaca que o grau de concentração da renda na economia açucareira não permitia a constituição de um mercado interno no Nordeste, suficientemente atrativo para o desenvolvimento de indústrias de produção de bens de consumo como ocorreu no Centro-Sul do país.

Uma segunda opção se constituía na canalização dos recursos da economia da zona úmida para produzir outros produtos agrícolas para exportação. No entanto, a escassez de boa terra e a elevada densidade demográfica impedia que o Nordeste pudesse basear sua economia na exportação de produtos agrícolas.

No que se refere à faixa do semi-árido, tinha-se que a atividade econômica era dividida entre a cultura de alguma xerófila, pecuária e agricultura de subsistência. Das atividades citadas apenas a xerófila gerava renda monetária, a qual era dividida na meia entre o proprietário e o trabalhador rural; a renda da pecuária era absorvida pelo proprietário das terras e a cultura de subsistência garantia a quantidade de trabalhadores utilizados na propriedade rural.

Com relação ao segmento industrial nordestino, o GTDN constata que, apesar da produção industrial ter crescido mais do que a população da região no período de 1946-1950, observou-se redução da participação do Nordeste no valor da transformação industrial brasileira, declinando de 11% para 9%, a preços constantes.

Em função da escassez de boa terra e da capacidade da exportação de produtos agrícolas proporcionarem diversificação da estrutura produtiva no Nordeste, o GTDN propõe a elevação do estoque de capital por pessoa ocupada através da industrialização. Sendo que um plano de industrialização na economia nordestina atenderia a dois objetivos:

1º) Reorganizar as indústrias tradicionais, o que implica na reconquista da posição que antes detinham em relação ao parque industrial do Centro-Sul do país;

¹⁷Sobre os aspectos exógenos, tem-se política de desenvolvimento e subsídios industriais, diferença do efeito multiplicador das transferências públicas e do fluxo de saída de investimentos privados, regressividade do sistema tributário.

2º) Modificar a estrutura do sistema industrial da região com a instalação de indústria de base, criando assim um sistema capaz de autopropagação.

A partir do diagnóstico do GTDN tem-se a criação da SUDENE em 1959, a qual tinha como objetivo implementar as medidas identificadas pelo GTDN. Entretanto, a atuação da SUDENE manteve-se mais restrita na intensificação do desenvolvimento do setor industrial nos estados nordestinos; valendo a ressalva de que dentro da própria Região, as forças de mercado prevaleciam na tomada de decisão, fato esse que implicou em concentração do parque industrial em determinadas áreas garantindo a manutenção de estados como o Piauí na última colocação em termos de capacidade de geração de renda na economia nacional.

A discussão efetuada pelo GTDN refletiu também nas Regiões Norte e Centro-Oeste, sendo isso evidente na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO.

A análise da dinâmica econômica da Região Norte evidencia que a evolução em termos de produção e ocupação territorial esteve fortemente atrelada ao papel do Estado na referida economia. BUARQUE et alli (1995), ao analisarem a evolução dessa Região, identificam dois períodos com comportamentos bastante distintos: aquele que transcorre até o final da década de 60 e a etapa subsequente a esse período.

Até o final da década de 1960, a evolução da economia nortista era determinada pelo comportamento do Ciclo da Borracha. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a concorrência internacional no mercado da borracha aliada à inserção do substituto sintético contribui para a perda de participação nesse mercado pela região Norte. A partir desse momento, a região vivencia um longo período de estagnação e relativo isolamento econômico.

A partir de meados da década de 1950, no bojo do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubstichek e das preocupações dos militares com a ocupação das áreas de fronteira, verifica-se a adoção de mecanismos que viabilizaram a intensificação do processo de ocupação da região nortista.

Nesse sentido, o Governo Federal adota os seguintes mecanismos: Recuperação das ações da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA); corporificada na criação da SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Incentivos fiscais e financeiros; Investimentos em infra-estrutura, especialmente para

construção de estradas; Investimentos de empresas estatais na exploração de recursos naturais; Criação de infra-estrutura de Pesquisa para delimitar e estimar as riquezas da região.

Ao discutir os resultados da política adotada para a região nortista BUARQUE et. alli (1995) ressaltam que, a partir da década de 1970, constata-se um crescimento da população e do produto da região, uma maior integração na estrutura produtiva nacional e uma maior diversificação da estrutura produtiva regional.

As alterações na Região Centro-Oeste a partir da década de 1950, mais especificamente a elevação na participação no PIB nacional, se constituíram em parte resultado da transferência da capital brasileira para aquela Região, da expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste do país e ações do Governo Federal através da Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO. Novamente constata-se efeitos dos resultados obtidos no GTDN, levando o governo a criar as precondições para um crescimento mais acelerado nas Regiões, que em 1950 detinham uma menor participação na Renda Nacional.

As ações do Governo Federal nas Regiões Sul e Sudeste não se constituíram na criação de órgãos objetivando alavancar o crescimento da referida região. A evolução histórica evidencia que com o declínio do ciclo dos metais preciosos e o surgimento do café como grande produto para exportação, essa região passa a deter os investimentos mais expressivos.

Na década de 1930 com a queda do preço do café e adoção do Governo Federal de políticas objetivando deslancar a produção da indústria no âmbito nacional, tinha-se no Centro-Sul do país as melhores condições em termos de infra-estrutura, conseqüentemente, as decisões tomadas pelo próprio mercado propiciou a concentração nessa região da produção nacional.

Logo, apesar do Centro-Sul não ser beneficiado pela criação de órgãos que tornassem possível a constituição de uma estrutura produtiva mais adequada à produção, constata-se que como o objetivo do Governo Federal era o desenvolvimento da indústria nacional, indiferentemente da região na qual o parque industrial seria instalado, as políticas macroeconômicas foram extremamente benéficas ao centro-sul do país.

Os estudos sobre desigualdade de renda, entre estados e regiões, com metodologias e períodos de tempo distintos, evidenciam que houve redução dos desníveis regionais no período entre 1950-1990. Apesar da ausência de um estudo que realize mensuração

quantitativa das alocações em nível federal, há consenso entre os estudiosos de que as ações do Governo Federal nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram importantes para a desconcentração na renda regional no período citado.

A partir da década de 1990 os estudos sobre desigualdades regionais no Brasil não são consensuais acerca da manutenção do processo de desconcentração da renda. BACELAR (1999) destaca:

“(...) novas forças atuam, como concentradoras, outras não. Dentre as que atuam no sentido de induzir à desconcentração espacial destacam-se: a abertura comercial podendo favorecer “focos exportadores”, mudanças tecnológicas que reduzem custos de investimento, crescente papel da logística nas decisões de localização dos estabelecimentos, importância da proximidade do cliente final para diversas atividades, ação ativa de Governos locais oferecendo incentivos, entre outros. Enquanto isso, outras forças atuam no sentido da concentração de investimentos nas áreas já mais dinâmicas e competitivas do país. Atuam nesse sentido, em especial, os novos requisitos locacionais da acumulação flexível, como: melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente dotação de infraestrutura econômica, proximidade com os mercados consumidores de mais alta renda.” (pág. 4)

Em conjunto com os aspectos apresentados no parágrafo anterior, constata-se que os esforços do Governo Federal para alavancar o crescimento das Regiões com menor nível de renda perde fôlego ao longo dos anos 90. ZACKSESKI E RODRIGUES (1999) destacam que: ***“já não existem mais políticas regionais que, sob uma única orientação de foco regional, congreguem um mix de ações setoriais. O que pode ser encontrado são ações e instrumentos que agem sobre determinadas áreas, quase isoladamente, ora sobre a indústria, ora sobre a agricultura, infra-estrutura, assistência social, etc”.*** (pg 5)

Para uma análise do impacto do Governo Federal, nas desigualdades regionais, no período mais recente, utilizar-se-á a base de dados levantada por ZACKSESKI E RODRIGUES (1999). Considerando o período de 1995 a 1997 os referidos autores levantam os seguintes valores:

- Os Fundos Constitucionais criados na Constituição de 1988 com objetivo de oferecer recursos a juros subsidiados, mais especificamente, o FNO (Fundo Constitucional do Norte), o FNE (Fundo Constitucional do Nordeste) e o FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste);
- As aplicações referentes às Superintendências de Desenvolvimento (SUDENE, SUDAM e SUFRAMA), órgãos centrados na viabilização do semi-árido (DNOCS e

CODEVASF) e órgãos em processo de extinção (Companhia de Colonização do Nordeste - COLONE e Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR);

- Programas Regionais não administrados por órgãos regionais;
- Programas de irrigação e aproveitamento hidroagrícola;
- Aplicações do BNDES, segundo os autores os principais programas regionais são: “ **(i) Nordeste Competitivo (PNC);(ii) Amazônia Integrada (PAI); (iii) de Fomento à Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul; e (iv) Reconversul e RS-Emprego.**” (pág. 16)
- Renúncias e Isenções Fiscais, para levar em conta os benefícios que atuam sobre a questão regional os autores consideram:

“Incentivos relativos a Zona Franca de Manaus, os associados à implantação e operação das chamadas Áreas de Livre Comércio, os relativos ao Regime Automotivo Especial das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as isenções e reduções do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) de empreendimentos instalados no Norte e Nordeste, assim como os atuais incentivos fiscais, constituídos por FINOR, FINAM e FUNRES.

“ (pág. 17)

Ao sintetizar os valores dos subitens apresentados os autores obtiveram os seguintes resultados:

Quadro 3.1: Consolidação Geral das Ações Regionais do Governo Federal – 1995/1997 (Em R\$ milhões de dez/97)

Regiões	1995		1996		1997		95/97	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	3365	51,0	3691	51,1	4838	51,3	11894	51,1
Nordeste	2570	38,9	2892	40,1	3849	40,8	9311	40,0
Sudeste	138	2,1	115	1,6	128	1,4	381	1,6
Sul	16	0,2	19	0,3	74	0,8	108	0,5
Centro-Oeste	509	7,7	502	7,0	551	5,8	1562	6,7
Total	6598	100,0	7219	100,0	9439	100,0	23256	100,0

Fonte: Zackseski e Rodrigues (1999)

As informações do Quadro (3.1) demonstram que no período em foco houve um crescimento de 43% das aplicações do Governo Federal para desenvolvimento regional. A análise da participação regional evidencia que em torno de 90% dos recursos foram canalizados para as Regiões Norte e Nordeste, ficando a Região Centro-Oeste, com participação menos expressiva, na terceira posição.

Em conjunto com a ausência de dados anteriores a 1995 para confronto, as seguintes observações dos autores proporcionam dúvidas acerca da relevância dos valores do Quadro(3.1) para o desenvolvimento regional:

- Os Fundos Constitucionais foram mensurados pelo montante liberado, no entanto, como constituem fundos rotativos com retorno pelas aplicações, a forma mais adequada seria medir o subsídio embutido na taxa de juros;
- Dos organismos de desenvolvimento incorporados na análise tem-se que alguns se encontram em processo de reestruturação (SUDENE e SUDAM); o DNOCS foi temporariamente extinto e a COLONE e CODEBAR encontram-se extintas e suas despesas são apenas residuais;
- Parcela dos programas não administrados pelos órgãos de desenvolvimento regional podem ser questionados com relação ao seu impacto no desenvolvimento regional;
- Na opção de captação de recursos junto ao BNDES não ficou esclarecida a diferença entre essa opção e as demais formas de captação de crédito;
- Sobre isenções e renúncias Fiscais federais, maior parcela do montante total, não há controle sobre a efetiva execução.

As informações apresentadas por ZACKESKI E RODRIGUES (1999) levantam dúvidas sobre a relevância dos valores constantes no Quadro (3.1) para a redução das desigualdades regionais no período recente. Um outro estudo que também focaliza a política regional do Governo Federal constitui o de BACELAR (1999), no qual a autora analisa os projetos de infraestrutura, e centra seu olhar naqueles com impactos regionais, do Programa Brasil em Ação, constatando que:

- Os programas priorizam a integração das áreas dinâmicas do Brasil ao mercado exterior, em especial MERCOSUL e América Latina, ou seja, são consistentes com a integração competitiva;
- Os programas priorizam dotar de acessibilidade os focos dinâmicos (agrícola, agro-industriais, agropecuários ou industriais), sendo as áreas menos dinâmicas colocadas em segundo plano;
- Os investimentos serão concentrados no Sul-Sudeste, na fronteira noroeste e em áreas dinâmicas do Norte e Nordeste.

A discussão precedente ratifica a afirmativa de que não se verifica a adoção de Política Regional pelo Governo Federal no período recente. Em conjunto com esse posicionamento, BACELAR (1999) destaca que o paradigma tecnológico da microeletrônica e a intensificação do processo de globalização tornam os seguintes fatores relevantes na atração do investimento privado: mão-de-obra qualificada, proximidade com centros de pesquisa, dentre outros. Como tais fatores estão presentes com mais intensidade no Centro-Sul, as forças de mercado estarão trabalhando para um processo de reconcentração da renda nacional, ou seja, a integração competitiva do Brasil no mercado mundial será acompanhada por um aumento das desigualdades regionais no âmbito interno.

Em que pese o fato de o Governo Federal não impactar significativamente as economias regionais através da adoção de uma Política Regional, as demais instâncias de governo podem estar atuando no sentido de compensar a redução dos investimentos federais. A seguir realizar-se-á a análise da capacidade financeira dos governos estaduais.

3.3 Capacidade de Financiamento dos Governos Estaduais

A seção precedente deixa evidente que o Setor Público no âmbito federal foi relevante na determinação da evolução dos indicadores econômicos das regiões da economia brasileira. Os incentivos e mecanismos de financiamento a empreendimentos privados são mais expressivos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou seja, nas localidades em que na década de 1950 ocupavam as posições inferiores em termos de participação na renda gerada pela economia nacional. Entretanto, para o período recente, nota-se a ausência de uma definição de Política Regional por parte do Governo Federal. Paralelo a isso, as condições de mercado indicam que o Centro-Sul torna-se mais atraente para investimentos do setor privado.

Entretanto, em que pese o papel atribuído ao Governo Federal na dinâmica apresentada pelas Regiões Brasileiras ao longo do tempo torna-se necessário analisar como as ações dos demais níveis governamentais pode ter afetado o comportamento dessas economias. Na discussão teórica ficou evidente que os efeitos das ações do governo nos níveis e ritmo de crescimento da renda será mais expressivo dependendo do quão tais ações se consubstanciem em geração de infra-estrutura e bens de capital físico e humano, no entanto, a constituição de

tais bens depende da capacidade de financiamento do governo. Em função disso, discutir-se-á, nesse momento, as diversas fontes de receitas dos governos estaduais da economia brasileira.

Como esse estudo se propõe a analisar a relevância dos gastos estaduais nas rendas dos respectivos estados e para os anos iniciais as informações referentes às rendas dos estados restringem as economias do Amazonas e do Pará, centrar-se-á, ao longo de todo o estudo, na análise do comportamento apenas desses dois estados nortistas.

Como primeiro indicativo utilizar-se-á o comportamento apresentado pela proporção entre as despesas e receitas no contexto estadual, ou seja, analisar-se-á a saúde financeira dos governos estaduais ao longo do período em estudo.

Tabela 3.1: Participação % da Receita Total na Despesa Total dos Estados 1982/2000 (média anual)				
Estados	82/85	86/90	91/95	96/00
AM	105%	101%	114%	114%
PA	106%	113%	101%	100%
AL	108%	96%	110%	96%
BA	93%	93%	97%	101%
CE	84%	99%	101%	96%
MA	121%	126%	102%	122%
PB	118%	84%	92%	107%
PE	116%	101%	98%	125%
PI	113%	78%	107%	117%
RN	97%	78%	103%	102%
SE	107%	104%	100%	106%
MG	100%	100%	100%	97%
ES	112%	101%	95%	98%
RJ	91%	76%	100%	96%
SP	98%	87%	84%	100%
PR	104%	86%	105%	104%
SC	90%	97%	86%	101%
RS	69%	96%	95%	94%
GO	107%	88%	97%	101%
MT	80%	80%	91%	96%

Fonte: Anuários Estatísticos/BACEN

Em termos regionais a Tabela (3.1) evidencia que na Região Norte os estados mantêm saldo superavitário ao longo de todo o período, sendo esse diferencial mais expressivo para o Estado do Amazonas. No Nordeste, os estados alternam de posição ao longo do período, no entanto, os saldos superavitários predominam. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste a situação típica constitui saldo deficitário, exceção a este fato constitui o Estado de Minas Gerais, no qual o equilíbrio no orçamento estadual predomina ao longo do tempo.

A discussão do parágrafo anterior demonstra que as Regiões, que no início do período apresentavam um nível mais elevado de renda, também constituíram aquelas que apresentaram

tendência de saldo deficitário. Ao mesmo tempo em que esse comportamento pode inviabilizar a manutenção de uma política estadual mais intensa no longo prazo por parte dos governos estaduais, tem-se que tal padrão de comportamento dependendo da sua efetivação em termos de gastos em infra-estrutura e criação de capital humano pode refletir em alterações mais expressivas no ritmo de crescimento e, conseqüentemente, nos níveis de renda a serem obtidos por tais economias no longo prazo.

A observação do comportamento dos estados em termos de períodos de tempo demonstra que, no período de 1982/1985, oito estados apresentaram saldos deficitários. Na segunda metade da década de 1980, esse total salta para 12 estados e, na primeira metade da década de 1990 recua para 09 estados, fechando o final dos anos 90 com um total de 07 estados com saldos deficitários. A colocação precedente evidencia que durante a crise vivenciada pela economia brasileira ao longo dos anos 80 os governos estaduais tenderam a vivenciar situação de desequilíbrio dos seus respectivos orçamentos.

A análise dos estados que tenderam a manter a mesma posição no período em estudo demonstra que nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão os governos estaduais mantiveram os orçamentos equilibrados ao longo de todo o período, nesse conjunto vale ressaltar que na economia maranhense a despesa manteve em torno de 75% da receita total do governo estadual, apresentando os saldos superavitários mais elevados. No extremo oposto encontram-se os estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso nos quais os governos ao longo de todo o período apresentaram saldo deficitário em seus respectivos orçamentos, nesse momento vale acrescentar que os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram os saldos deficitários mais expressivos e em apenas um período os seus governos estaduais apresentaram superávit nos seus orçamentos.

Para verificar em que extensão os governos estaduais foram capazes de gerir os recursos, verificar-se-á nesse momento os principais fatores que originaram as receitas estaduais na economia. A receita orçamentária dos estados ao longo do período em foco nesse estudo encontra-se dividida nas seguintes contas: Receita Corrente e Receita de Capital; sendo a primeira das duas contas subdividida em Receitas Tributária (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e outros), Transferências Correntes (Fundo de Participação Estadual, Imposto de Renda, Outros), Outras Receitas Correntes. A Conta Receita de Capital subdivide-se em Operações de Crédito, Alienação de Bens e Transferências de Capital.

Com objetivo de identificar a origem dos recursos utilizados pelos governos estaduais proceder-se-á na análise da participação das duas grandes contas: Receita Corrente e de Capital e, posteriormente, na subconta que identifica a independência em termos de geração de recursos pelas economias, Receita Tributária, e na conta que identifica a participação indireta do Governo Federal na geração de recursos para as

Tabela 3.2: Participação % da Receita Corrente na Receita Total dos Estados 1982/2000 (média anual)					
Estados	82/85	86/90	91/95	96/00	
AM	82%	86%	99%	89%	
PA	72%	76%	94%	96%	
AL	79%	87%	96%	99%	
BA	68%	79%	94%	94%	
CE	92%	84%	95%	91%	
MA	59%	86%	100%	80%	
PB	64%	79%	100%	91%	
PE	83%	83%	94%	63%	
PI	62%	89%	95%	85%	
RN	84%	87%	97%	92%	
SE	77%	78%	91%	92%	
MG	75%	67%	72%	90%	
ES	70%	86%	95%	91%	
RJ	87%	84%	90%	99%	
SP	92%	93%	82%	97%	
PR	80%	83%	97%	64%	
SC	100%	85%	88%	75%	
RS	82%	84%	89%	92%	
GO	79%	87%	90%	96%	
MT	57%	73%	96%	95%	

Fonte: Anuários Estatísticos/BACEN

economias estaduais, ou seja, verificar-se-á o comportamento apresentado pelas Transferências Correntes e Transferências de Capital.

A Tabela (3.2) deixa evidente que as Receitas Correntes constituem na principal fonte de recursos dos governos estaduais durante o período que transcorre de 1982/2000. Em termos dos diferenciais entre os estados integrantes de uma mesma Região, observa-se que nos Estados da Região Norte os valores mínimos e máximos flutuam no intervalo de 72% e 92%; no Nordeste entre 59% e 99%; no Sudeste entre 67% e 99%; no Sul entre 64% e 100% e no Centro-Oeste no intervalo de 57% e 96%.

As colocações efetuadas no parágrafo anterior demonstram que a discrepância é mais expressiva entre os estados da Região Nordeste e do Centro-Oeste. Esse comportamento

decorre no primeiro caso do maior número de Estados em observações, portanto, comportamentos atípicos sendo considerados.

No que se refere à Região Centro-Oeste constata-se que ao longo de todo o período a participação da Receita Corrente tende a ser inferior àquela apresentada por todos os demais estados brasileiros.

Ao analisar o comportamento apresentado pelos estados, independente das suas respectivas Regiões, tem-se que na maioria dos estados da economia brasileira há uma elevação da participação da Receita Corrente na Receita Total durante o período que transcorre de 1982/2000. Desse conjunto podem ser identificados dois subconjuntos, um grupo de estados que tem a tendência crescente interrompida entre a primeira e segunda metade da década de 90, e o segundo grupo que mantém o comportamento crescente inclusive para a fase final da década de 90. Os estados integrantes do primeiro grupo constituem na Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Maranhão. Por outro lado, no segundo conjunto é integrado pelo Pará, Alagoas, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Goiás. Vale ressaltar que o estado de São Paulo também apresenta um comportamento crescente na participação da Receita Corrente na Receita Total, no entanto, diferente dos demais se verifica uma queda na participação entre a segunda metade da década de 80 e primeira metade da década de 90.

Os demais estados apresentam um comportamento decrescente que oscila em alguns períodos, ou seja, o estado do Ceará apresenta um comportamento decrescente, o qual é interrompido no final da década de 80 e primeira metade da década de 90. Santa Catarina só apresenta elevação da participação da Receita Corrente na Receita Total entre a segunda metade da década de 80 e primeira metade da década de 90. No que se refere ao Rio de Janeiro, apresenta crescimento da participação da Receita Corrente na Receita Total apenas entre o final da década de 80 e primeira metade da década de 90.

Para identificar o quão das receitas dos estados em termos correntes pode ser atribuída ao Governo Federal através de transferências e a parcela pertinente ao desenvolvimento das atividades produtivas em cada localidade, analisar-se-á, nesse momento, o peso da receita tributária no montante de receita corrente disponibilizada para os governos estaduais.

Tabela 3.3: Participação % da Receita Tributária na Receita Corrente dos Estados Brasileiros - 1982/2000 (média anual)				
Estados	82/85	86/90	91/95	96/00
AM	55%	57%	54%	62%
PA	55%	49%	43%	45%
AL	56%	46%	40%	38%
BA	75%	58%	49%	65%
CE	57%	40%	49%	57%
MA	31%	22%	29%	32%
PB	37%	41%	38%	40%
PE	62%	63%	60%	61%
PI	33%	33%	32%	37%
RN	36%	38%	35%	46%
SE	37%	36%	38%	36%
MG	71%	70%	74%	65%
ES	72%	68%	71%	70%
RJ	84%	80%	61%	56%
SP	86%	81%	85%	78%
PR	89%	86%	70%	51%
SC	86%	75%	79%	70%
RS	83%	70%	64%	70%
GO	56%	45%	45%	46%
MT	71%	74%	74%	63%

Fonte: Anuários Estatísticos/BACEN

Em termos do comportamento dos estados integrantes de uma mesma Região, a Tabela (3.3) deixa evidente que nos estados da Região Norte a participação da receita tributária na receita corrente mantêm-se no intervalo entre 43% e 62%, ao mesmo tempo constata-se que a receita tributária é mais relevante na economia do Amazonas em relação à economia do Pará ao longo de todo o período em estudo.

Os estados da Região Nordeste seguem o mesmo padrão verificado nos estados da Região Norte, ou seja, em tais estados constata-se que a Receita Tributária em geral não atinge 50% do total das receitas dos governos estaduais. Exceção a esse comportamento constitui o Estado de Pernambuco, no qual ao longo de todo o período a participação da Receita Tributária na Receita Total mantêm-se acima de 50% da Receita Total. Vale ressaltar que a Bahia inicia o período com um peso mais expressivo da Receita Tributária e mantêm-se abaixo de 50% no intervalo entre a segunda metade de 80 e início da década de 90, voltando a assumir uma participação superior a 50% no final da década de 90.

Nos estados das Regiões Sudeste e Sul constata-se que a receita tributária constitui a principal fonte de receita dos governos estaduais ao longo de todo o intervalo de tempo em análise. Vale destacar nesse momento que as economias paulista e paranaense são aquelas nas quais os percentuais de participação da receita tributária são mais elevados.

Na Região Centro-Oeste constata-se comportamentos diferenciados, enquanto no Estado de Mato Grosso a Receita Tributária representa mais de 50% das fontes de receita do Governo Estadual, no Estado de Goiás a referida receita—apenas no período inicial, 1982/1985— o percentual supera 50%.

Na análise da composição da Receita Corrente constatou-se que para as Regiões que apresentam uma estrutura produtiva mais completa (Regiões Sul e Sudeste) as Receitas Tributárias apresentam-se com uma participação mais significativa. Ao mesmo tempo, para os estados que se encontram na posição inversa as transferências do Governo Federal constituem a principal fonte de recursos das Receitas Correntes.

Com o objetivo de verificar a composição da Conta de Capitais, apresentar-se-á, nesse momento, a participação das Operações de Crédito na Receita de Capital dos estados da economia brasileira. A observação do comportamento dos estados integrantes de uma mesma Região demonstra que: Na Região Norte, a participação das operações de crédito na Receita

3.4: Participação % das Operações de Crédito na Receita de Capital dos Estados Brasileiros - 1982/2000 (média anual)					
Estados	82/85	86/90	91/95	96/00	
AM	86%	94%	97%	20%	
PA	33%	29%	13%	50%	
AL	88%	90%	23%	36%	
BA	65%	68%	89%	81%	
CE	94%	98%	82%	58%	
MA	89%	78%	2%	14%	
PB	87%	97%	9%	18%	
PE	81%	45%	79%	1%	
PI	51%	47%	0%	73%	
RN	80%	49%	0%	13%	
SE	45%	40%	14%	23%	
MG	89%	46%	45%	11%	
ES	61%	58%	69%	7%	
RJ	99%	100%	100%	76%	
SP	98%	99%	97%	30%	
PR	78%	62%	79%	8%	
SC	62%	100%	100%	55%	
RS	99%	99%	99%	37%	
GO	80%	50%	65%	25%	
MT	82%	74%	36%	32%	

Fonte: Anuários Estatísticos/BACEN

de Capital são mais expressivas no Estado do Amazonas em relação àquela verificada na Paraense. Na Região Nordeste, constata-se que nos Estados de Sergipe e do Piauí a participação das Operações de Crédito na Receita de Capital não se apresenta como expressiva ao longo de todo o período de tempo, para essas economias o percentual máximo atingido é de 51%; por outro lado, nos demais estados tem-se que, até o início da década de 90, as operações

de crédito constituíam mais da metade da Receita de Capital dos governos estaduais nordestinos. Na Região Sudeste, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo são aqueles nos quais a participação das operações de crédito na receita de capital é menor ao longo de todo o período de tempo em estudo, vale destacar que em Minas Gerais, apesar do início do período essa participação ser de 89%, já no início da década de 90 esse percentual é inferior a 50% da Receita de Capital. Na Região Sul, as operações de crédito possuem um peso expressivo na renda de capital dos governos estaduais, até a segunda metade da década de 90. Desse conjunto de estados apenas a economia paranaense apresenta um percentual próximo a 80% até 1995. Na Região Centro-Oeste, até início dos anos 90 a economia do Mato Grosso apresenta um percentual mais elevado.

Quando a análise é efetuada considerando o comportamento dos estados ao longo do tempo, verifica-se que nos anos 90 ocorre uma queda generalizada da participação das Operações de Crédito na Receita de Capital.

3.6 Considerações Finais

A discussão deixou evidente que os incentivos do Governo Federal constituíram fator importante no processo de redução das desigualdades entre as economias estaduais até a década de 90. Para o período mais recente, constata-se que não há uma definição clara de uma Política Regional por parte do Governo Federal.

Quando o foco constituiu a capacidade de financiamento dos Governos Estaduais constatou-se que:

- Os estados com níveis de renda mais elevada tenderam a ter orçamentos deficitários, apesar desse indicador evidenciar comprometimento da receita futura, tem-se que sendo esse déficit aplicado em atividade produtiva eleva a renda no futuro e pode compensar o déficit atual;
- As receitas correntes, em geral, se constituíram na principal fonte de recursos dos governos estaduais. No entanto, as receitas correntes dos estados com níveis menores de renda apresentam participação mais elevada das transferências. Esse indicador evidencia que tais economias são mais dependentes dos repasses do Governo Federal.

Capítulo 4:Desigualdades nas Rendas Estaduais Brasileiras para o Período de 1950/1997

4.1 Introdução

As desigualdades entre as rendas estaduais na economia brasileira encontram-se presentes desde o início de seu processo de colonização. A afirmativa precedente fica evidente quando autores, tais como FURTADO (1961), ao analisar o período que transcorre até 1930¹⁸, ressaltam que ao ocorrer alteração no produto com maior aceitação no mercado internacional, constata-se, no âmbito interno, transferência maciça dos recursos produtivos da antiga região produtora para a que se apresentava como mais adequada à produção do novo produto.

A partir da década de 30, quando a economia brasileira inicia um processo de transição de economia primário-exportadora para uma economia mais voltada para o mercado interno, tem-se a manutenção da evolução desigual da renda. Nesse momento histórico, tem-se o Centro-Sul do país com condições mais adequadas para instalação do parque industrial, conseqüentemente, é nessa região que ocorre maior concentração dos investimentos produtivos no momento inicial.

Em que pese o fato dos estados sempre terem apresentado evolução desigual no seu nível de renda, apenas a partir da década de “50” verifica-se volume mais denso de estudos objetivando a discussão das diferenças apresentadas em termos regionais. Como referência clássica pode ser citado o resultado apresentado pelo Grupo de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. Nesse estudo os autores realizam uma análise da economia nordestina e a partir deste contexto apresentam propostas para que essa Região intensifique o seu processo de crescimento, de forma a reduzir as disparidades apresentadas em relação ao Centro-Sul do país.

Como desdobramentos dos resultados apresentados no GTDN, constata-se a criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e de outras instituições, como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). Os órgãos citados

¹⁸ Economia Primária Exportadora

em conjunto com as demais instituições criadas para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste objetivavam criar condições para aceleração do ritmo de crescimento nessas Regiões.

Com o objetivo de discutir a evolução apresentada nas desigualdades entre as rendas estaduais brasileiras, bem como as diferenças entre os ritmos de crescimento da mesma, este capítulo será dividido em três seções: a primeira apresenta a metodologia adotada para analisar as desigualdades nas rendas estaduais, a segunda apresenta análise dos resultados e, finalmente, a conclusão.

4.2 Metodologia

Como forma de apresentar os procedimentos a serem adotados para obtenção de conclusões sobre a evolução das desigualdades, em termo de níveis e de ritmo de crescimento das rendas regionais no Brasil, dividir-se-á essa seção metodológica em duas partes: inicialmente será apresentada a base de dados a ser utilizada nesse capítulo e, posteriormente, os métodos a serem adotados para obtenção de inferências conclusivas.

4.2.1 Base de Dados

As informações utilizadas estão concentradas na renda e na população dos estados, e das regiões da economia brasileira ao longo do período em estudo. Os dados referentes à renda dos estados foram obtidos através de duas fontes de informações: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. As informações coletadas através do IBGE constituem a base de dados utilizada no período que transcorre até a década de 80. Os dados coletados nas publicações do IPEA suprem o período de tempo decorrido entre 1985 e 1999.

Para os períodos em que as informações referentes à renda não foram disponibilizadas utilizou-se uma *proxy* para a renda dos estados¹⁹. A referida *proxy* foi obtida através da obtenção da média da taxa de crescimento linear de cada estado nos períodos que delimitaram a ausência de informação.

Os dados pertinentes à população foram coletados nas mesmas fontes utilizadas para obtenção de informações sobre os níveis de renda.

As informações de renda regional e estadual foram deflacionadas pelo Índice de Disponibilidade Interna – IGP com base em agosto de 1994.

4.2.3 Método

Conforme ressaltado na Introdução, tem-se que esse estudo pretende verificar a evolução das desigualdades nos níveis de renda e no ritmo de crescimento das economias estaduais brasileiras, no período de 1950/1999. Para atender a esses dois objetivos dividir-se-á o método em duas etapas, a primeira se constitui nos critérios adotados para verificar a evolução das desigualdades nas rendas, e, a segunda nos meios adotados para verificar as diferenças apresentadas no ritmo de crescimento e, conseqüentemente, na verificação da existência de convergência.

Para analisar a evolução das desigualdades entre as rendas estaduais na economia brasileira apresentar-se-á, inicialmente, a participação regional na renda agregada da economia nacional. Esse procedimento tornará possível visualizar a posição ocupada pelas diversas regiões na economia nacional.

Em conjunto com a participação da renda regional na nacional tem-se, na literatura econômica, uma gama expressiva de indicadores de desigualdade que podem ser utilizados. HOFFMAN (1998), ao discutir os indicadores de desigualdades e suas respectivas características, apresenta como principais: o Índice de Gini, o Coeficiente de Theil, o Índice de Atkinson, o coeficiente de variação, a variância e a Medida W.

¹⁹ Esta proxy foi calculada para a renda em função da discussão dos gastos estaduais está centrada na participação desse componente da demanda agregada na renda. Como essa constitui uma variável de fluxo e é disponibilizada anualmente tornou-se necessário o cálculo de uma estimativa para a renda dos estados.

Como os índices de Gini e Atkinson demandam a utilização de informações acerca do rendimento familiar e, por outro lado, a base de dados utilizada ao longo desse estudo é constituída na renda agregada dos estados brasileiros, optou-se pela utilização dos seguintes indicadores de desigualdade: a Variância, o Coeficiente de Variação e o Índice de Theil.

A escolha dos indicadores de desigualdade decorreu dos seguintes fatores: a variância proporciona uma primeira medida do grau de distanciamento entre as rendas de um determinado conjunto de economias, mas, como ela é afetada pela unidade de medida e, conforme destacado por HOFFMAN (1998), não atende ao critério de Dalton-Pigou²⁰, utilizar-se-á também o coeficiente de variação. Entretanto, como as desigualdades nas rendas podem encontrar-se no âmbito nacional e no contexto interno das regiões adotar-se-á também o Índice de Theil, o qual torna possível mensurar o grau de desigualdade dentro das regiões e entre as regiões da economia brasileira. A seguir, realizar-se-á uma discussão sucinta de cada um desses indicadores.

A variância proporciona a mensuração da magnitude da dispersão entre as rendas de um determinado conjunto de economias, sendo que quanto maior a distância das rendas das economias em estudo da respectiva renda média, maior será o grau de desigualdade. Como exemplos de estudos utilizando a variância como indicador de desigualdade podem ser citados LAVINAS et alli(1996); AZZONI(1997)²¹.

Diante do exposto ter-se-á nesse estudo a utilização da seguinte fórmula para calcular a variância:

$$S_y^2 = \sum (y_i - \bar{y})^2 / n \quad (4.1)$$

Onde y representa a renda do estado, $\bar{y}$ a média, i constitui o indicador de estado e n é a quantidade de estados em estudo.

O cálculo da variância tornará possível verificar o comportamento da dispersão das rendas regionais ao longo do tempo. Com base nesse indicador tem-se que em um conjunto de economias nos quais a renda é totalmente igualitária, ter-se-á que o referido indicador

²⁰O Critério de Dalton-Pigou destaca que transferências de renda de indivíduos com níveis de renda mais elevados para aqueles que se encontram em faixas de renda menores propicia uma redução nos níveis de desigualdade e, a transferência em ordem inversa proporciona elevação nas desigualdades.

²¹ Vale ressaltar que HOFFMAN(1998), ao analisar esse indicador ressalta que para que a variância seja uma medida de desigualdade torna-se necessário calcular a dispersão do logaritmo da renda.

assumirá valor zero. Por outro lado, quanto mais significativas forem as desigualdades em termos de distribuição da renda, verificar-se-á valores mais elevados para o mesmo.

A variância, apesar de permitir verificar a evolução das desigualdades nas rendas estaduais, é mensurada pela unidade de medida considerada na medição das referidas rendas. Portanto, através da variância não é possível efetuar uma comparação da evolução das desigualdades entre indicadores que apresentem unidades de medidas diferentes.

Para excluir a influência da unidade de medida no cálculo das desigualdades e apresentar uma medida que torne possível a comparação entre variáveis diferentes, calcular-se-á o coeficiente de variação. O coeficiente de variação realiza a ponderação da variância pela média da variável. Ao efetuar essa ponderação, esse indicador torna possível mensurar as diferenças de forma que a unidade de medida da variável não afete os resultados obtidos.

Como exemplos de estudos utilizando esse indicador para analisar as desigualdades entre rendas, podem ser citados: AZZONI (1997), LAVINAS el alli (1996). O cálculo desse coeficiente de variação pode ser expresso através da seguinte fórmula:

$$Cv_r = \frac{S_i^2}{\bar{y}^2} \quad (4.2)$$

Onde S_i^2 é a variância e $\bar{y}^2$ é a média das rendas elevada ao quadrado.

Como indicador de desigualdade adicional calcular-se-á o índice de Theil. Ao discutirem as vantagens do referido índice como meio de mensurar as desigualdades entre um conjunto de economias, DAS E BARUA (1996) ressaltam os seguintes aspectos:

- a) Este indicador constitui uma medida que é independente do tamanho entre regiões;
- b) Ele captura todos os momentos da distribuição, enquanto os indicadores, tais como coeficiente de variação ou proporção, são baseados apenas na média e dispersão;
- c) Enquanto o coeficiente de variação é um índice médio de desigualdade para todas as regiões, o coeficiente de Theil, além de dar um índice médio, também providencia informação da posição relativa de uma região na amostra descrita em termos de proporção.

Com base nesse índice, tem-se que uma alocação igualitária implica em que a participação por estado na renda do país corresponde à participação daquele estado na

população do país. Colocando em termos de fórmula calcular-se-á:

$$J = \sum_{i=1}^n \left(\frac{P_i}{P_{br}} \right) \ln \left[\frac{P_i}{P_{br}} / \frac{y_i}{y_{br}} \right] = \sum_{i=1}^n p_i \ln j_i \quad (4.3)$$

Onde P refere-se à população, Y à renda, o subscrito **i** constitui o indicador do estado e o subscrito **br** indica que o âmbito de alcance é a economia brasileira.

Através do cálculo do referido índice, poder-se-á identificar o grau de desigualdade nas rendas estaduais em cada período de tempo, sendo sua evolução identificada em mudanças apresentadas pelo indicador em pontos específicos no tempo. Com base na equação (4.3), tem-se que uma distribuição igualitária da renda implica em que o valor do índice de Theil será zero, quanto mais distante o referido índice encontra-se de zero mais desigual será a distribuição de renda.

Como um tópico adicional desse estudo constitui a verificação da existência de convergência entre as rendas estaduais/regionais da economia brasileira, em um segundo momento será analisado a evolução apresentada pelas taxas de crescimento da renda. As referidas taxas serão confrontadas com os indicadores de desigualdade de forma a propiciar conclusões acerca da relação entre o ritmo de crescimento das economias e o seu nível de renda inicial, ou seja, da existência ou não de um processo de convergência ao longo do período em foco.

Para verificar o comportamento apresentado no ritmo de crescimento das economias, inicialmente, analisar-se-ão as taxas de crescimento no âmbito regional e, posteriormente, verificar-se-ão os resultados de um modelo de regressão no qual a taxa de crescimento das rendas estaduais constitua a variável dependente e o nível de renda inicial seja a variável independente.

A utilização de modelos de regressão lineares para analisar a relação entre os níveis de renda e a sua respectiva taxa de crescimento constitui um método amplamente utilizado nas análises sobre crescimento econômico. Como exemplos, podem ser colocados os seguintes trabalhos: BARRO (1991), MANKIW (1995), BARRO E SALA-I-MARTIN (1995), FERREIRA (1994), AZZONI (1994), SILVEIRA NETO (2000).

Considerando um modelo de regressão linear tendo como variável dependente a taxa de crescimento da renda e como única variável independente o nível de renda no momento inicial, tem-se que o mesmo pode ser expresso da seguinte forma:

$$TCPP = \alpha_0 + \beta_0 PP \quad (4.4)$$

Onde TCPP constitui a taxa de crescimento da renda *per capita* ao longo do período em foco e PP o nível de renda inicial, os parâmetros estão representados por α_0 e β_0 .

O modelo expresso na equação (4.4) constitui uma análise de corte transversal na qual o objetivo é verificar a relação existente entre a renda inicial e o ritmo de crescimento da mesma variável.

Em situação nas quais os resultados obtidos para o coeficiente angular, β_0 , seja negativo, constata-se a existência de uma relação inversa entre o nível de renda inicial das economias e a taxa de crescimento da renda, portanto, em tais contextos, verifica-se a existência de convergência entre as rendas regionais. Em contextos nos quais o sinal obtido pelo coeficiente angular seja positivo, há um processo de divergência nas rendas regionais, dado que as localidades que no momento inicial detêm um maior nível de renda são aquelas que apresentam taxas de crescimento mais aceleradas.

4.3 Análise

Nesse momento, proceder-se-á na discussão das diferenças apresentadas nos níveis e ritmo de crescimento das rendas estaduais na economia brasileira ao longo do período de 1950-1999. Novamente, vale destacar que o referido período será dividido em duas fases: aquela que transcorre até 1964 e o período subsequente²².

²² Essa subdivisão foi considerada porque os gastos estaduais serão analisados em dois períodos distintos: o que transcorre até 1964 e a etapa subsequente.

4.3.1 A Evolução das Desigualdades até 1964

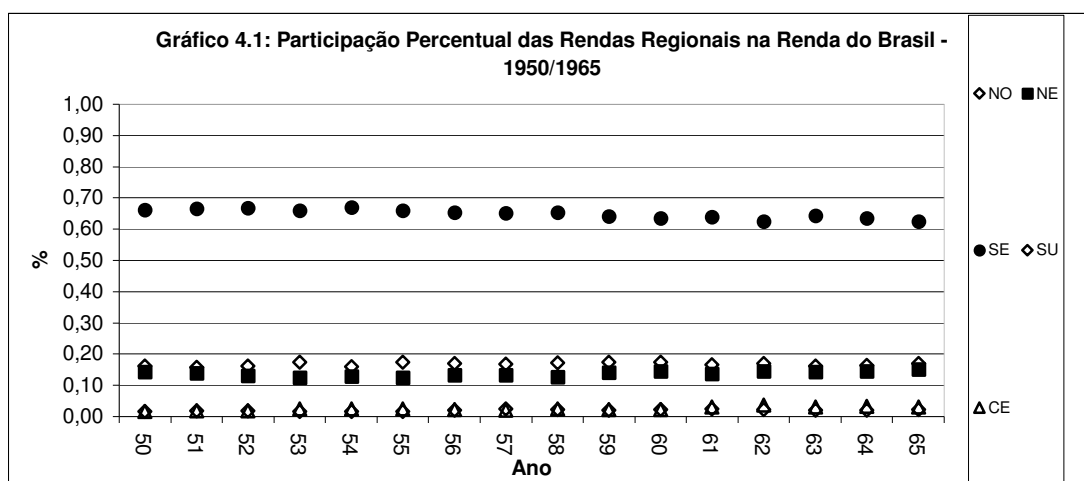
Conforme destacado na subseção do método, a análise das desigualdades será processada em duas etapas: inicialmente, será discutida a diferença apresentada nos níveis de renda regionais e, posteriormente, as desigualdades no ritmo de crescimento, as quais serão confrontadas com os desníveis em termos de níveis para verificação de existência de convergência.

4.3.1.1 Desigualdades nos Níveis de Renda

A discussão sobre as desigualdades regionais na economia brasileira, no período que transcorre de 1950/1964, não constitui tema recente, em que pese o fato desse período não ser o tema de foco específico dos estudos, o mesmo encontra-se inserido em análises que abordam intervalos de tempo mais longos. Como exemplos desses trabalhos podem ser colocados: AZZONI (1997), analisando a evolução no âmbito da economia brasileira para o intervalo de tempo de 1939/1995; SOUZA (1993), com ênfase no período de 1939/1985; FERREIRA (1993), enfocando o desempenho apresentado pelos estados entre 1950/1985.

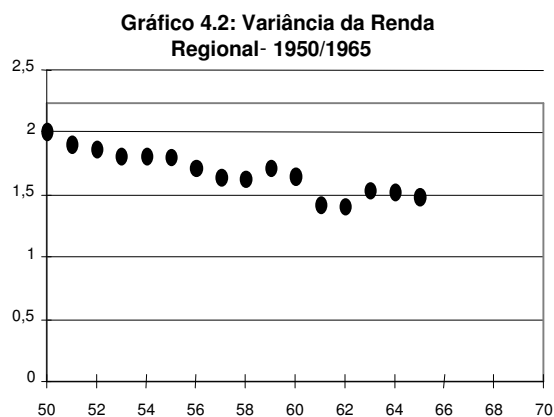
A análise proposta nesse estudo difere daquelas citadas no parágrafo precedente pelo enfoque específico no período que transcorre de 1950/1964, bem como pelo conjunto de instrumentos utilizados para obtenção das inferências conclusivas. Como procedimento preliminar para verificar as diferenças entre as rendas estaduais no período que transcorre de 1950 até 1964, observar-se-á o comportamento das participações, em termos regionais, na renda gerada pela economia brasileira como um todo.

A evolução da participação da renda regional na nacional expressa no Gráfico (4.1), evidencia que as desigualdades em termos regionais são significativas e não sofrem alterações significativas ao longo da década de 50 e primeira metade da década de 60. Isso fica evidente pelo fato de que, apesar da Região Sudeste ter perdido participação na renda nacional ao longo do período, esta Região ainda é detentora de aproximadamente 70% da renda no final do período.

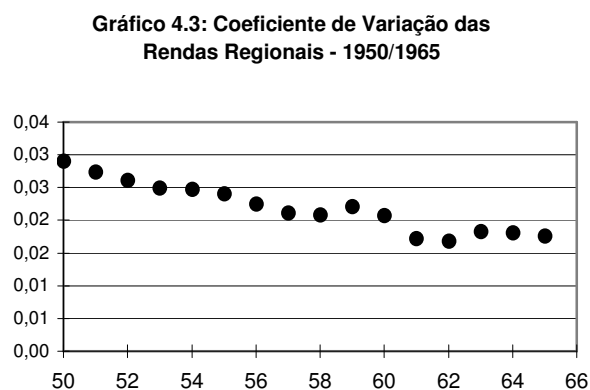


Fonte: IBGE

Conforme ressaltado na seção metodológica, em conjunto com a análise da evolução da participação das rendas regionais na renda nacional, proceder-se-á também no cálculo de alguns indicadores de desigualdades. Nos Gráficos a seguir, encontram-se expressas a evolução da variância e do coeficiente de variação considerando as rendas regionais em termos agregadas e em termos *per capita*.

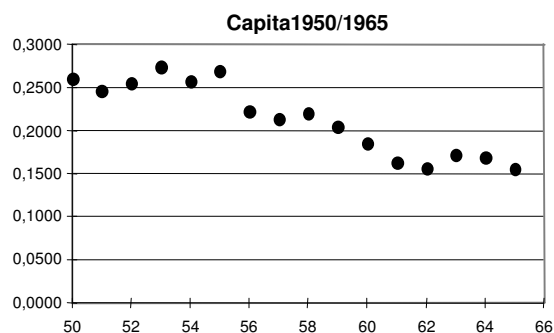


Fonte: IBGE



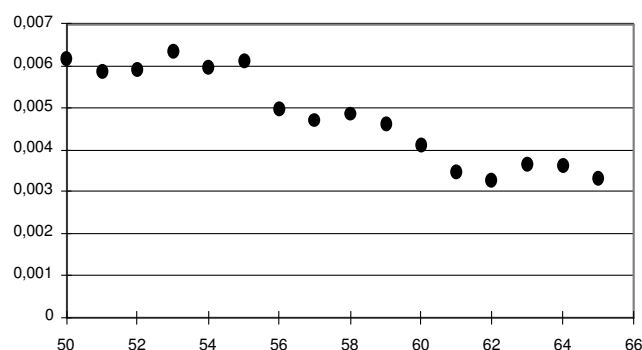
Fonte: IBGE

Gráfico 4.4 : Variância da Renda Regional Per



Fonte: IBGE

Gráfico 4.5: Coeficiente de Variação da Renda Regional Per Capita - 1950/1965



Fonte: IBGE

O comportamento da variância, expresso no gráfico (4.2), ratifica a manutenção do grau de desigualdades. O referido gráfico evidencia que ao longo do período de 1950-1965 tem-se um declínio pouco expressivo na variância do logaritmo das rendas regionais, constata-se que a variância sai de um patamar de 2 para 1,5. A suavidade deste decréscimo ratifica a situação apresentada pelo gráfico (4.1), o qual demonstra que a perda de participação da região Sudeste na renda total não foi significativa ao longo do período em estudo.

A evolução do coeficiente de variação das rendas regionais, expresso no Gráfico (4.3), evidencia uma tendência declinante desse indicador de desigualdade ao longo do período. O declínio apresenta-se mais expressivo até o final da década de 50, quando se verifica uma elevação do mesmo e, posteriormente, o mesmo apresenta-se estável até o final da primeira metade da década de 60.

Os três mecanismos adotados até o momento deixam evidente que as desigualdades apresentadas entre as economias regionais no ano de 1950 eram expressivas. Observa-se que a Região Sudeste detinha aproximadamente 70% da renda de todo o país. A análise da evolução das desigualdades, mensurada pela variância e coeficiente de variação, deixa evidente que há um declínio na dispersão das rendas regionais na economia brasileira entre o período de 1950/1964. Entretanto, tem-se que no final do período, anos 60, a Região Sudeste ainda apresenta uma participação próxima a 70% na renda regional e as demais Regiões apresentam apenas ligeiro acréscimo em suas respectivas participações.

As colocações efetuadas no parágrafo precedente demonstram que o declínio apresentado pelos indicadores de desigualdade não foi suficiente para que houvesse, entre

1950/1964, alterações expressivas nas diferenças entre as rendas regionais mensuradas em termos agregados.

Essa manutenção dos desníveis regionais até meados da década de 60 pode ser decorrente da política adotada pelo Governo Federal ao longo desse período. Na discussão do Capítulo 2 ficou evidente que a política macroeconômica, após a Segunda Grande Guerra, foi conduzida de forma a intensificar o processo de industrialização nacional. Como o Centro-Sul apresentava uma infra-estrutura produtiva mais adequada e as medidas de cunho regional são implementadas apenas no final da década de 50, as quais têm período longo de maturação, tem-se a intensificação da produção nacional no Centro-Sul do país, e conseqüentemente, uma manutenção de grandes desigualdades nos níveis de renda regional.

A discussão precedente deixa evidente que, em termos agregados, as desigualdades apresentadas pelas rendas regionais nos anos 50 são mantidas até o término da primeira metade da década de 60. Por outro lado, o processo migratório e diferenças nas taxas de natalidade/mortalidade podem alterar as desigualdades quando consideradas em termos *per capita*, ou seja, mesmo com a concentração regional em termos de produção, caso a população esteja migrando para as localidades detentoras de maior parcela da estrutura produtiva, ter-se-á uma melhor distribuição da renda em termos *per capita*.

Considerando o comportamento da variância em termos *per capita*, expressa no Gráfico (4.4), constata-se um declínio mais pronunciado nas desigualdades das rendas regionais em relação àquele apresentado pela renda agregada. Esse comportamento demonstra que a taxa de crescimento populacional e os deslocamentos da população foram responsáveis pela redução das desigualdades regionais na renda, quando ponderadas pelo contingente populacional. Este fato constitui conseqüência dos deslocamentos para a região Sudeste, bem como resultado dos Programas para deslocamento da população da região Nordeste para a região Norte do país.

Com relação ao coeficiente de variação expresso no Gráfico (4.5), o mesmo ratifica o comportamento apresentado pela variância em termos *per capita*, ou seja, novamente fica evidente que ao longo do tempo há redução das desigualdades em termos regionais na economia brasileira quando mensuradas em termos *per capita*. O confronto do coeficiente de variação mensurado no Gráfico (4.5), com o mesmo indicador considerando a renda agregada

regional, demonstra que em termos agregados o coeficiente de variação apresenta sempre um valor superior àquele verificado pelo mesmo indicador em termos *per capita*.

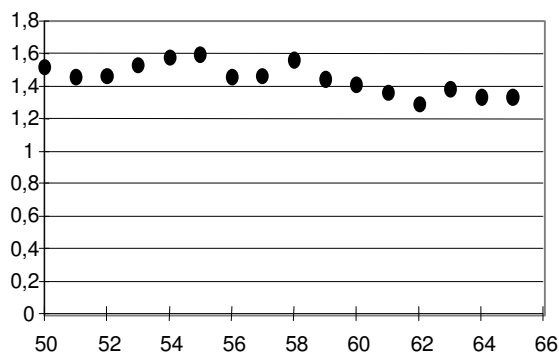
A discussão evidencia que quando o foco constitui a renda agregada, a redução nas desigualdades não é significativa. Entretanto, quando o foco recai sobre os indicadores de renda *per capita*, tem-se que ocorre um declínio mais expressivo das desigualdades de renda regional no período de 1950-1960. Esse comportamento demonstra que a população tendeu a efetuar deslocamentos em direção às áreas que apresentaram maior concentração da produção ao longo do período em foco nesse momento.

O comportamento apresentado pelas rendas regionais demonstrou que entre as Regiões da economia brasileira há uma redução dos desníveis regionais entre o período de 1950/1964, no entanto, a magnitude dessa redução não é suficiente para alterar de forma expressiva a participação das Regiões na renda nacional ao longo desse período. Para verificar se o comportamento em termos regionais é reproduzido no âmbito estadual, apresentar-se-á, nesse momento, a evolução da variância e o coeficiente de variação das rendas estaduais brasileiras.

O Gráfico (4.6) deixa evidente que as desigualdades entre as rendas estaduais oscilam ao longo de 1950/1965. Consta-se que nos anos iniciais da década de 1950, esse indicador mantém uma certa estabilidade, mas nos anos de 1953 e 1954 salta para um patamar mais elevado. Um novo salto para um nível mais alto volta a acontecer nos anos finais da década de 1950. A comparação do comportamento da variância, a nível estadual em relação àquela apresentada no âmbito regional, demonstra que enquanto em nível regional a variância apresenta certa estabilidade com uma tendência ligeiramente decrescente, no contexto estadual tem-se que o referido indicador apresenta estabilidade em períodos intermediários, mas sofre saltos para patamares mais elevados em determinados momentos.

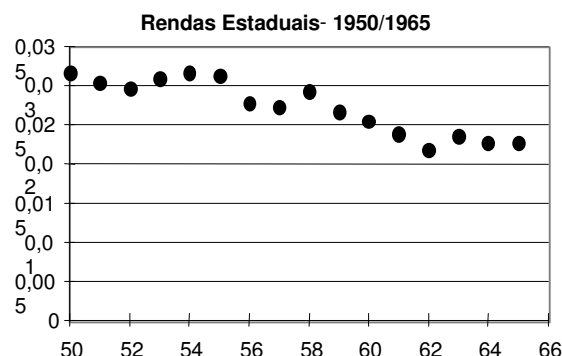
Esse comportamento dos dois indicadores constitui um indicativo de que, apesar de em termos regionais as desigualdades terem se mantido relativamente constantes, as realocações internas das regiões brasileiras provocaram uma maior oscilação dos indicadores de desigualdade dos estados brasileiros. No entanto, vale destacar que os indicadores calculados para o contexto regional apresentam magnitudes mais elevadas em relação àqueles pertinentes ao âmbito estadual, portanto, tem-se que os desníveis regionais apresentavam-se mais expressivos em relação às desigualdades entre os estados da economia brasileira entre 1950/1964.

**Gráfico 4.6: Variância das Rendas Estaduais
1950/1965**



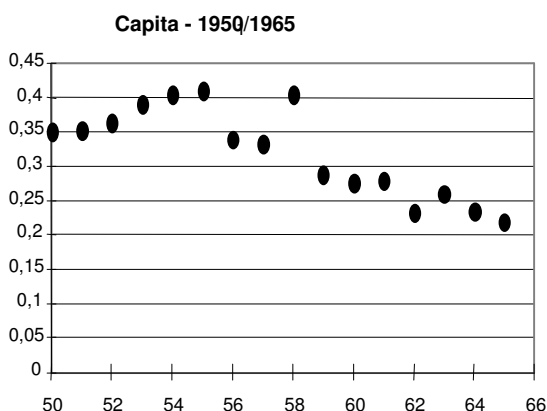
Fonte: IBGE

Gráfico 4.7: Coeficiente de variação das



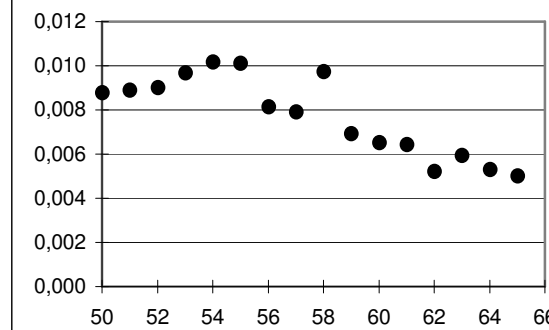
Fonte: IBGE

Gráfico 4.8: Variância das Rendas Estaduais Per



Fonte: IBGE

**Gráfico 4.9: Coeficiente de Variação
das Rendas Estaduais Per Capita -
1950/1965**



Fonte: IBGE

Novamente com o objetivo de obter informações adicionais acerca da evolução das desigualdades entre as rendas estaduais, analisar-se-á a evolução do coeficiente de variação. O referido indicador demonstra oscilação, mas com uma tendência decrescente pouco expressiva ao longo do tempo.

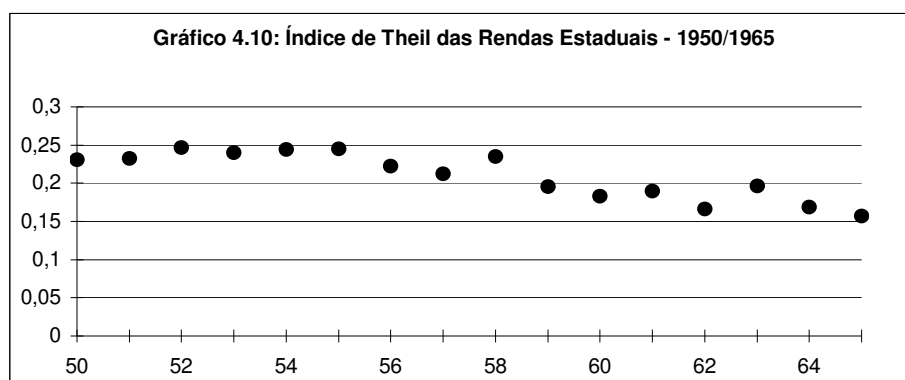
A comparação da evolução, apresentada por esse indicador em relação àquela apresentada pelo mesmo indicador para as Regiões, demonstra que os valores dos estados são inferiores àqueles apresentados pelas Regiões, ou seja, novamente tem-se que os desníveis de

renda entre as regiões são mais pronunciados em relação às diferenças apresentadas entre os estados da economia brasileira.

Seguindo o mesmo comportamento adotado na discussão das diferenças apresentadas entre as regiões da economia brasileira, verificar-se-á a evolução dos indicadores quando o foco constitui as diferenças apresentadas entre as rendas estaduais em termos *per capita*. O comportamento da variância da renda *per capita*, expresso no Gráfico (4.8), evidencia que ao longo do período de 1950/65 há alternância entre períodos de desigualdades crescentes com momentos de redução das desigualdades. No entanto, vale ressaltar que os valores assumidos por esse indicador no final do período são inferiores ao valor no início, ou seja, considerando o período como um todo há redução nos desníveis entre as rendas estaduais em termos *per capita*.

Novamente tem-se também no foco da renda *per capita* que o coeficiente de variação demonstra uma tendência decrescente nas desigualdades entre as rendas estaduais. Um segundo aspecto que merece destaque constitui o fato dos valores assumidos pelo coeficiente no Gráfico (4.9) serem inferiores aos verificados pelo mesmo indicador quando o seu cálculo tomou como base a renda agregada. Esse resultado ratifica a colocação anterior de que a população brasileira deslocou-se nesse período para os estados mais dinâmicos, ocasionando assim uma melhor distribuição na renda média, independente da concentração em termos de atividades produtivas.

Como indicador complementar das discussões sobre desigualdades nos níveis de rendas estaduais, apresentar-se-á a seguir o coeficiente de Theil, o referido indicador de



Fonte: IBGE

desigualdade, conforme ressaltado na discussão metodológica, tornará possível uma mensuração mais acurada das desigualdades.

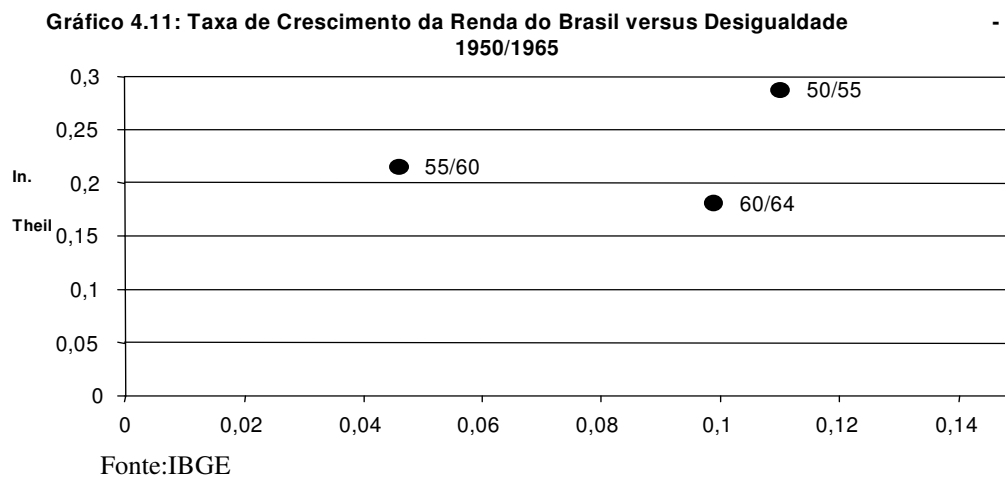
Como no cálculo do Índice de Theil a renda é ponderada pela população, constata-se que o referido indicador apresenta o mesmo comportamento dos indicadores calculados anteriormente para a renda *per capita*, ou seja, um declínio mais expressivo em relação aos indicadores da renda agregada. Portanto, enquanto pela ótica da renda agregada constata-se uma ascensão dos níveis de desigualdades, tem-se que a ponderação pela população residente nos estados produz uma redução de tais diferenças.

A comparação entre a evolução das desigualdades apresentadas entre as regiões da economia brasileira e àquela verificada entre os estados propiciou a conclusão de que, entre os estados da economia brasileira, as diferenças em termos de renda são mais expressivas em relação às verificadas no âmbito regional.

Conforme discutido no Capítulo Introdutório, um dos objetivos desse estudo é a discussão do ritmo de crescimento das economias estaduais, bem como se o comportamento apresentado pelas economias proporcionaram um comportamento convergente em suas respectivas rendas ao longo do período recortado para esse estudo. A seguir centrar-se-á a discussão na análise das taxas de crescimento apresentadas pelas economias e os efeitos de tal processo nos desníveis de renda entre os estados.

4.2.1.2 Desigualdades no Ritmo de Crescimento da Renda

Para analisar a relação verificada entre o ritmo de crescimento e as desigualdades entre as economias estaduais, identificação da existência de um processo de convergência ou divergência entre as rendas, proceder-se-á inicialmente na comparação entre a evolução apresentada pelos indicadores de desigualdade e a taxa de crescimento da Renda Nacional. Essa comparação tornará possível verificar a relação entre períodos de aceleração no ritmo de crescimento nacional e a evolução das desigualdades entre as Regiões e Estados da economia nacional.



O Gráfico (4.11) evidencia, entre a primeira e segunda metade da década de 1950, uma redução no ritmo de crescimento da economia brasileira, acompanhada de uma queda também nos desníveis entre as rendas estaduais. Esse comportamento implica em que os estados mais desenvolvidos no período inicial foram mais afetados pela redução no ritmo de crescimento nacional. A relação entre redução do ritmo de crescimento da economia nacional e os desníveis regionais corrobora essa redução, ainda que pouco expressiva, das desigualdades nos níveis de renda apresentada na seção anterior.

O comportamento apresentado pelos indicadores de desigualdades demonstra que em termos regionais as Regiões Periféricas foram menos afetadas pela redução no ritmo de crescimento da economia brasileira entre a primeira metade da década de 50 e a etapa subsequente, comportamento esse que termina por refletir na redução do indicador de desigualdade em análise no Gráfico (4.11).

Entre a segunda metade da década de 50 e primeira metade da década de 60 tem-se que ocorre redução das desigualdades com elevação na taxa de crescimento na economia nacional. Esse comportamento demonstra que as economias periféricas também foram mais beneficiadas no período de maior prosperidade; ou seja, tais economias cresceram de forma mais expressiva em relação àquelas que eram colocadas no início do período como centrais.

A análise efetuada até o momento demonstra que há uma tendência de convergência nas rendas *per capita* estaduais ao longo do período de 1950/1964; sendo isso constatado pela

redução das desigualdades tanto em períodos de elevação na taxa de crescimento, como nos momentos em que se verifica redução no ritmo de crescimento nacional.

Conforme ressaltado na Subseção do Método para obtenção de um resultado mais preciso, efetuar-se-á o cálculo de um modelo de regressão no qual a taxa de crescimento da renda constitui a variável dependente e o nível de renda inicial constitui a variável independente.

Considerando que a renda em 1950 constitui o único fator explicativo da taxa de crescimento das rendas estaduais no intervalo entre 1950/1964, obtém-se o seguinte resultado em um modelo de regressão linear:

$$T_{cres} = 0,605 - \underset{8,81}{0,00030} \underset{8,3087 E-05}{rend50} \quad R^2 = 0,39 \quad (4.5)$$

Os valores colocados abaixo dos coeficientes das variáveis constituem os t-calculados; os valores tanto da intercessão como do nível de renda em 1950 indicam que os coeficientes são aceitos como diferentes de zero ao nível de significância de 5%. O R^2 demonstra que o nível de renda em 1950 consegue explicar 39% do comportamento apresentado pelas taxas de crescimento das rendas *per capita* dos estados brasileiros, até 1964.

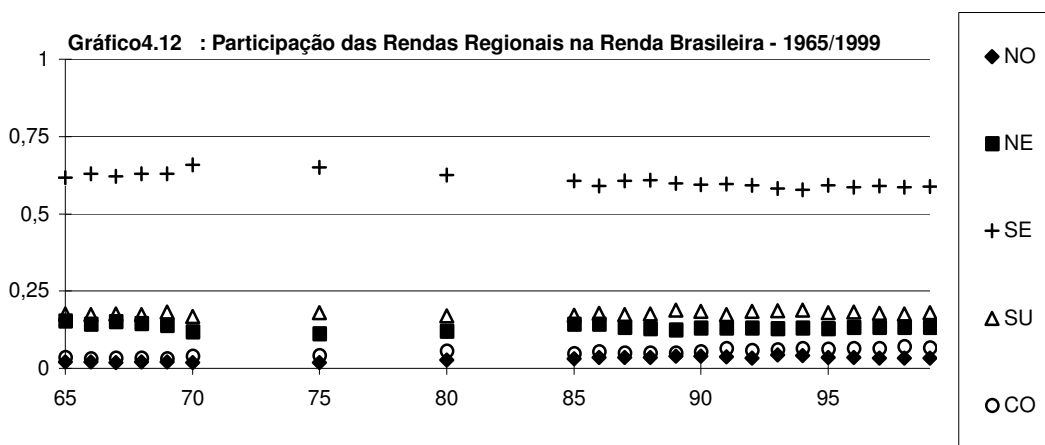
A análise do Gráfico (4.11) proporcionou indicativo de convergência entre as rendas estaduais entre 1950/1964, sendo isso identificado pelo fato das desigualdades na renda declinarem tanto nos períodos de retração como de expansão das rendas estaduais. O resultado do Modelo de Regressão, expresso na equação (4.5), ratifica a existência do processo de convergência entre as rendas *per capita* estaduais no período 1950/1964. Tal afirmativa decorre do fato de a renda em 1950 apresentar um sinal negativo, ou seja, os estados que detinham uma maior participação na renda nacional em 1950 apresentaram taxas de crescimento menores ao longo do período e, comportamento inverso vivenciou os estados que em 1950 detinham uma participação inferior na renda nacional.

4.3.2 A Evolução das Desigualdades a partir de 1965

Procedimento similar àquele adotado na seção anterior será utilizado nesse momento para discutir as disparidades nas rendas regionais e estaduais na economia brasileira a partir de 1965. Colocando de outra forma, ter-se-á, inicialmente, a discussão das diferenças nos níveis de renda e, posteriormente, a análise das desigualdades apresentadas nos ritmos de crescimento da referida variável.

4.3.2.1 Desigualdades nos Níveis de Renda

Como forma de ter um primeiro indicativo das desigualdades no período subsequente a 1965, apresentar-se-á a participação das regiões no produto gerado pela economia brasileira como um todo.

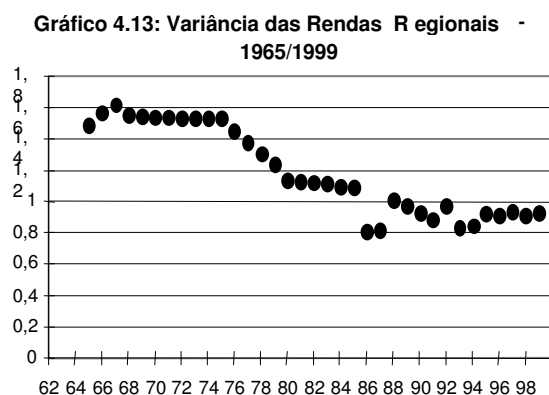


Fonte: IBGE/IPEA

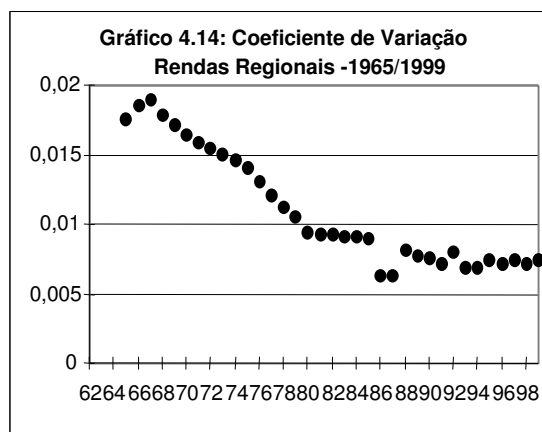
A participação regional na renda no período posterior a 1965, expressa no Gráfico (4.12), evidencia que apesar da região Sudeste manter-se como detentora da parcela mais expressiva na renda gerada na economia brasileira, os desníveis são menores em relação ao período anterior a 1965. Essa afirmativa pode ser constatada pelo fato de que no período precedente a região Sudeste detinha aproximadamente 70 % da renda gerada na economia brasileira. No Gráfico precedente, constata-se que essa participação reduz para 60% ao longo

de quase todo o período em estudo. Ao mesmo tempo, principalmente a partir de meados da década de 80, verifica-se a diluição dessa participação da renda em todas as demais regiões da economia brasileira.

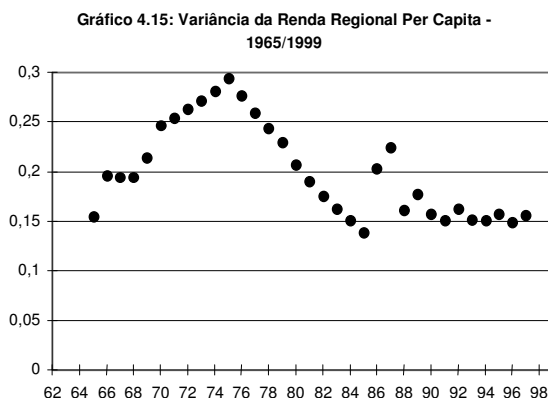
Seguindo o mesmo procedimento adotado na discussão do período precedente, calcular-se-á os indicadores de desigualdades no contexto regional para o período de 1965-1999.



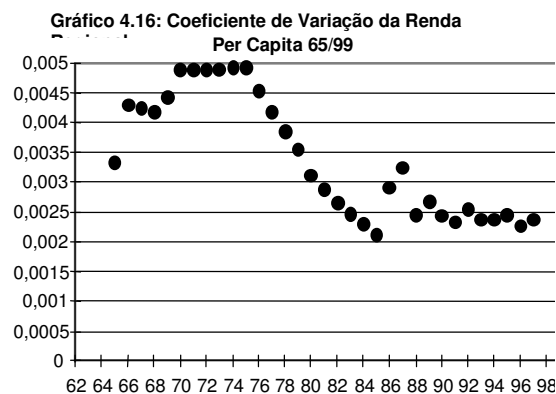
Fonte: IBGE/IPEA



Fonte: IBGE/IPEA



Fonte: IBGE/IPEA



Fonte: IBGE/IPEA

O Gráfico (4.13) demonstra que no período 1965/1999 há, no geral, redução das desigualdades entre as rendas regionais no Brasil. Entretanto, nos seguintes períodos acontecem comportamentos diferenciados: até 1967, há elevação das desigualdades; entre 1968 e a primeira metade da década de 1970, há estabilidade das desigualdades em patamar

menor; a partir da segunda metade da década de 1970, volta a ocorrer tendência declinante; estabilidade na primeira metade da década de 1980, seguida de declínio e nova estabilidade na década de 1990.

A comparação da variância da renda regional do período inicial, 1950/1965, em relação ao período subsequente, 1965/1999, demonstra que na etapa final há um menor índice na dispersão das rendas regionais na economia brasileira. Essa redução nos indicadores de desigualdades ficou evidente também no comportamento das participações regionais na renda nacional. Logo, quando a análise refere-se à renda regional agregada, constata-se que no intervalo total em estudo há uma queda dos desníveis regionais.

A observação do coeficiente de variação, expresso no Gráfico (4.15), também evidencia que ao longo do período de 1965/1999 ocorre uma redução nos indicadores de desigualdades das rendas regionais na economia brasileira. Em termos agregados, a discussão precedente evidencia que as regiões brasileiras vivenciaram um processo de redução mais significativo dos desníveis de renda ao longo do período de 1965/1999. Essa alteração nas desigualdades regionais pode decorrer dos efeitos das políticas de cunho regional efetivadas através dos órgãos criados ao longo da década de 1950. Como exemplos, podem ser colocados a SUDENE, SUDAM, BNDE, BNB; acresce a isso os efeitos dos investimentos públicos nas regiões periféricas a partir do II PND.

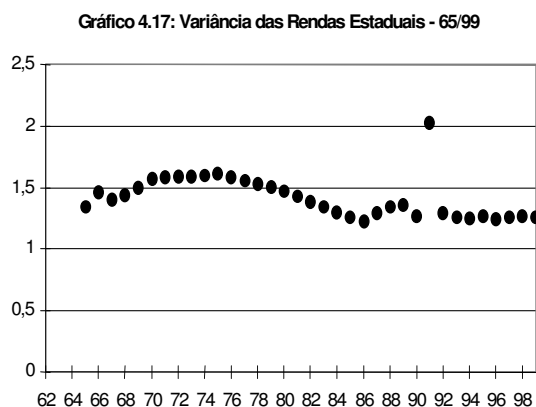
Na análise das desigualdades regionais até 1965, ficou evidente que apesar da estabilidade dos indicadores de desigualdades regionais quando o foco de estudo constituiu a renda regional, constatou-se redução na desigualdade quando os deslocamentos populacionais foram introduzidos no cálculo dos indicadores de desigualdades. Para o período de 1965/1999, já ficou demonstrado que os indicadores de desigualdade da renda regional apresentam comportamento declinante, entretanto, torna-se necessário verificar se as alterações de localização populacional também foram relevantes na redução das desigualdades regionais no referido período.

O Gráfico (4.15) demonstra que, considerando o comportamento da renda regional *per capita* há uma elevação da variância até a primeira metade da década de 1970, quando a mesma entra em declínio. No entanto, vale ressaltar que os indicadores de desigualdade em termos *per capita* apresentam magnitude menor em relação àqueles referentes à renda agregada; logo, as desigualdades em termos *per capita* continuam sendo menor.

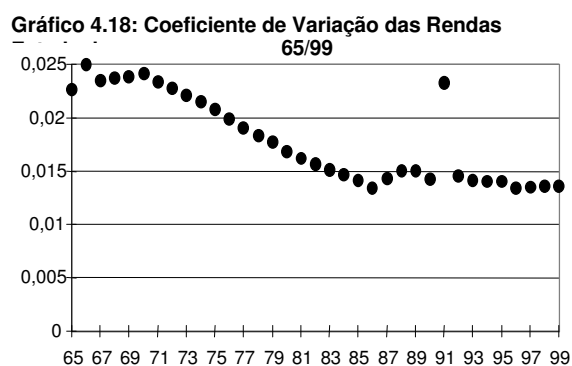
O comportamento do coeficiente de variação novamente evidencia um comportamento declinante das desigualdades regionais em termos *per capita* ao longo do período de 1965/1997. Novamente vale destacar que as desigualdades em termos *per capita* entre as regiões, mensuradas pelo coeficiente de variação, são inferiores às aquelas apresentadas até 1965. Esse comportamento do coeficiente de variação leva a concluir que, apesar da menor intensidade dos fluxos migratórios, os deslocamentos populacionais realizados na etapa anterior continuaram a manter uma alocação mais igualitária da renda quando essa é ponderada pelo contingente populacional das regiões.

Na análise dos efeitos da política de desenvolvimento regional, Capítulo 03, foi consenso entre os autores que as políticas regionais foram relevantes no desempenho das economias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, um dos fatores que contribuiu para o desempenho da participação das rendas regionais na renda nacional, a partir de 1965, foi o amadurecimento dos investimentos decorrentes dos incentivos dados pelo Governo Federal às economias periféricas.

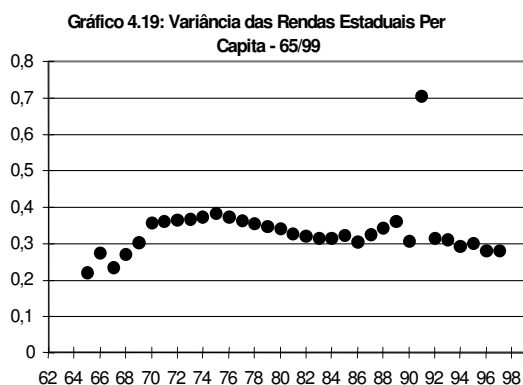
Seguindo o mesmo procedimento utilizado para analisar a evolução das desigualdades em termos de renda até 1965, verificar-se-á o comportamento apresentado pelas desigualdades quando o foco de estudo constitui os estados. A seguir apresentar-se-á a evolução dos indicadores de desigualdades para as rendas estaduais da economia brasileira ao longo do período de 1965/1999.



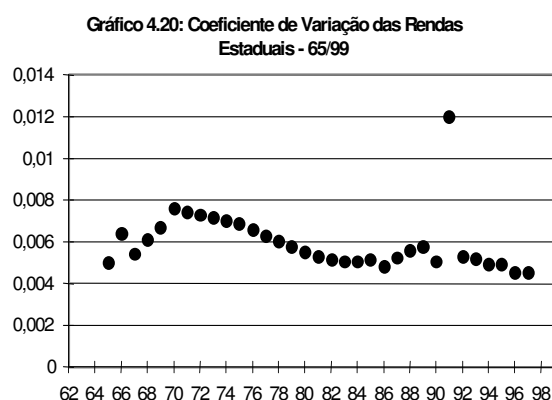
Fonte: IBGE/IPEA



Fonte: IBGE/IPEA



Fonte: IBGE/IPEA



Fonte: IBGE/IPEA

O Gráfico (4.17) evidencia uma tendência decrescente na variância das desigualdades de renda entre os estados brasileiros no período que transcorre de 1965/1999. Esse comportamento ratifica o padrão evidenciado pelas regiões, pois, entre os estados também é verificada uma redução nas desigualdades entre as rendas.

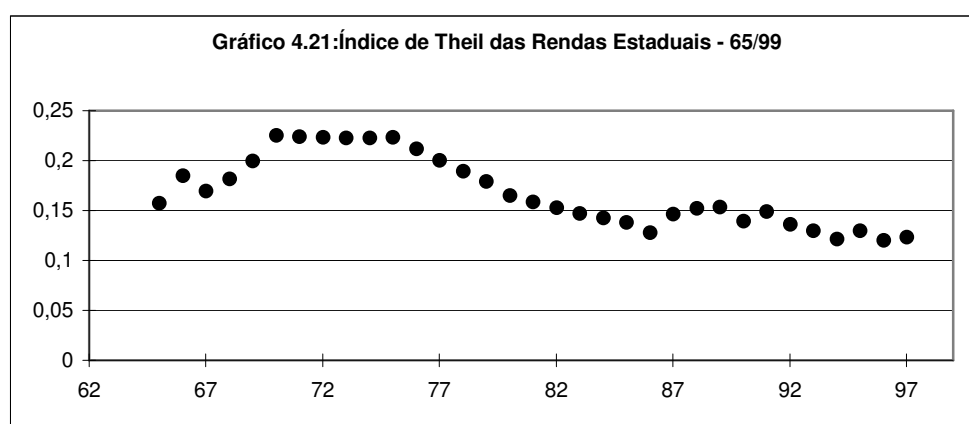
Entretanto, quando o enfoque é colocado no padrão desse indicador no período de 1965/1999, em relação ao período de 1950/1965, verifica-se uma discrepância significativa. Colocando de outra forma, tem-se que na primeira fase constata-se uma tendência ligeiramente decrescente da variância, enquanto na etapa final essa tendência de declínio é bem mais acentuada, bem como quando os valores dos indicadores são mais próximos a zero, logo, há redução mais significativa nos desníveis de renda.

Considerando o Coeficiente de Variação—Gráfico (4.18)—fica evidente que, diferentemente do período que transcorre até meados da década de 60, verifica-se declínio mais expressivo nas desigualdades das rendas estaduais. Colocando de outra forma, verifica-se redução das desigualdades nas rendas estaduais de forma mais pronunciada no período final, considerado nesse estudo.

Na discussão dos indicadores de desigualdade de renda entre os estados para o período de 1950/1964, ficou demonstrado que os deslocamentos populacionais foram relevantes na redução das diferenças apresentadas entre as rendas médias dos estados brasileiros. Para o período 1965/1999, a comparação dos indicadores de desigualdades da renda agregada com os mesmos indicadores para a renda *per capita* demonstra que esse último mantém-se em

patamar inferior ao primeiro. Conseqüentemente, os fluxos migratórios continuam a constituir fator importante para reduzir os desníveis de renda regional.

Novamente com o objetivo de aprofundar a discussão sobre as desigualdades apresentadas entre as rendas dos estados brasileiros, bem como separar os componentes dessa desigualdade, proceder-se-á, nesse momento, o cálculo do Índice de Theil para o conjunto de estados e, posteriormente, verificar-se-á a proporção do referido índice, que pode ser atribuída às diferenças apresentadas entre as regiões e aquela decorrente das desigualdades vivenciadas no contexto interno das regiões.



Fonte: IBGE/IPEA

A evolução apresentada pelo Índice de Theil—Gráfico (4.21)— novamente ratifica a redução das desigualdades nos níveis de renda entre os estados da economia brasileira até o início da década de 1990. Ao longo da década de 1990 constata-se manutenção dos desníveis estaduais na renda. Esse comportamento ao longo da década de 90 foi verificado também na estabilidade apresentada pela variância e pelo coeficiente de variação.

Os resultados obtidos acerca da evolução apresentada pelas desigualdades de renda no âmbito regional são ratificados nos estudos citados anteriormente. Em seu estudo, FERREIRA (1993), com a utilização de indicadores de desigualdades, obtém que apesar da redução dos níveis de desigualdades regionais, tais desigualdades ainda eram bastante acentuadas no final do período em foco. Ao mesmo tempo, esse autor ressalta que os resultados evidenciam um processo de convergência condicional com a Região Nordeste tendendo para um nível de renda de equilíbrio de longo prazo inferior àquele verificado nas demais regiões da economia brasileira.

SOUZA (1993), embasando a sua análise na Teoria do Crescimento Polarizado, também obtém que há uma redução nas disparidades regionais de renda na economia brasileira. No entanto, vale ressaltar que o autor realça os efeitos perversos da desconcentração da atividade produtiva decorrente dos benefícios gerados por políticas governamentais com a manutenção da concentração das decisões administrativas na região Centro-Sul do país.

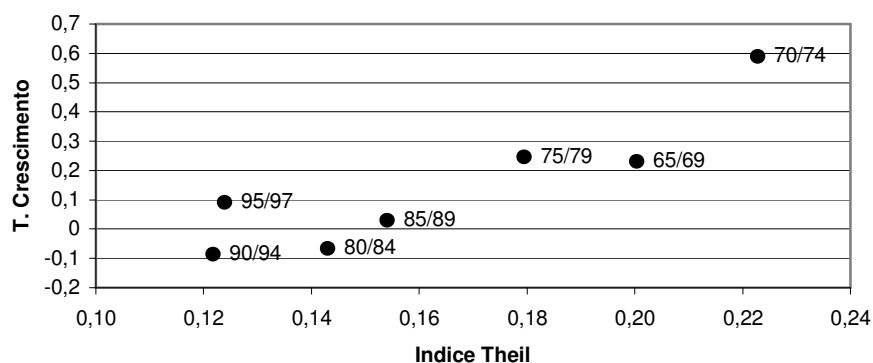
AZZONI (1997), enfocando o comportamento das desigualdades regionais no período de 1939/1995, conclui que até meados da década de 1960 há uma redução dos desníveis regionais na economia brasileira. Nesse estudo, o autor enfatiza o comportamento intra e inter-regional. Ao analisar as desigualdades no âmbito interno das Regiões, o autor conclui que a desigualdade interna tem reduzido nas regiões Sul e Sudeste e se elevado nas demais regiões da economia brasileira.

4.3.2.2 Desigualdades no Ritmo de Crescimento da Renda

Para analisar a evolução dos indicadores de desigualdade de renda com as taxas de crescimento dessas variáveis, adotar-se-á nesse momento, o procedimento utilizado para o período de 1950/1964. Logo, verificar-se-á a relação existente entre as taxas de crescimento dos estados e os níveis de desigualdades mensurados pelo Índice de Theil e, posteriormente, com base em um modelo de regressão linear, obter-se-á um indicativo mais preciso da existência de convergência ao longo do período de 1965/1999.

A observação do Gráfico (4.22) demonstra dois comportamentos distintos: nos períodos 65/74, 80/89, 90/97, constata-se que os estados brasileiros vivenciam taxas de crescimento elevadas, mas com indicadores de desigualdade de renda crescentes; para os períodos 70/79, 85/94, verifica-se redução do ritmo de crescimento das economias estaduais com queda também dos indicadores.

Gráfico 4.22: Taxa de Crescimento versus Índice de Theil - 1965/1997



Fonte: IPEA

A análise efetuada no parágrafo precedente deixa evidente que, até o final da primeira metade da década de 1970, é constatado um processo de divergência nas rendas estaduais; tal afirmativa decorre do fato de que há aumento das desigualdades e elevação no ritmo de crescimento, conseqüentemente, os estados que detinham níveis mais elevados de renda em 1965 tenderam a absorver uma maior parcela da renda nacional gerada ao longo desse período.

Para a etapa que transcorre a partir da segunda metade da década de 1970, constata-se o predomínio da redução das desigualdades com desaceleração do ritmo de crescimento das economias estaduais. Entretanto, nos anos finais da década de 1980 e de 1990 verifica-se a manutenção da desaceleração do ritmo de crescimento com elevação dos desníveis regionais.

Essa tendência ascendente nos anos finais da década de 1990 corrobora as colocações de HADDAD (1996) de que a partir da década de 1990 a economia nacional tenderia a vivenciar um processo de reconcentração da renda em uma área geográfica maior, incorporando São Paulo e as Regiões adjacentes. Um outro aspecto que ratifica as colocações de HADDAD (1996) é a redução dos desníveis de renda na Região Sudeste ao longo da década de 1990, expressa no Gráfico (4.22). Comportamento esse que ratifica a redistribuição da atividade produtiva no âmbito interno dessa Região.

Seguindo o mesmo procedimento adotado na discussão das desigualdades entre 1950/1964, apresentar-se-á o resultado obtido através de um Modelo de Regressão Linear que

considera a taxa de crescimento das rendas *per capita* dos estados a variável dependente, e como variável independente o nível de renda inicial.

No entanto, em função da divergência existente entre os autores acerca da manutenção do processo de convergência verificado até o início da década de 90,²³ utilizar-se-á um conjunto de modelos que alterna o ponto de partida. Considerando o período completo, o seguinte resultado foi obtido:

$$T_{xcr65/97} = \underset{5,906986}{3,01252} - \underset{-0,73693}{0,00039}rend65 \quad R^2 = 0,02 \quad (4.6)$$

A equação (4.6) demonstra que o poder da renda em 1965 explicar a taxa de crescimento apresentada pela renda *per capita* até o final da década de 1990 não é significativo. Essa afirmativa baseia-se no fato do R-Quadrado apresentar um valor bastante reduzido, bem como pelo fato de o coeficiente do nível de renda *per capita* em 1965 ser aceito como igual a zero ao nível de significância de 5%.

Para uma conclusão mais acurada de que esse comportamento decorre da evolução apresentada pela economia brasileira ao longo da década de 1990, calcular-se-á o mesmo modelo de regressão para subperíodos decorridos de 1965 a 1997.

No processo de escolha dos subperíodos, optou-se por intervalos de tempo até o início da década de 1990. Esse comportamento deixará evidente se ao longo desse período houve alternância da relação existente entre a taxa de crescimento e o nível de renda *per capita* inicial; e, posteriormente, analisar-se-á subperíodos da década de 1990, os quais propiciaram conclusões acerca da convergência ao longo dessa década. Os resultados de tais modelos encontram-se expressos nos modelos de regressão a seguir.

Para o período de 1965/1976, se tem o seguinte resultado para o modelo de regressão que considera a taxa de crescimento da renda *per capita* como variável dependente e o nível

²³ Conforme ressaltado no Capítulo Introdutório, tem-se HADDAD (1996), dentre outros, defendendo a reconcentração da renda no espaço nacional a partir da década de 90; em função da maior proximidade do Centro-Sul com o MERCOSUL, do paradigma tecnológico vigente no momento atual que demanda mão-de-obra mais qualificada e da Crise do Governo Federal. Um segundo conjunto de autores destacam que as condições criadas para o mercado das economias periféricas foram suficientes para garantir um ritmo de crescimento mais acelerado nas rendas dessas economias.

de renda em 1965 como variável independente:

$$txcres65 / 76 = \underset{4,6248}{1,223} - \underset{1,5747}{0,0004} Rend65 \quad R^2 = 0,12 \quad (4.7)$$

Na equação (4.7), os valores apresentados nos subscritos das variáveis constituem os t-calculados. Como a amostra é constituída de dados dos 20 estados da economia brasileira, tem-se que o nível de renda em 1965 não é aceita como relevante na explicação da taxa de crescimento das rendas estaduais da economia brasileira, ao longo do período de 1965/1976. Essa afirmativa decorre não apenas do valor apresentado pelo t-calculado, mas também do poder de explicação, expresso pelo R^2 , o qual é de apenas 12%. Entretanto, verifica-se que o nível de renda, em 1965, apresenta uma relação inversa com a taxa de crescimento, fator esse que seria indicativo de convergência, caso a referida variável fosse aceita como relevante no modelo de regressão.

Utilizando o mesmo modelo expresso em (4.7) para o período de 1976/1986 os seguintes resultados foram obtidos:

$$Tx cres76 / 86 = \underset{4,6428}{0,93} - \underset{1,9299}{0,0001} rend76 \quad R^2 = 0,17 \quad (4.8)$$

Novamente, constata-se que, também para o período que transcorre da segunda metade da década de 1970 até fins da primeira metade da década de 1980, não há indicadores estatísticos de que houve um processo de convergência entre as rendas estaduais da economia brasileira. Essa afirmativa decorre do fato de o nível de renda inicial novamente ser rejeitado estatisticamente como relevante, bem como pelo poder de explicação da renda inicial. Conforme mensurado pelo R^2 , ser de apenas 17% da variabilidade identificada nas taxas de crescimento das rendas *per capita* dos estados da economia brasileira.

Na etapa transcorrida de fins da década de 1980 até primeira metade da década de 1990, os seguintes resultados foram obtidos:

$$txcres8690 = \underset{3,7235}{-0,171} - \underset{0,0501}{6,2e - 07} ren86 \quad R^2 = 0,001 \quad (4.9)$$

Novamente, tem-se que para o período que transcorre do final da década de 1980 até o início da década de 1990 não há convergência das rendas *per capita* dos estados da economia brasileira. Comportamento atípico constitui o sinal negativo para a intercessão, o qual evidencia que os estados partem de uma taxa de crescimento negativa no ano de 1986. Como

justificativa para esse comportamento, tem-se a crise verificada ao longo da década de 1980, conforme discutido no capítulo 3, que ocasionou redução/estabilidade nas rendas estaduais.

$$txcres9095 = 0,048 - 1,11e - 05rend90 \quad R^2 = 0,03 \quad (4.10)$$

1,002
0,7149

Para o período de 1990/1995, a equação (4.10) evidencia que a variável renda inicial não se apresenta como relevante para explicar as taxas de crescimento das rendas dos estados brasileiros ao longo desse período. Portanto, seguindo o mesmo padrão apresentado para os subperíodos precedentes, constata-se que na primeira metade da década de 90 também não há convergência das rendas estaduais.

$$txcres9597 = 0,14 - 1,45e - 05rend95 \quad R^2 = 0,17 \quad (4.11)$$

5,8694
1,8942

Quando o modelo de regressão considera a taxa de crescimento da renda dos estados no período de 1995 a 1997, com a renda em 1995, sendo colocada como variável independente tem-se, através da equação (4.11), que não ocorre convergência entre as rendas dos estados da economia brasileira. No referido modelo apenas a constante pode ser aceita estatisticamente como diferente de zero e, por outro lado, o poder de explicação do modelo não é significativo, sendo isso evidente no R^2 de apenas 17%.

A discussão precedente evidencia que, ao longo do período de 1965/1997, não há evidência de convergência das rendas *per capita* das economias estaduais brasileiras. Esse comportamento foi demonstrado quando no modelo de regressão se considerou o comportamento ao longo de todo período, bem como quando a análise concentrou-se em subperíodos específicos. Entretanto, como os indicadores de desigualdade nas décadas de 90 apresentam estabilidade, pode ser inferido que não ocorreu também elevação das desigualdades regionais.

4.4 Considerações Finais

Considerando as discussões explicitadas nas seções precedentes, se observam diferenças significativas no comportamento apresentado pelas desigualdades na participação dos estados e regiões na renda nacional nos dois períodos em foco nesse estudo.

Constata-se que no período que transcorre de 1950 a 1964 as desigualdades em termos de renda —quer seja entre estados, quer seja entre regiões— foram mais expressivas em relação às diferenças apresentadas para o período que transcorre de 1965 a 1999. Paralelo a isso se verifica uma maior instabilidade dos indicadores no período inicial, e, uma maior estabilidade para o período final em foco nesse estudo.

A diferença ressaltada no parágrafo precedente pode refletir a defasagem na maturação de políticas de âmbito estadual e federal nas economias estaduais e regionais. Essa afirmativa implica que as ações encaminhadas no início da década de 50 transcorrem duas décadas para refletir no valor da renda gerada pelos estados e regiões da economia brasileira.

Em que pese esse comportamento apresentado pelos indicadores de desigualdades, constata-se que enquanto ao longo do período que transcorre até 1964, apesar dos níveis mais elevados de desigualdade, verifica-se uma tendência convergente entre as rendas dos estados da economia brasileira. Por outro lado, no período subsequente, tem-se que esse processo de convergência não se mantém.

A evolução apresentada no parágrafo anterior decorre da redução do ritmo de convergência das rendas estaduais. Colocando de outra forma, tem-se que o ritmo mais acelerado de crescimento das regiões periféricas no período inicial garantiu a redução dos indicadores de desigualdade na etapa subsequente. Mas, como a partir de 1965 há um arrefecimento no ritmo de crescimento das economias estaduais, verifica-se uma dispersão menor entre as rendas dos estados, mas paralelo a isso não é constatada a manutenção da convergência entre as rendas estaduais.

Capítulo 5: Desigualdades nos Desembolsos Estaduais em Consumo e Investimento

5.1 Introdução

Conforme destacado no capítulo introdutório apesar da grande ênfase às alocações e políticas adotadas em nível federal na explicação das desigualdades de renda entre as economias estaduais brasileiras, tem-se que um dos fatores que pode ter sido relevante para explicar o comportamento das referidas desigualdades pode constituir as diferenças em termos de alocações dos orçamentos públicos no âmbito estadual.

Para proceder a discussão do papel assumido por tais desembolsos no comportamento apresentado pelas referidas economias, este capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresentar-se-á a metodologia a ser utilizada; posteriormente, uma discussão das diferenças em termos de alocações e no ritmo de crescimento apresentado pelos estados no período de 1950-1999 e, finalmente, as conclusões.

5.2 Metodologia

Na exposição dos procedimentos adotados para identificar a relevância dos desembolsos estaduais em consumo e investimento na evolução da renda de suas respectivas economias, optou-se por subdividir essa seção metodológica em dois momentos distintos: na primeira etapa, apresentar-se-á a base de dados dos gastos estaduais utilizada ao longo desse capítulo; e, posteriormente, nos métodos de análise.

5.2.1 Base de Dados

Como fonte da base de dados dos gastos dos governos estaduais na economia, utilizar-se-á para o período de 1950-1981 as divulgações do Anuário Estatístico do Brasil, no período

1982-1991²⁴ e, após esse período tem-se despesas e receitas governamentais divulgadas na publicação de Regionalização das Transações do Setor Público da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia (FIBGE).

Na divulgação dos orçamentos estaduais, tem-se alternância na forma de divulgação das contas. Para o período de 1950-1964, a apresentação é efetuada considerando as despesas em serviços, as quais subdividem-se em: Administração Geral, Exação e Fiscalização Financeira, Segurança Pública e Assistência Social, Educação Pública, Saúde Pública, Fomento, Serviços Industriais, Dívida Pública, Serviços de Utilidade Pública, Encargos Diversos.

Para o período apresentado no parágrafo precedente, utilizar-se-á o somatório das seguintes contas como *proxy* para os gastos estaduais em consumo: Administração Geral, Exação e Fiscalização Financeira, Segurança Pública e Assistência Social e Encargos Diversos.

Como indicador do investimento dos governos estaduais, considerar-se-á o somatório das contas referentes à Saúde, Educação e Fomento. Sendo esta escolha justificada pelo fato de essas contas proporcionarem alteração no estoque de capital físico e humano, conseqüentemente, mudanças na capacidade de crescimento de longo prazo das economias estaduais.

No período de 1965-1999, os orçamentos estaduais passam a ser apresentados pela classificação de categorias, as quais são constituídas de duas grandes contas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As Despesas Correntes subdividem-se em Despesas de Custeio e de Transferências; por outro lado, as Despesas de Capital subdividem-se em Investimento, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.

Considerando a nomenclatura das Contas ao longo do período de 1965/1999, adotar-se-á como indicador do consumo o somatório dos valores referentes a despesas com pessoal e demais despesas que constituem subcontas da conta de custeio.

Para o período de 1965-1999, o governo especifica o montante gasto em investimento, o qual conforme ressaltado por GIACOMONI (1989) é constituído por: *“dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas a aquisição de imóveis considerados necessários à*

²⁴ Tais informações são divulgadas pelo Banco Central (BACEN)

realização destes últimos (...) nesta conta está representada a contribuição do governo na formação de capital fixo” (pág. 97)

Nas divulgações efetuadas pela FIBGE, a partir de 1992, tem-se que o investimento aparece com a nomenclatura de Despesa de Capital Fixo, a qual é subdividida em construções, máquinas e equipamentos; representando, portanto, os mesmos fatores da conta de investimentos nas publicações anteriores a 1992²⁵.

Os valores dos gastos nominais em investimento e consumo serão deflacionados utilizando-se o Índice Geral de Preços – IGP, com base de referência em agosto de 1984.

5.2.2 Método

O método adotado para analisar o comportamento das desigualdades nas dotações orçamentárias dos governos estaduais em consumo e investimento, bem como o impacto nos desníveis de renda, será composto das seguintes etapas:

1ª ETAPA:

Para analisar as desigualdades nos gastos em consumo e investimento entre as regiões e os estados, utilizar-se-á a variância, ou seja, será efetuado o seguinte cálculo:

$$S_G^2 = \sum (G_i - \bar{G})^2 / n \quad (5.1)$$

Onde: G constitui a participação dos gastos em consumo ou investimento na renda, $\bar{G}$ constitui a média, i é o indicativo do estado e n a quantidade de estados.

Conforme destacado no Capítulo 4 o valor da variância é afetado pela unidade de medida da variável, para obtenção de um valor mais acurado, proceder-se-á, cálculo do coeficiente de variação:

$$Cv_G = \frac{S_G^2}{\bar{G}^2} \quad (5.2)$$

Onde SG_i^2 é a variância e $\bar{G}$ a média

²⁵Dentre os estudos que abordam a participação do governo na economia expressando os valores de arrecadação e gastos podem ser citados os trabalhos de PORTUGAL E SOUZA (1998), ALMEIDA E SILVA (2000), MONTEIRO NETO E GOMES(1999); nos quais os autores focalizam o estudo em regiões específicas.

Novamente, vale ressaltar que quanto mais próximos de zero os indicadores se encontrarem menor será o nível de desigualdades e, por outro lado, quanto mais elevado maior será o nível de desigualdades apresentado entre os estados ou regiões.

2ª ETAPA:

Com objetivo de verificar as alterações entre regiões e estados que geraram os indicadores da 1ª Etapa, será calculado, a nível regional e estadual, a participação dos gastos em consumo e investimento na renda.

O referido cálculo tornará possível identificar se aumento ou redução dos indicadores obtidos na 1ª Etapa foi decorrente da elevação ou redução relativa do tamanho do Governo Estadual nas economias mais desenvolvidas, bem como se isso foi decorrente da elevação do Estado nas economias com níveis menores de renda.

3ª ETAPA:

Como forma de obter resultados mais precisos será calculado no âmbito regional o coeficiente de correlação entre a renda e os gastos em consumo e investimento, ou seja, efetuar-se-á o seguinte cálculo:

$$\text{Cor}_{Y,G} = \text{Cov}(Y,G)/\sigma_Y\sigma_G \quad (5.3)$$

Onde $\text{Cov}(Y,G)$ é a covariância entre a renda e os gastos, σ_Y é o desvio padrão da renda e σ_G o desvio padrão dos gastos dos governos estaduais.

O coeficiente de correlação tornará possível identificar a magnitude da relação existente entre os gastos dos governos estaduais e os níveis de renda para estados e regiões.

Para o contexto estadual, a elasticidade entre a renda e os gastos estaduais em consumo e investimento proporcionará resultado mais preciso, cálculo esse que pode ser expresso da seguinte forma:

$$\epsilon_{Y,G} = \frac{\Delta\%Y}{\Delta\%G} \quad (5.4)$$

Onde $\epsilon_{Y,G}$ é a elasticidade da renda em relação aos gastos estaduais, $\Delta\%Y$ é a variação percentual na renda dos estados e $\Delta\%G$ a variação percentual dos gastos dos governos estaduais.

Através do cálculo da elasticidade tornará possível identificar a sensibilidade da renda dos estados a variações nos gastos dos governos estaduais, ou seja, apresenta maior precisão em relação aos indicadores de desigualdade da variância e do coeficiente de variação.

4ª ETAPA:

Como mecanismo adicional para verificar a relação entre os gasto estaduais e os níveis de renda, bem como as taxas de crescimento da renda, os seguintes modelos de regressão serão rodados:

$$R_{FP} = \alpha_0 + \beta_0 GM_{in} \quad (5.5)$$

Onde R_{FP} é a renda no último ano do período que estiver sendo analisado, α_0 e β_0 constituem os parâmetros a serem estimados, GM constitui os gastos médios dos governos estaduais, i é o indicativo do estado e n o indicativo dos subperíodos em que os gastos estarão sendo considerados.

O modelo expresso na equação (5.5) permitirá identificar a relação entre os gastos e os níveis de renda estaduais no final do período. Para identificar a relação entre os gastos e o ritmo de crescimento um segundo modelo será utilizado, o qual pode ser expresso como:

$$TXR = \alpha_0 + \beta_0 GM_{in} \quad (5.6)$$

Onde TXR constitui a taxa de crescimento da renda no período em estudo.

Para verificar se as economias estaduais apresentaram convergência nos níveis de renda, o modelo expresso na equação (5.6) será rodado com a inserção da renda inicial como variável independente adicional, logo, ter-se-á que:

$$TXR = \alpha_0 + \beta_0 GM_{in} + \beta_1 R_i \quad (5.7)$$

Onde R_i constitui a renda no período inicial e β_1 é parâmetro do modelo.

A equação (5.7) tornará possível verificar se as economias estaduais brasileiras apresentaram comportamento convergente ou divergente, no período de tempo em estudo. Sendo o parâmetro β_1 negativo, ter-se-á uma relação inversa entre o nível de renda inicial e a taxa de crescimento da renda, logo, as economias com níveis menores de renda no momento inicial estarão vivenciando ritmo de crescimento mais acelerado, portanto, haverá um processo de convergência nas rendas estaduais. Por outro lado, sendo β_1 positivo os estados com níveis

de renda mais elevada no período inicial estarão apresentando ritmo de crescimento mais acelerado, portanto, elevando as desigualdades estaduais na renda.

5.3 O Estado das Artes

As discussões realizadas no Capítulo Teórico demonstraram que os efeitos líquidos da participação do Governo na economia podem ser positivos ou negativos, esse resultado decorre do fato de que em economias suficientemente pequenas os efeitos positivos decorrentes da elevação da demanda agregada, proporcionada pelos gastos governamentais, superam os efeitos negativos resultantes da redução da demanda do setor privado, ocasionada pela arrecadação tributária efetuada pelo Setor Público. Como exemplos de tais discussões, em âmbito teórico, podem ser citados PHILLIPE (1989), BARRO (1990), FERREIRA (1994).

Nos testes empíricos acerca do papel do Governo na economia, considerado em todas as suas instâncias, os estudos têm demonstrado que as variáveis governamentais são relevantes e, em alguns contextos, uma relação negativa entre os gastos do governo e o crescimento da produção nas respectivas economias. Como exemplos pode ser citado o estudo de KORMEND E MEGUIRE (1987), no qual os autores analisam o comportamento apresentado por 47 países ao longo de 20 anos, após a II Guerra Mundial. Nesse trabalho os autores afirmam que há uma relação significativa entre desembolsos públicos em consumo e as taxas de crescimento do produto real. Com relação aos estudos nos quais a relação entre a participação dos gastos públicos e a taxa de crescimento apresenta-se negativa, tem-se GRIER E TULLOCH (1987) e LANDAU (1983) discutindo a relação entre consumo público e crescimento nos países da OECD; BARTH E BRADLEY (1987) também, com enfoque nos países da OECD, encontram uma relação negativa para o consumo e positiva para o investimento público, entretanto, essa última variável apresenta-se como estatisticamente insignificante.

Nos estudos empíricos com foco na economia brasileira observa-se maior ênfase nas análises que discutem a relevância do Governo Federal na evolução das rendas regionais e, conseqüentemente, na redução das disparidades existentes entre as regiões da economia brasileira. Em tais estudos, os autores (com metodologias diferenciadas) concluem que o Governo Federal, através da política macroeconômica e regional, desempenhou papel relevante na evolução apresentada pelas rendas estaduais e regionais ao longo do tempo.

Como exemplos dos trabalhos citados no parágrafo precedente, podem ser colocados: GUIMARÃES NETO (1995), com a discussão das desigualdades de renda e dos indicadores sociais entre as regiões da economia brasileira, destaca que o Estado, através de políticas setoriais e de incentivos fiscais e financeiros, desempenhou papel relevante na desconcentração da atividade produtiva e da geração de renda ao longo do período de 1970 a 1985. No entanto, o autor ressalta que os centros de decisão mantiveram-se na Região Sudeste e que a estrutura produtiva das economias periféricas tendeu a se adequar às necessidades das economias centrais; logo, as políticas do Estado tiveram efeitos paliativos em relação aos efeitos perversos decorrentes das alocações com vistas aos retornos proporcionados pelo mercado. Seguindo a mesma linha de discussão de GUIMARÃES NETO (1995), mas centrando-se em regiões específicas, tem-se que BUARQUE et alli (1995) e BACELAR (1995) concluem que a participação do Governo Federal foi relevante na evolução apresentada respectivamente pelas economias do Norte e Nordeste ao longo do período de 1970 a 1985.

Ao discutir os investimentos realizados na economia Nordestina GOMES E VERGOLINO (1994) ressaltam que: “ *A economia nordestina cresceu, em particular até 1978, puxada por taxas de investimento crescentes (...). Até 1976, tanto os investimentos públicos quanto os privados foram crescentes; de 1977 em diante, os investimentos privados(...) começam a cair. Já os investimentos do setor público ainda se sustentariam crescentes por mais dois anos*”(pg. 99-100).

Ao discutirem a relação entre o investimento público e o privado, os autores citados no parágrafo precedente destacam que o investimento privado intensifica ou reduz em função da rentabilidade apresentada pelo mercado. Em tal contexto, em economias com níveis menores de demanda, ter-se-á a geração de uma situação de equilíbrio na miséria; por outro lado, como as decisões de investimento do setor público são definidas no contexto político, tem-se que, levando em conta a situação financeira do Governo, eles podem quebrar o ciclo vicioso existente em uma economia.

Ao discutirem a dinâmica da Região Norte, BUARQUE et alli (1995) também destacam a participação do setor público nas mudanças de inserção da economia Nortista no âmbito nacional, ao discutirem as ações mais recentes os referidos autores ressaltam: “*a partir de 1964(...) . A combinação das teses geopolíticas com a proposta desenvolvimentista dos militares conferiu a Amazônia destaque muito especial(...) A incorporação da Amazônia no*

projeto nacional facilitava o desenvolvimento econômico brasileiro e, por outro lado, o crescimento e a modernização do Brasil viabilizavam a integração do ‘arquipélago’”. (pg. 111)

Ao discutirem os mecanismos de intervenção, os autores citados no parágrafo anterior destacam que nos anos 60 tem-se a implementação da Zona Franca de Manaus, incentivos fiscais e financeiros, transformação da SPVEA na SUDAM, criação do BASA. Nos anos 1970, foram criados o Programa de Integração Nacional - PIN, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais - POLAMAZÔNIA.

Sobre a Região Centro-Oeste, os trabalhos realizados também enfatizam o papel desempenhado pelo Governo na dinâmica da economia. Galindo e Santos (1995) destacam que: *“No período 1970-90, o setor público, através de suas diferentes esferas, exerceu papel relevante a economia centroestina por meio de estímulos financeiros e fiscais à atividade produtiva, principalmente no setor primário, bem como pelos investimentos realizados diretamente pelas entidades públicas em infra-estrutura econômica, como é o caso dos transportes e armazenagem.”(pg 161)*

Nas discussões realizadas pelos autores referidos nos parágrafos precedentes, tem-se como foco de discussão o investimento público incorporando todas as esferas administrativas. No entanto, um dos fatores que justificam a defesa de um processo de reconcentração da renda regional é a crise do Estado, que reduz a capacidade de investimento do Governo Federal nas Regiões periféricas. Em sua análise das perspectivas da economia brasileira, HADDAD (1996) destaca a possibilidade de uma tendência de reconcentração da renda nacional em um espaço que incorpore o estado de São Paulo e as áreas vizinhas, como fatores que justificam esse processo o autor destaca: a tecnologia vigente no momento atual, que demanda uma mão-de-obra mais qualificada; a criação do MERCOSUL, que gera uma demanda mais significativa para as Regiões localizadas ao sul do país; e por fim, a crise financeira do Estado, que inviabiliza a manutenção dos investimentos do Governo Federal nas Regiões que até então foram beneficiadas de forma mais intensa com tais investimentos.

Nesse contexto, tem-se que a possibilidade de manutenção de um ritmo mais acelerado de crescimento nas economias periféricas dependerá da capacidade de investimento dos seus respectivos governos estaduais. As discussões recentes ressaltam o papel atribuído aos

governos sub-nacionais na dinâmica das economias regionais, e como exemplo de tais estudos têm-se MONTERO (2001) destaca que:

“os Estados do mundo em desenvolvimento foram incapazes de responder às mudanças na disponibilidade de crédito e de produção como faziam antes. A maioria abandonou as políticas industriais em virtude de crises fiscais causadas por dívidas e gasto descontrolado, em contraste com restrições orçamentárias brandas e burocracias ineficientes.(...) Um fenômeno inesperado, paralelo à erosão das políticas industriais nacionais, foi a maior intervenção dos governos sub-nacionais nos mercados locais. Os governos sub-nacionais mostraram um alto nível de inovação em sua escolha de ferramentas políticas e uma formidável capacidade de obter recursos em épocas de aperto fiscal para estimular o investimento industrial, maior produtividade, maior acesso à inovação tecnológica e, em alguns casos, melhores relações industriais.”(pg. 241)

Os estudos que incorporam o papel atribuído aos Governos Estaduais nas desigualdades apresentadas pelas rendas regionais na economia brasileira, em geral, centram o foco de discussão em regiões específicas e os resultados não são idênticos para todos os estados. PORTUGAL E SOUZA (1998), analisando a influência de uma gama de variáveis no desempenho apresentado pelos estados da Região Sul, encontram que as exportações, o investimento privado e os gastos públicos em infra-estrutura constituíram fatores relevantes para o crescimento do estado do Rio Grande do Sul; o investimento privado e os Gastos Públicos do Governo do Estado constituíram as variáveis determinantes do estado de Santa Catarina; e para a economia do Paraná os gastos governamentais em nenhuma instância aparecem como relevantes.

ALMEIDA E SILVA (2000) discorrem sobre o desempenho da economia Cearense decorrente das ações nas áreas de finanças públicas, mobilização de recursos para investimento e atração de indústrias. Nesse estudo, os autores concluem que as ações no âmbito do Governo Estadual, mais especificamente os incentivos para instalação de empresas fora da área metropolitana de Fortaleza e o saneamento das contas públicas, foram relevantes para a melhoria da posição da economia do Estado do Ceará, em termos de produção e emprego, quando comparada com o desempenho dos demais estados da Região do Nordeste e da economia brasileira como um todo.

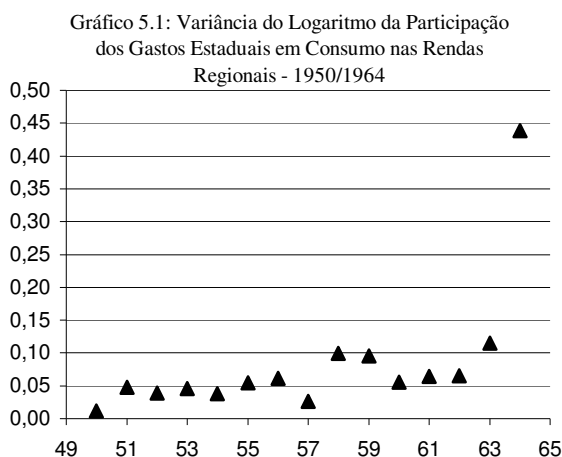
Com base no exposto, tem-se que o Governo seja no âmbito Federal ou Estadual, tem sido relevante no desempenho apresentado pelas economias estaduais. A seguir discorrer-se-á sobre os resultados obtidos nesse estudo.

5.4 Análise

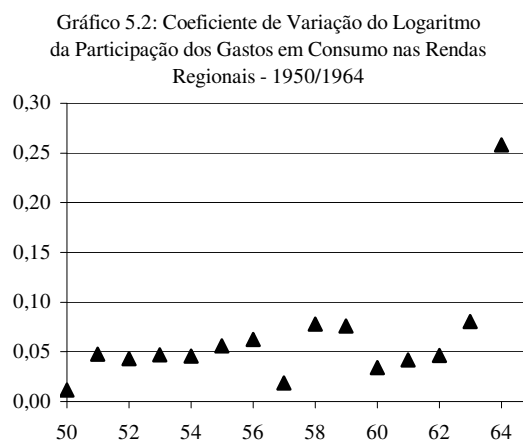
Para proceder a discussão do papel desempenhado pelas alocações orçamentárias em consumo, no comportamento apresentado pelas economias estaduais no Brasil, discutir-se-ão, isoladamente, os dois períodos nos quais a mensuração dos desembolsos acontece considerando contas com nomenclaturas diferentes e, posteriormente adotar-se-á o mesmo procedimento para o investimento estadual.

5.4.1 Desigualdades nos Desembolsos Estaduais em Consumo - 1950/1964

Seguindo procedimento similar ao adotado para analisar as desigualdades na renda, discutir-se-á, inicialmente, os desníveis no âmbito regional e, posteriormente, a evolução apresentada no contexto dos estados. Como indicadores preliminares apresentar-se-ão a variância e o coeficiente de variação da participação dos gastos em consumo nos níveis de renda regional.



Fonte: Anuários Estatísticos



Fonte: Anuários Estatísticos

A evolução da variância expressa no Gráfico (5.1) evidencia uma relativa estabilidade das desigualdades na participação dos gastos em consumo nas rendas regionais até o final da década de 1950. Neste momento, verifica-se elevação com retorno aos patamares iniciais nos primeiros anos da década de 60, no entanto, em 63 e especialmente em 1964 constata-se

elevação expressiva na participação dos governos estaduais através do item consumo, em suas respectivas economias. O comportamento do coeficiente de variação ratifica as constatações obtidas através da análise da variância.

Ao confrontar o coeficiente de variação da renda com o mesmo indicador para os gastos em consumo, constata-se que o indicador do consumo é mais elevado. Logo, as desigualdades nos gastos em consumo foram mais elevadas em relação às desigualdades da renda.

Os efeitos da desigualdade nos gastos em consumo dos estados na tendência convergente das rendas regionais, ao longo do período de 1950/1964, dependerão dos movimentos ocorridos entre as regiões brasileiras que resultaram nos indicadores de desigualdade nos gastos em consumo. Colocando de outra forma, torna-se necessário verificar se a estabilidade do coeficiente de variação até o final da década de 50 foi resultado da manutenção nos níveis de gastos vigentes em 1950, ou se essa estabilidade foi decorrente de alterações no posicionamento das Regiões que, em 1950, ocupavam as posições extremas. Para verificar os movimentos das posições regionais nos desembolsos estaduais em consumo, apresentar-se-á a participação dos gastos em consumo nas rendas regionais ao longo do período de 1950 a 1964.

Tabela 5.1 : Brasil e Regiões - Participação % dos Gastos em Consumo na Renda Regional - 50/64

	50/54	55/59	60/64
NO	2,56%	2,50%	2,24%
NE	2,78%	3,33%	3,58%
SE	3,52%	4,17%	4,72%
SU	2,41%	3,13%	3,90%
CO	2,07%	2,17%	4,24%
BR	3,19%	3,80%	4,35%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

A Tabela (5.1) demonstra que a estabilidade dos indicadores de desigualdade da participação dos gastos em consumo dos governos estaduais, no âmbito regional até o final da década de 1950, foi decorrente da elevação desse item em praticamente todas as Regiões, exceção a esse comportamento constitui a Região Norte.

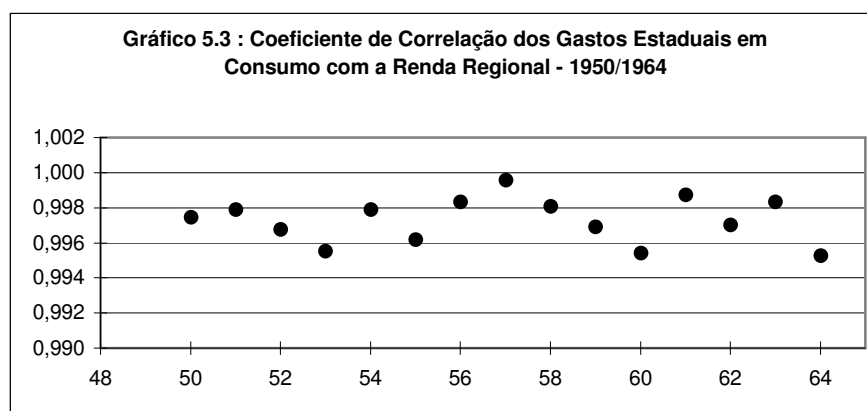
Para o período de tempo entre o final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960, a Região Norte mantém a sua tendência de redução da participação dos gastos estaduais em consumo na renda regional e as demais Regiões apresentam elevação. Entretanto,

vale destacar que na Região Centro-Oeste o peso dos gastos em consumo na renda regional apresenta um aumento mais expressivo em relação àquele verificado nas demais regiões. Conseqüentemente, o ligeiro aumento dos indicadores de desigualdade da participação dos gastos estaduais em consumo na renda, no final da década de 1950, é decorrente do comportamento atípico apresentado na Região Centro-Oeste.

A elevação dos gastos em consumo, de forma generalizada, pode decorrer do avanço no processo de urbanização da economia brasileira; fato esse que implica em elevação da demanda por serviços públicos. No comportamento dos gastos em consumo na Região Centro-Oeste, tem-se que o deslocamento da capital do país para aquela Região, atrelado aos investimentos para sua ocupação implica em demanda mais expressiva da estrutura administrativa estadual, a qual por sua vez eleva os níveis de gastos em consumo da referida Região em relação às demais.

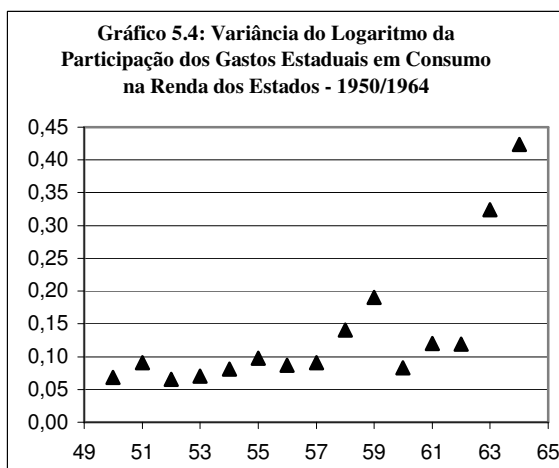
O confronto das mudanças no contexto interno das regiões com a evolução das desigualdades de renda demonstram que o ligeiro declínio das desigualdades de renda, até final dos anos 1950, ocorre em conjunto com a manutenção da participação dos gastos estaduais em consumo na renda regional. Por outro lado, a redução das desigualdades na renda regional, na primeira metade da década de 1960, ocorre com a elevação mais expressiva da participação dos gastos estaduais em consumo na renda regional no Centro-Oeste, a qual constituía uma das Regiões que ocupavam os níveis inferiores de renda em 1950.

A constatação apresentada no parágrafo precedente evidencia que os gastos estaduais em consumo podem ter constituído um dos fatores relevantes na evolução das rendas regionais na economia brasileira ao longo do período de 1950 a 1964. Colocando de outra forma, tem-se que, na manutenção das desigualdades de renda na etapa inicial, um dos fatores relevantes foi os gastos em consumo dos governos estaduais; e, por outro lado, a redução dos desníveis no segundo momento decorreu do aumento dos desembolsos efetuados pelos governos estaduais na Região Centro-Oeste. Com objetivo de obter um posicionamento mais preciso acerca da relevância dos desembolsos estaduais em consumo nas rendas regionais, apresentar-se-á o coeficiente de correlação entre os níveis de renda regional e os gastos em consumo efetuados nas regiões.

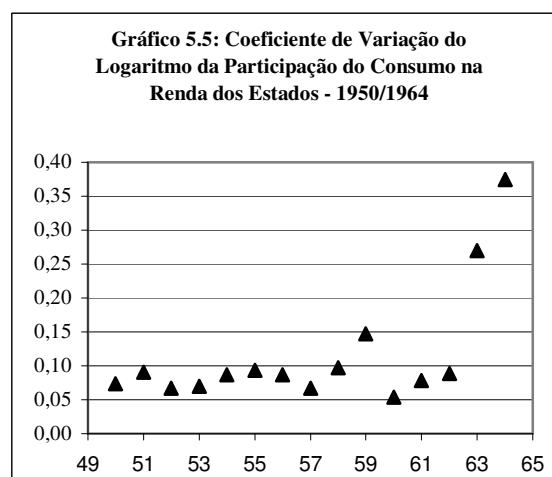


Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

O Gráfico (5.3) deixa evidente que há uma forte ligação entre os gastos estaduais em consumo e as rendas regionais. Constata-se que, apesar das oscilações do coeficiente de correlação dos gastos em consumo e da renda regional, o referido coeficiente mantém-se em um patamar superior a 99%. Essa magnitude para o coeficiente de correlação ratifica as conclusões anteriores de que os gastos em consumo foram relevantes na determinação dos níveis de renda das economias regionais no Brasil, durante o período transcorrido entre 1950 e 1964.



Fonte: Anuários Estatísticos



Fonte: Anuários Estatísticos

A discussão precedente evidencia que os gastos em consumo apresentam forte ligação com os níveis de renda regional da economia brasileira ao longo do período em foco nesse momento. A seguir, verificar-se-á se o mesmo comportamento pode ser atribuído no âmbito

dos estados, como indicadores iniciais apresentar-se-á a evolução da variância e do coeficiente de variação.

O Gráfico (5.4) deixa evidente que os indicadores de desigualdades da participação do consumo dos governos estaduais na renda mantêm-se relativamente estáveis até o final da década de 1950, a partir da qual ocorre elevação dos indicadores de desigualdade, tornando-se mais expressiva no final da primeira metade da década de 1960. O comportamento apresentado pelas desigualdades (mensuradas através da variância) dos estados segue o mesmo padrão daquele verificado quando o mesmo indicador foi calculado para as regiões da economia brasileira. Esse resultado demonstra que as alocações internas de consumo entre os estados de uma mesma região não apresentaram diferenças expressivas. Sobre esse comportamento vale relembrar a relativa estabilidade verificada no peso da máquina administrativa em relação à renda gerada pelas economias.

O confronto dos indicadores de desigualdade de renda em relação aos mesmos indicadores de desigualdade da participação dos governos estaduais através do item consumo evidencia que enquanto as diferenças na renda apresentaram uma tendência decrescente até 1964, as desigualdades no consumo apresentam tendência ligeiramente crescente com um salto expressivo na primeira metade da década de 1960.

Para inferência mais precisa, torna-se necessário analisar as alterações processadas na participação dos governos estaduais no item consumo. Isso permitirá a verificação do conjunto de estados que vivenciaram aumento do peso dos governos estaduais e aqueles nos quais houve redução de sua participação. Isso identificará se a elevação das desigualdades no consumo foi decorrente do aumento da participação dos governos estaduais nas economias periféricas, em detrimento das economias centrais, ou se o comportamento foi inverso. Sendo o aumento das desigualdades do consumo decorrente do aumento dos governos estaduais nas regiões periféricas, tem-se que os gastos em consumo dos governos estaduais constituíram um dos fatores relevantes para a redução dos desníveis entre as rendas estaduais da economia brasileira, ao longo do período em foco nesse momento. A seguir, apresentar-se-á a evolução da participação dos governos estaduais na renda de seus respectivos estados.

Tabela 5.2 : Brasil e Estados - Participação dos Gastos Estaduais em Consumo na Renda - 1950/1964

	50/54	55/59	60/64
AM	2,72%	3,69%	2,84%
PA	2,45%	1,76%	1,88%
MA	2,43%	2,50%	2,06%
PI	4,00%	4,10%	2,48%
CE	2,19%	2,80%	3,37%
RN	2,85%	3,13%	2,74%
PB	2,35%	2,93%	3,09%
PE	2,34%	3,51%	4,31%
AL	2,37%	2,49%	3,42%
SE	2,70%	2,32%	2,46%
BA	3,68%	3,95%	4,14%
MG	3,07%	4,76%	4,65%
ES	3,41%	4,18%	4,66%
RJ	4,82%	5,33%	5,08%
SP	2,97%	3,42%	4,58%
PR	2,26%	2,36%	3,20%
SC	1,76%	3,19%	3,36%
RS	2,66%	3,54%	4,51%
MT	1,95%	1,55%	1,73%
GO	2,16%	2,64%	5,65%
BR	3,19%	3,80%	4,35%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

A Tabela (5.2) demonstra que os estados das Regiões Sul e Sudeste mantêm ao longo de todo o período uma participação mais significativa dos desembolsos em consumo dos governos estaduais na renda. Ao mesmo tempo, verifica-se que os estados que apresentam redução do peso do consumo estadual na renda, ao longo do tempo, são integrantes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O comportamento apresentado no parágrafo anterior evidencia que a elevação dos indicadores de desigualdade do item consumo foi decorrente da elevação do peso desse componente da demanda agregada nos estados integrantes das Regiões Centrais, e a redução do mesmo nos estados das Regiões Periféricas. Esse comportamento constitui indicativo de que os desembolsos estaduais em consumo não trabalharam no sentido de propiciar a tendência declinante das desigualdades de renda estadual, apresentada no Capítulo 4.

Como indicador adicional da relevância dos gastos em consumo dos governos estaduais na renda dos estados, apresentar-se-á a elasticidade dos gastos estaduais em consumo em relação à renda dos estados.

Tabela 5.3: Brasil, Regiões e Estados:Elasticidade da Renda em Relação aos Gastos dos Governos Estaduais em Consumo – 1950/1965

	50/55	55/60	60/65
AM	0,455613911	-76,57330062	0,037812812
PA	3,380072924	0,804652387	0,149748683
Norte	1,064769654	1,698958729	0,108539147
MA	0,903280275	1,822729325	2,237621276
PI	0,892528318	-9,387180291	0,169475642
CE	0,405527551	0,652898135	0,261374122
RN	0,673776445	1,539243772	0,10539854
PB	0,392582885	0,872413541	-0,0882507
PE	0,290992699	0,532363416	1,447114326
AL	0,814978991	0,388904756	0,25737129
SE	11,43616158	0,824331014	0,226493325
BA	0,793916692	0,78158848	0,601046829
Nordeste	0,532517335	0,792085465	0,388493917
MG	0,263009701	1,157115012	0,763940778
ES	0,311706592	0,579941109	0,815337463
RJ	0,667509423	1,414423933	0,475211507
SP	0,603297325	0,399389091	0,655887545
Sudeste	0,540514419	0,602532387	0,623769091
PR	0,871929581	0,44138044	0,418292652
SC	0,254600477	0,738594022	0,564723003
RS	0,43338087	0,373984922	0,407898749
Sul	0,476758181	0,44807455	0,43873944
MT	2,59592524	0,722770181	0,061077974
GO	0,567331841	0,297192186	0,72995952
entro-COeste	0,864580982	0,307917275	0,470285158
Brasil	0,550858088	0,603565772	0,534421251

Fonte: Anuários Estatísticos

A elasticidade da renda aos gastos estaduais em consumo tende a apresentar um sinal positivo em todos os estados e ao longo de todo o período de tempo em foco, exceções a esse comportamento são verificadas nos estados de Paraíba, Piauí e Amazonas. O predomínio do sinal positivo constitui indicativo de que há uma relação direta entre os gastos estaduais em consumo e os níveis de renda dos estados brasileiros no período de 1950 a 1964.

Esse sinal em contraponto com o comportamento apresentado pelos indicadores de desigualdade, declínio das desigualdades de renda, em conjunto com o aumento nas desigualdades dos gastos em consumo evidenciam que, apesar da divergência entre o comportamento apresentado pelos indicadores de desigualdade, as duas variáveis em foco tenderam a evoluir na mesma direção.

Colocando de outra forma na medida em que aumenta a capacidade produtiva das economias e, conseqüentemente, os níveis de renda, há necessidade de ampliação da máquina administrativa e de material de expediente por parte dos Governos Estaduais. Logo, há uma

elevação também nos desembolsos em consumo. Ao mesmo tempo, o deslocamento da capital e o início do processo de intensificação de ocupação da Região Norte elevam os gastos estaduais em consumo nos estados integrantes desta região em relação aos demais, fato esse que justifica as oscilações verificadas no período final na variância e no coeficiente de variação dos gastos em consumo.

A discussão efetuada até o momento centra-se no comportamento apresentado individualmente pelos estados e, a partir daí inferências foram obtidas para as tendências apresentadas pela economia brasileira como um todo. Com o objetivo de obter um valor médio para a economia brasileira, apresentar-se-ão os resultados obtidos em um modelo de regressão linear que coloca a participação dos governos estaduais na renda, como variável independente e a renda dos estados em 1964 como variável dependente:

$$R_{nd64} = 442,72 - 9,79C5054 + 0,87C5559 + 26,04C6064 \quad R^2 = 0,99 \quad (5.8)$$

4,6056 -1,6824 0,1985 24,22

Na equação (5.8) os valores colocados abaixo constituem o t-calculado, dado que a base de dados é constituída de 20 estados da economia brasileira, tem-se que o valor do t-tabelado é 2,120. Conseqüentemente, no Modelo expresso na equação (5.8), apenas a constante e os gastos médios em consumo no período de 1960 a 1964 apresentam-se como relevantes para explicar o nível de renda em 1964.

O fato de os valores mais recentes dos desembolsos em consumo apresentarem-se como significativos e com sinal positivo decorre do fato de os gastos públicos em consumo terem efeitos imediatos sobre a economia, os quais decorrem da elevação da demanda agregada pela produção do setor privado.

O confronto dos indicadores de desigualdade em consumo adotado até o momento evidencia que, apesar das alterações nos gastos em consumo terem sido mais expressivas nas economias centrais, tem-se que, através do modelo de regressão da equação (5.1), os gastos estaduais em consumo constituíram fator expressivo na determinação dos níveis de renda dos estados da economia brasileira. Colocando de outra forma, apesar de tais gastos não terem viabilizado uma elevação mais expressiva em termos relativos nas rendas dos estados, que no período inicial detinham os níveis de renda menores, eles impediram que tais níveis de renda apresentassem uma redução em relação àquelas apresentadas pelos demais estados.

Como um dos objetivos desse estudo é verificar a relevância dos gastos estaduais em consumo, no comportamento apresentado pelas taxas de crescimento das rendas e verificação da existência de convergência, apresentar-se-á a evolução das taxas de crescimento em consumo e renda e, posteriormente, utilizar-se-á de um modelo de regressão para verificar a relação existente entre essas duas variáveis.

Tabela 5.4: Regiões - Taxas de Crescimento do Consumo Estadual e da Renda - 1950/1964

	Consumo		Renda		Renda Per Capita	
	50/59	59/64	50/59	59/64	50/59	59/64
Norte	39,74%	-28,16%	74,18%	32,46%	26,54%	8,83%
Nordeste	95,08%	43,06%	44,72%	37,15%	19,15%	24,35%
Sudeste	110,70%	12,12%	42,84%	31,45%	0,93%	16,90%
Sul	123,49%	80,14%	59,38%	24,88%	8,82%	3,35%
C. Oeste	123,49%	80,14%	100,18%	90,09%	26,10%	36,89%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

O comportamento representado pelos percentuais na Tabela (5.4) evidencia que todas as variáveis apresentam redução no seu ritmo de crescimento ao longo do período de 1950 a 1964. Esse comportamento pode ser justificado pelo fato de que, à medida que ocorre redução na taxa de crescimento do nível de atividade das economias, tem-se uma redução das necessidades dos serviços públicos, conseqüentemente, essa elevação do nível de atividade econômica reflete nos desembolsos públicos com pessoal.

Como forma de verificar a relação existente entre os gastos estaduais em consumo e o ritmo de crescimento das rendas estaduais apresentar-se-á um modelo de regressão linear que considera como variável dependente as taxas de crescimento das rendas *per capita* dos estados, e como variável independente os gastos em consumo efetuados pelos governos estaduais.

$$tx5064 = 1,3241 + 0,0071Mc5054 - 0,0084Mc5559 + 0,0020Mc6064 \quad (5.9)$$

8,6429 0,7651 -1,1920 1,1398

$$R^2 = 0,17$$

Na equação (5.9) os subscritos constituem os t-calculado, como a amostra constitui em 20 estados da economia brasileira, tem-se que o t-tabelado ao nível de significância de 5% é de 2,120. Conseqüentemente, no modelo expresso na equação (5.2), apenas a constante apresenta-se como variável relevante para explicar a taxa de crescimento da renda estadual ao longo do período de 1950 a 1964.

Para verificar os efeitos dos gastos em consumo no processo de convergência das rendas agregadas, apresentar-se-á o modelo expresso na equação (5.9) com incorporação da renda inicial como variável independente.

$$tx6064 = 1,59 - 0,0019rend50 - 0,00014Mc5054 + 0,00050Mc5559 + 0,02176Mc6064 \quad (5.10)$$

$\begin{matrix} 11,834 & -3,7304 & -0,020 & 0,087346 & 3,9851 \end{matrix}$

$$R^2 = 0,57$$

Na equação (5.10), constata-se que a introdução do nível de renda inicial como variável independente melhora o modelo de regressão expresso na equação (5.9). No modelo expresso em (5.10), tem-se que a constante, o nível de renda inicial e a média dos gastos estaduais em consumo entre 60/64 constituem as variáveis que têm seus coeficientes aceitos como diferentes de zero ao nível de significância de 5%.

Como o coeficiente do nível de renda em 1950 apresenta um sinal negativo, tem-se que o nível de renda em 1950 apresenta uma relação inversa com a taxa de crescimento da renda *per capita* ao longo de 50/64. Colocando de outra forma, os resultados ratificam a existência de convergência nas rendas *per capita* obtidos no Capítulo de Renda.

No que se refere à variável de gasto em consumo, constata-se que apenas a média dos gastos em consumo em 1960/1964 apresenta-se como relevante na explicação da taxa de crescimento da renda, valendo destacar que a relação entre as duas variáveis é direta. Novamente, vale destacar que a relevância do consumo para o período mais recente decorre do fato de esses gastos terem efeitos imediatos na economia.

Na equação (5.10), constata-se que os níveis de consumo médio ao longo do período de 1950/1959 não se apresentam como relevantes para explicar a evolução da taxa de crescimento da renda agregada. Entretanto, tais variáveis podem ser significativas na explicação da evolução da taxa de crescimento das rendas *per capita*. A seguir, apresentar-se-á o modelo de regressão, expresso na equação (5.10), considerando a taxa de crescimento da renda *per capita* como variável dependente.

$$txper5064 = 0,4646 + 0,0005Mc5054 - 0,00155Mc5559 + 0,000521Mc6064 \quad (5.11)$$

$\begin{matrix} 7,8585 & 0,139536 & -0,56913 & 0,787758 \end{matrix}$

$$R^2 = 0,23$$

A equação (5.11) deixa evidente que os gastos em consumo ao longo do período de 1950 a 1964 não se apresentam como relevantes para explicar a taxa de crescimento das

rendas *per capita* estaduais. No referido modelo apenas a constante é aceita como diferente de zero ao nível de significância de 5%, sendo esse comportamento idêntico ao obtido para os níveis de renda agregada expressa na equação (5.9). Com o objetivo de verificar a influência dos gastos estaduais no processo de convergência das rendas *per capita* apresentar-se-á o modelo expresso na equação (5.11) com a introdução do nível de renda em 1950.

$$tx_{per5064} = 0,77 - 0,00069rend50 + 0,00387Mc5054 - 0,00216Mc5559 + 0,000303Mc6064 \quad (5.12)$$

8,2089
-3,66798
1,363975
-1,05668
0,605993

$$R^2 = 0,59$$

Quando a análise é efetuada considerando o nível de renda *per capita*, constata-se que o processo de convergência, identificado no Capítulo de Renda, se mantém quando os gastos em consumo são introduzidos no modelo. No entanto, vale ressaltar que na equação (5.12) apenas a constante e o nível de renda inicial são aceitos como diferentes de zero ao nível de significância de 5%, conseqüentemente, a exclusão das variáveis não relevantes reporta ao modelo utilizado no Capítulo 4 para discutir a convergência na renda *per capita*.

Uma síntese dos resultados apresentados em nível regional evidencia que os indicadores de desigualdade nos gastos em consumo apresentaram estabilidade/crescimento. A evolução destes indicadores foi decorrente do aumento mais expressivo dos gastos em consumo no Centro-Oeste, tais indicadores também foram mais elevados em relação aos indicadores de renda.

Como a Região Centro-Oeste constituía uma das Regiões com menores níveis de renda em 1950, constata-se que a elevação dos indicadores de consumo tenha trabalhado no sentido de produzir redução nos desníveis de renda.

Quando o foco constituiu os estados, verificou-se que os indicadores de consumo mantêm estabilidade/crescimento, sendo sua evolução decorrente da elevação dos gastos em consumo nas Regiões Centrais e redução nas periféricas. No entanto, a elasticidade apresenta valor positivo e nos modelos de regressão os gastos médios entre 60/64 são relevantes para explicar o nível de renda de 1964, bem como o crescimento da renda entre 1950 e 1964.

O suave declínio das desigualdades de renda em confronto com a elevação/estabilidade das desigualdades nos gastos estaduais em consumo proporciona as seguintes reflexões:

- O aumento do tamanho do governo, através do item consumo, nas Regiões com menor nível de renda provoca aumento da renda dessas Regiões em decorrência do tamanho

do governo não ser expressivo, ou seja, os efeitos positivos decorrentes da demanda governamental são superiores aos impactos negativos resultantes da elevação no montante arrecadado.

- Por outro lado, o aumento do governo nos estados mais desenvolvidos também estaria trabalhando para redução dos desníveis regionais, visto que em tais economias como o tamanho do governo é maior o impacto negativo será superior aos efeitos positivos decorrentes do aumento na demanda governamental.

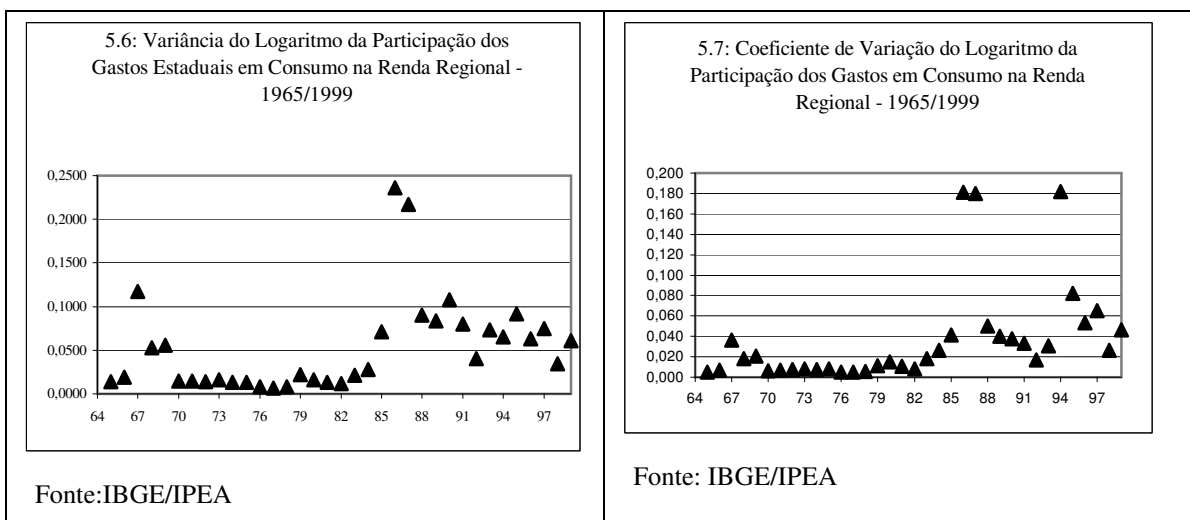
5.4.2 Desigualdades nos Desembolsos Estaduais em Consumo - 1965/1999

Seguindo a mesma linha adotada na discussão precedente, verificar-se-á as desigualdades no âmbito regional e, posteriormente, o comportamento apresentado no contexto estadual.

Para a discussão da evolução apresentada pelos gastos em consumo a partir de 1965 apresentar-se-á o comportamento da variância e do coeficiente de variação da participação do consumo estadual na renda regional.

Os Gráficos (5.6) e (5.7) evidenciam que as desigualdades da participação dos desembolsos estaduais em consumo no contexto regional são mais acentuadas e apresenta maior grau de oscilação em dois períodos específicos: o final da década de 1960, no qual fica evidente uma elevação significativa dos indicadores; e ao longo da década de 1980, onde os indicadores apresentam oscilações expressivas.

O confronto da evolução dos indicadores de desigualdade dos gastos estaduais no item consumo com o comportamento dos mesmos indicadores para as rendas estaduais deixa evidente que a redução das desigualdades nas rendas regionais até o final da década de 1980 ocorre em conjunto com uma elevação das desigualdades nos gastos em consumo dos governos estaduais até o início da década de 1970; estabilidade ao longo da década de 1970 nas desigualdades no consumo estadual e elevação dos indicadores ao longo da década de 1980. Na etapa final—década de 90— a estabilidade dos indicadores de desigualdade das rendas regionais é acompanhada por oscilações significativas e tendência crescente nas desigualdades dos gastos estaduais em consumo.



A discussão efetuada no parágrafo precedente demonstra que a redução dos desníveis na renda regional até o final da década de 1980 ocorreu em conjunto com fases crescentes e decrescentes das desigualdades dos gastos estaduais em consumo e, por outro lado, a estabilidade dos desníveis na renda estadual ao longo da década de 1990 foi acompanhada por oscilações e tendência crescente dos gastos estaduais em consumo. Para obtenção de inferências acerca da relação existente entre os gastos estaduais em consumo e as rendas regionais, apresentar-se-á a alteração verificada na participação desses gastos nas rendas regional ao longo do período em foco.

Tabela 5.5 : Brasil e Regiões - Participação % dos Gastos em Consumo na Renda Regional - 1965/1999

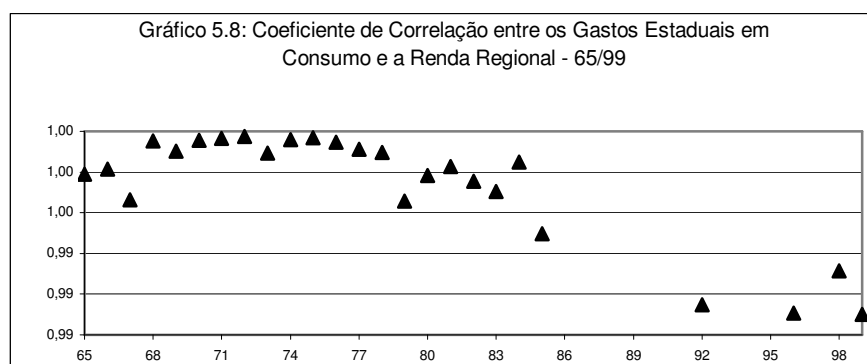
	65/69	70/74	75/79	80/84	85/89	90/94	95/99
NO	4,06%	3,34%	3,18%	2,68%	3,43%	4,16%	2,82%
NE	4,85%	4,24%	4,07%	3,44%	4,79%	5,22%	3,49%
SE	6,02%	3,97%	3,37%	2,74%	3,66%	3,97%	2,21%
SU	5,39%	4,18%	3,24%	2,73%	2,96%	2,76%	2,55%
CO	7,40%	4,70%	3,87%	3,51%	2,33%	5,93%	4,43%
BR	5,75%	4,05%	3,44%	2,85%	3,77%	3,99%	2,58%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

A observação da evolução apresentada pelas regiões na Tabela (5.5) demonstra que as Regiões apresentaram o mesmo comportamento ao longo do período em estudo. Colocando de outra forma, constata-se que no período de estabilidade dos gastos em consumo, ao longo da década de 1970, verifica-se um declínio da participação desse componente na demanda agregada em todas as Regiões, em relação ao comportamento apresentado no período precedente. Ao longo da década de 1980, etapa de oscilações nos indicadores de desigualdades

da participação dos gastos estaduais em consumo na renda, há uma redução da participação dos gastos estaduais em consumo na renda regional, na primeira metade da década e elevação na etapa final da década de 1980. Exceção a esse comportamento constitui a Região Centro-Oeste, que mantém a sua tendência de declínio. Ao longo da década de 1990 constata-se que as Regiões apresentam elevação em relação à participação apresentada na década de 1980, mas uma redução da participação dos gastos em consumo na renda regional a partir da segunda metade da década de noventa.

Como todas as Regiões apresentam o mesmo padrão de comportamento da participação dos gastos em consumo estaduais na renda regional, tem-se que as oscilações apresentadas pela variância e coeficiente de variação— Gráficos (5.7) e (5.8)— não podem ser atribuídas à evolução apresentada por alguma Região específica. Portanto, apenas a partir do confronto entre os indicadores de desigualdade e a participação na renda regional nenhuma inferência é obtida acerca dos efeitos dos gastos em consumo na evolução apresentada pelas rendas regionais ao longo do período de 1965 a 1999. Como forma de obter resultado mais preciso, proceder-se-á a apresentação do comportamento do coeficiente de correlação entre a renda regional e os gastos em consumo dos governos estaduais.



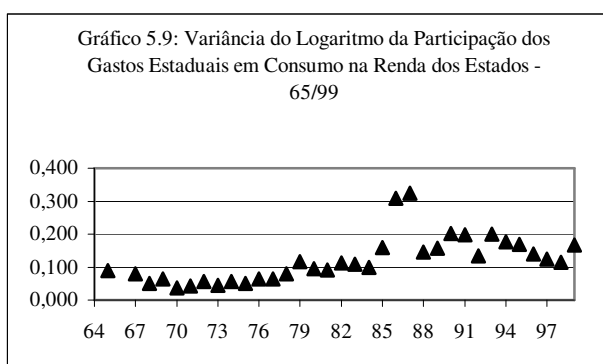
Fonte: BACEN/IPEA

O Gráfico (5.8) evidencia que há uma forte ligação entre os gastos estaduais em consumo e as rendas regionais; através do referido Gráfico constata-se que, em que pese a alternância observada na correlação entre essas duas variáveis, o valor mínimo, ao longo de todo o período de 1965/1999, é positivo e apresenta uma magnitude próxima à unidade.

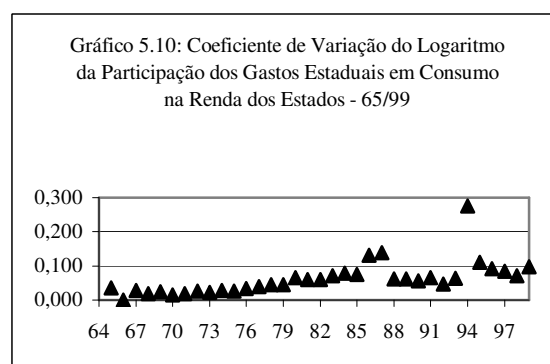
A magnitude do coeficiente de correlação evidencia que os gastos em consumo foram relevantes para determinação dos níveis de renda regional vigentes entre 1965 e 1999. Os resultados obtidos demonstram que, apesar do confronto entre os indicadores de desigualdades

e as alterações regionais no peso dos governos estaduais na renda, não fornecer subsídios suficientes para a afirmativa de que tais gastos foram determinantes no ritmo de crescimento mais acelerado que as economias periféricas vivenciaram até o início da década de 90, os valores apresentados pelo coeficiente de correlação evidenciam que os gastos em consumo foram importantes para todas as Regiões da economia brasileira.

Seguindo o mesmo procedimento adotado nas subseções precedentes, apresentar-se-á, nesse momento, a relação entre os gastos estaduais em consumo e os níveis de renda estaduais. Como primeiro indicativo tem-se a variância e o coeficiente de variação.



Fonte: IPEA/BACEN



Fonte: IPEA/BACEN

Os indicadores de desigualdades apresentados nos Gráficos (5.9) e (5.10) evidenciam três fases na evolução das desigualdades da participação dos gastos estaduais em consumo na renda dos estados: Até o início da década de 1980, verifica-se uma tendência crescente nos indicadores de desigualdades; ao longo da década de 1980, a tendência crescente é mantida, mas, com maior grau de oscilações; por fim, na década de 1990, tais indicadores iniciam uma tendência declinante.

O confronto do comportamento apresentado entre os indicadores de desigualdades da renda e dos gastos em consumo evidencia que até a década de 1990 ocorre aumento das desigualdades da participação dos gastos estaduais nas rendas estaduais e, paralelo a isso redução dos desníveis apresentados entre as rendas estaduais. Por outro lado, ao longo da década de 1990 constata-se que a estabilidade dos indicadores de desigualdade das rendas estaduais ocorre simultaneamente com a elevação dos desníveis do peso dos Governos Estaduais em suas respectivas economias, através do item consumo.

Para que as evoluções apresentadas no parágrafo precedente tornem possível inferir acerca da relevância dos gastos governamentais na convergência das rendas estaduais, até a

década de 1990, e na manutenção das posições dos estados ao longo da referida década, é necessário identificar as alterações apresentadas no posicionamento dos estados em termos de peso do consumo estadual na renda dos estados. A seguir, apresentar-se-á a evolução da participação do consumo dos governos estaduais em suas respectivas rendas.

Tabela 5.6 : Brasil, Regiões e Estados - Participação dos Gastos em Consumo dos Governos Estaduais na Renda - 65/99

	65/69	70/74	75/79	80/84	85/89	90/94	95/99
AM	5,40%	4,09%	3,95%	3,12%	3,52%	3,78%	2,22%
PA	3,37%	2,84%	2,63%	2,32%	3,35%	4,48%	3,40%
NO	4,06%	3,34%	3,18%	2,68%	3,43%	4,16%	2,82%
MA	3,40%	3,55%	4,33%	2,74%	4,89%	7,48%	4,75%
PI	5,12%	8,02%	9,10%	7,41%	11,52%	12,05%	6,70%
CE	4,92%	3,80%	3,45%	3,46%	5,15%	4,68%	2,49%
RN	4,85%	5,15%	4,81%	4,25%	6,20%	5,98%	4,70%
PB	4,83%	4,56%	4,88%	5,12%	6,36%	6,82%	3,93%
PE	4,87%	4,29%	3,80%	3,34%	4,03%	3,99%	3,08%
AL	4,70%	4,31%	4,64%	4,37%	7,00%	6,44%	4,56%
SE	3,95%	4,22%	4,53%	3,83%	4,84%	8,80%	5,81%
BA	5,30%	3,94%	3,55%	2,73%	3,75%	4,15%	2,84%
NE	4,85%	4,24%	4,07%	3,44%	4,79%	5,25%	3,49%
MG	5,60%	4,31%	3,68%	2,80%	3,51%	3,80%	1,94%
ES	5,34%	4,33%	4,54%	2,59%	3,20%	3,81%	3,00%
RJ	6,16%	3,72%	3,19%	2,56%	3,32%	2,75%	2,42%
SP	6,09%	3,99%	3,33%	2,80%	3,82%	4,43%	2,17%
SE	6,02%	3,97%	3,37%	2,74%	3,66%	3,97%	2,21%
PR	4,95%	4,19%	2,74%	2,03%	2,30%	2,15%	2,67%
SC	4,55%	3,51%	2,67%	2,44%	3,36%	2,99%	2,06%
RS	5,93%	4,38%	3,83%	3,36%	3,27%	3,10%	2,69%
SU	5,39%	4,18%	3,24%	2,73%	2,96%	2,76%	2,55%
MT	4,02%	3,34%	3,94%	4,59%	1,63%	6,66%	3,86%
GO	8,91%	5,25%	3,84%	3,00%	3,49%	5,57%	4,71%
CO	7,40%	4,70%	3,87%	3,51%	2,33%	5,93%	4,43%
BR	5,75%	4,05%	3,44%	2,85%	3,77%	4,01%	2,58%

Fonte: IPEA/BACEN

Até o início da década de 1980, há uma elevação dos indicadores de desigualdades da participação dos gastos estaduais em consumo nas suas respectivas rendas. A Tabela (5.6) deixa evidente que no início da década de 1980 os estados que detinham maior peso dos gastos em consumo na renda eram originários das Regiões Sul e Sudeste, acrescentando-se a esses o Estado de Goiás. Ao longo da década de 1980, constata-se redução significativa do peso do estado nas economias centrais, como exemplos podem ser citados os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul; sendo que apesar da maioria dos demais estados

vivenciarem uma redução da participação de seus governos estaduais, tem-se que essa queda ocorre em magnitude menor.

A exposição do parágrafo anterior demonstra que a tendência ascendente dos indicadores de desigualdades da participação dos gastos estaduais em consumo é decorrente de uma redução do peso desse nível de governo, para os estados detentores de maior nível de renda, e elevação do mesmo nos estados que ocupavam posicionamento inverso. Esse comportamento constitui indicativo de que a tendência declinante nos desníveis de renda até o final da década de 80 foi, em parte, induzido pelo aumento dos desembolsos estaduais nas regiões que na etapa inicial detinham parcela menos expressiva da renda nacional.

Ao longo da década de 1980, constata-se a manutenção crescente dos indicadores de desigualdade do peso do consumo estadual na renda. Ao se observar a participação do consumo estadual na renda, tem-se que no início dos anos 1980 o Governo Estadual apresentava uma participação mais expressiva nas economias do PI, PB, MT, AL, RN. Por outro lado, constata-se que ao longo da década de 1980, a participação dos gastos em consumo sofrem aumento em todos os estados da economia brasileira, mas essas elevações são mais significativas nos Estados da Região Nordeste. Portanto, ao longo da década de 1980, a elevação dos indicadores da participação do consumo na renda decorre de aumento do peso dos Governos Estaduais nas economias que no início do período detinham um menor nível de renda em detrimento das demais. Novamente, tem-se que a redução dos desníveis entre as rendas estaduais ao longo da década de 1980, identificados no Capítulo 4, foi novamente induzida em parte, pelo aumento do peso relativo dos Governos Estaduais nas Regiões Periféricas.

Na década de 1990, verifica-se que os indicadores de desigualdade dos gastos em consumo sofrem elevação e, a partir da segunda metade da referida década, passa a apresentar uma tendência crescente. Ao longo desse período, constata-se que houve redução do peso dos Governos Estaduais em todas as economias; no entanto, os estados da Região Nordeste, que no início do período apresentavam uma participação mais significativa dos gastos estaduais em consumo nas suas respectivas rendas, apresentam reduções mais significativas. Portanto, o declínio/estabilidade vivenciado nas desigualdades na década de 90 se dá com uma redução relativa da participação dos Governos Estaduais nas Regiões que apresentavam participação inferior na renda nacional no início do período.

Como no Capítulo 4 ficou evidente que os desníveis entre as rendas estaduais mantêm-se estáveis ao longo da década de 1990, e, por outro lado, há uma redução do peso do Governo Estadual nas economias periféricas nesse período, tem-se que também para esse período de tempo os gastos em consumo dos governos estaduais induziram, dentre outros fatores, o comportamento apresentado pelas rendas dos estados. Seguindo o mesmo procedimento adotado nas subseções anteriores apresentar-se-á a elasticidade da renda dos estados em relação aos gastos estaduais em consumo.

Tabela 5.7: Brasil, Regiões e Estados: Elasticidade da Renda em Relação aos Gastos Estaduais em Consumo - 1965/1999

	65/70	70/75	75/80	80/85	85/90	90/99
AM	1,9101	1,0600	1,8402	0,7136	4,7533	-0,4322
PA	1,7217	1,1675	1,4348	0,2775	0,2205	0,1105
NO	1,7130	1,0938	1,6010	0,4631	0,0453	-0,1658
MA	0,8913	0,6721	-2,1354	0,0051	-0,0683	-0,8892
PI	0,4192	0,7746	3,5643	0,1232	0,4603	-1,0376
CE	4,3650	1,2457	0,9908	0,1276	-0,0720	-1,0425
RN	0,8211	1,1468	1,5821	0,1954	0,6566	-2,8598
PB	1,2809	0,8615	0,8199	0,3063	0,2426	-0,6361
PE	1,4471	1,3718	2,4425	0,3078	0,9074	-2,2232
AL	1,2244	0,8519	1,2289	0,1009	0,6698	-0,4733
SE	0,8569	0,8571	1,5339	0,5128	-1,8782	-1,2199
BA	2,1263	1,2588	2,9500	0,1908	1,9598	-0,6269
NE	1,4640	1,0978	2,0429	0,1910	3,9989	-0,9139
MG	2,1630	1,4294	6,9469	0,2107	5,8792	-0,5667
ES	1,6592	0,9124	-18,2352	0,2884	-0,3483	6,7065
RJ	5,4529	1,5190	-2,5021	-0,5914	0,2479	50,3392
SP	2,8167	1,5820	9,5211	0,1343	-9,2688	-0,4059
SE	3,0405	1,5111	35,7370	0,0762	3,7262	-0,5148
PR	1,4231	3,3374	-1,8793	0,3898	0,5745	0,4098
SC	1,6933	1,8848	1,4051	0,2652	0,3880	-0,9243
RS	2,0396	1,3939	3,0388	1,5222	0,4133	-2,6222
SU	1,7603	1,8950	4,9099	0,5096	0,4757	2,4091
MG	1,4140	0,7566	0,6796	5,0647	8,7614	-1,1734
GO	2,9149	2,0124	3,9440	0,6556	-1,4419	3,1408
CO	2,4664	1,4844	1,4225	2,1776	-9,1263	-8,6101
Brasil	2,4474	1,4892	4,2658	0,1523	2,8019	-0,7487

Fonte: BACEN/IPEA

O comportamento expresso pela elasticidade da renda em relação aos gastos estaduais em consumo—Tabela (5.7)—não providencia subsídios para identificação de comportamentos apresentados tipicamente pelos estados que detinham menor nível de renda no momento

inicial e aqueles que se encontravam na posição oposta. No entanto, fica evidente o padrão típico para determinados períodos de tempo.

A Tabela (5.7) mostra que, até a primeira metade da década de 1980, com raras exceções, a elasticidade da renda em relação aos desembolsos estaduais em consumo apresentava um sinal positivo. Para esse período de tempo, tem-se que aumento dos gastos dos governos estaduais no item consumo proporcionava efeitos positivos na renda das suas respectivas economias. Na década de 1990, verifica-se que a relação entre os gastos estaduais em consumo e os níveis de renda dos estados tende a apresentar uma relação inversa, ou seja, aumentos nos gastos implicam em redução nos níveis de renda.

A Tabela (5.7) deixou evidente que ao longo da década de 1990 há uma tendência generalizada de redução da participação dos governos estaduais em suas economias através do item consumo. Portanto, o comportamento da elasticidade dos gastos em consumo nas rendas estaduais na década de 1990 decorre do fato de que na medida em que há redução da participação dos governos estaduais, tem-se que a alteração nesse componente da demanda agregada tem poucos efeitos propulsores sobre o nível de atividade econômica.

Como mecanismo propiciador de resultados mais precisos, utilizar-se-á de um modelo de regressão que considera o nível de renda em 1999 como variável dependente e os gastos médios em consumo como variáveis independentes.

$$\text{Rend99} = 619,5 + 19,14\text{MC6574} + 12,27\text{MC7584} + 5,42\text{MC8594} + 9,22\text{MC9599}$$

$$\begin{matrix} 0,400055 & 0,93495 & 0,752099 & 1,147281 & 1,746688 \end{matrix}$$

$$R^2 = 0,99 \quad (5.13)$$

A equação (5.13) evidencia que o gasto médio em consumo não se apresenta como relevante para explicar o nível de renda das economias estaduais em 1999. Constata-se que o valor do t-calculado implica que todos os coeficientes podem ser aceitos como iguais a zero, ao nível de significância de 5%. Para verificar se o mesmo comportamento apresenta-se quando as alterações no contingente populacional são incluídas, apresentar-se-á, nesse momento, o modelo de regressão expresso na equação (5.14), tendo a renda *per capita* como variável dependente.

$$\text{Rper99} = 1777,62 - 5,94\text{MC6574} + 6,25\text{MC7584} - 2,95762\text{MC8594} + 2,645\text{MC9599}$$

$$\begin{matrix} 4,22678 & -1,06812 & 1,409463 & -2,30658 & 1,844618 \end{matrix}$$

$$R^2 = 0,66 \quad (5.14)$$

A equação (5.14) mostra que quando a renda estadual *per capita* é colocada como variável dependente, os gastos estaduais em consumo continuam não sendo relevantes, ou seja, seus coeficientes são aceitos como iguais a zero ao nível de significância de 5%.

Como um dos objetivos desse estudo constitui a verificação dos efeitos dos gastos no ritmo de crescimento das rendas estaduais, apresentar-se-á o comportamento apresentado pelas taxas de crescimento e, posteriormente, utilizar-se-á de um modelo de regressão para analisar a relação entre o crescimento das rendas e os gastos governamentais em consumo.

Tabela 5.8: Regiões - Taxas de Crescimento dos Gastos em Consumo Estaduais e da Renda 1965/1999

	Consumo			Renda Agregada			Renda Per Capita		
	65/79	79/89	89/99	65/79	79/89	89/99	65/79	79/89	89/99
NO	333,90%	107,83%	-39,88%	435,78%	97,18%	-11,51%	194,58%	92,27%	-22,08%
NE	320,88%	26,99%	-18,85%	282,78%	27,82%	9,25%	166,84%	9,48%	5,36%
SE	219,32%	13,11%	-33,44%	396,48%	14,90%	0,62%	241,06%	-1,37%	-1,79%
SU	222,83%	5,80%	-8,14%	400,29%	32,00%	-2,40%	290,64%	19,41%	-9,87%
CO	577,50%	59,94%	1,31%	698,01%	16,72%	38,90%	301,16%	-9,88%	14,47%

Fonte: IPEA/BACEN

A Tabela (5.8) evidencia que a taxa de variação nos gastos estaduais em consumo segue o mesmo comportamento das taxas de crescimento das rendas regionais, sendo tal afirmativa válida para todas as regiões da economia brasileira. Em todas as Regiões, constata-se uma redução drástica no crescimento da renda e dos gastos em consumo ao longo do período de 1965 a 1999.

Para analisar como os gastos em consumo afetaram o ritmo de crescimento das rendas dos estados, apresentar-se-á modelos de regressão lineares que incorporam os gastos em consumo dos estados como variável independente e a taxa de crescimento dos estados como uma variável dependente.

Considerando as taxas de crescimento da renda agregada, tem-se o seguinte resultado:

$$txrend = 4,62 - 0,15Mc6574 - 0,00086Mc7584 + 0,00168Mc8594 + 0,0080Mc9599$$

4,205 -1,03899 -0,0746 0,502843 2,149307

$$R^2 = 0,396 \quad (5.15)$$

A equação (5.15) evidencia que nenhuma das variáveis dos valores médios do consumo estadual apresenta-se como relevante para explicar a taxa de crescimento das rendas estaduais ao longo do período de 1965/1999. No referido modelo, constata-se que apenas a constante pode ser aceita como diferente de zero ao nível de significância de 5%. Como um dos objetivos desse estudo é verificar se houve convergência entre as rendas dos estados

brasileiros, apresentar-se-á o modelo de regressão expresso na equação (5.15) com a introdução da renda em 1965, como uma variável independente adicional.

$$\begin{aligned} \text{txrend} = & \underset{3,610665}{5,77} + \underset{0,24476}{0,006345}\text{Mc6574} + \underset{0,09493}{0,0011}\text{Mc7584} + \underset{0,024495}{9,08}\text{RE} + \underset{1,408698}{0,006}\text{Mc8594} + \underset{-0,99791}{0,006}\text{Mc9599} - \underset{-0,001r65}{0,001}\text{r65} \\ & R^2 = 0,44 \quad (5.16) \end{aligned}$$

A incorporação do nível de renda em 1965 como variável independente adicional não melhora os resultados obtidos no modelo anterior. Novamente, tem-se que todas as variáveis têm seus coeficientes aceitos como iguais a zero ao nível de significância de 5%. Como os deslocamentos populacionais podem afetar as taxas de crescimento das economias, apresentar-se-ão os resultados dos modelos explicitados anteriormente, quando a taxa de crescimento da renda *per capita* é colocada como a variável dependente.

$$\begin{aligned} \text{txrend} = & \underset{4,841}{2,32} - \underset{-1,12881}{0,00714}\text{Mc6574} + \underset{0,684764}{0,003453}\text{Mc7584} - \underset{-0,44355}{0,00065}\text{Mc8594} + \underset{0,98924}{0,0016}\text{Mc9599} \\ & R^2 = 0,16 \quad (5.17) \end{aligned}$$

A equação (5.17) evidencia que ao colocar como variável dependente do modelo de regressão a taxa de crescimento da renda *per capita* os resultados obtidos anteriormente não são alterados. Colocando de outra forma, tem-se que, com exceção da constante, os coeficientes das demais variáveis são aceitos como iguais a zero ao nível de significância de 5%. A seguir apresentar-se-á o modelo expresso na equação (5.17) incorporando a renda *per capita* dos estados em 1965 como uma variável independente adicional.

$$\begin{aligned} \text{txcrper} = & \underset{1,425265}{1,672} - \underset{-1,21674}{0,0081}\text{Mc6574} + \underset{0,541475}{0,002844}\text{Mc7584} + \underset{0,062106}{0,00012}\text{Mc8594} + \underset{10,664322}{0,001198}\text{Mc9599} - \underset{0,603477}{+0,00115}\text{r65} \\ & R^2 = 0,18 \quad (5.18) \end{aligned}$$

Na equação (5.18), constata-se que todas as variáveis independentes continuam sendo aceitas como iguais a zero ao nível de significância de 5%. Um aspecto interessante constitui o fato de o coeficiente da renda *per capita* de 1965 apresentar um sinal positivo, fato esse que indicaria um processo de divergência entre as rendas *per capita* da economia brasileira, ao longo do tempo em estudo. Em síntese, os resultados apresentados pelos modelos de regressão adotados não evidenciam os gastos em consumo dos governos estaduais como um fator determinante das taxas de crescimento das economias estaduais brasileiras.

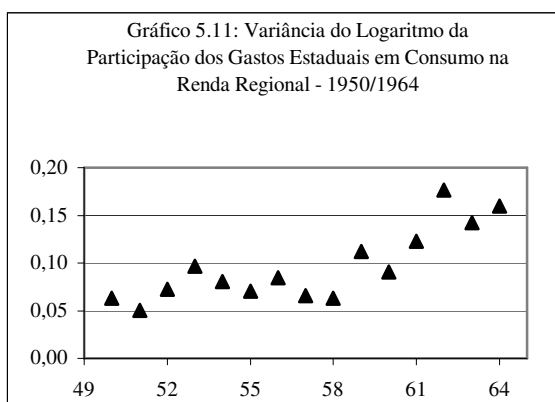
A análise regional evidenciou que o declínio/estabilidade nas desigualdades de renda é acompanhado por elevação/estabilidade dos gastos em consumo e que as desigualdades em consumo são superiores às verificadas na renda.

Em nível estadual o declínio/estabilidade dos indicadores de renda são acompanhados por desigualdades mais significativas nos indicadores de consumo e padrão similar de comportamento para todos os estados: elasticidade positiva na década de 1980 e negativa na década de 1990, e a não aceitação das variáveis de consumo como relevantes nos modelos de regressão.

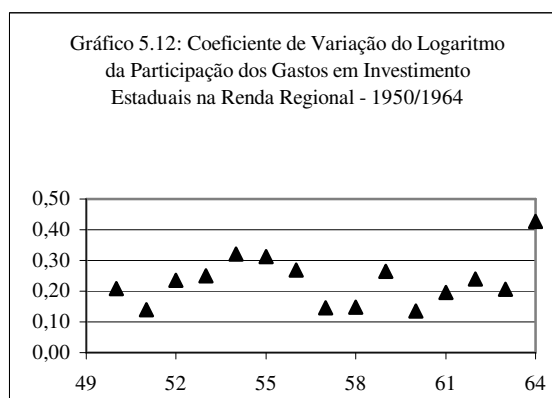
Novamente, a influência dos gastos em consumo na redução/estabilidade dos desníveis regionais pode ser decorrente de diferenças com relação ao tamanho do governo nas Regiões Periféricas em relação às Economias Centrais.

5.4.3 Desigualdades nos Desembolsos Estaduais em Investimento -1950/1964

Conforme destacado na discussão do método para analisar as desigualdades em termos de alocações orçamentárias no investimento, verificar-se-á a evolução da variância e do coeficiente de variação.



Fonte: Anuários Estatísticos



Fonte: Anuários Estatísticos

O Gráfico (5.11) demonstra que até o ano de 1965 as desigualdades nos gastos estaduais em investimento apresentam evolução crescente. Exceção a este fato constitui apenas os anos finais da década de 1950, nos quais verifica-se estabilidade dos indicadores de desigualdade.

No capítulo 4 ficou evidente que, em termos regionais, as desigualdades nos níveis de renda entre as regiões brasileiras apresentaram tendência decrescente. No entanto, quando se observa a variância da participação dos investimentos estaduais nas rendas regionais, tem-se que a mesma apresenta um comportamento relativamente crescente até meados dos anos 1960. Portanto, com base apenas na variância das variáveis de renda e desembolsos estaduais para investimento, não é possível obter uma conclusão definitiva da relação existente entre essas duas variáveis.

O coeficiente de variação dos desembolsos regionais em investimento, expresso no Gráfico (5.12), apresenta oscilações ao longo do período de 1950 a 1965: declínio nos anos iniciais; após este curto período de declínio, constata-se que até o ano de 1957 ele sofre tendência ascendente; voltando a cair e retornar à tendência ascendente a partir de 1961. No entanto, vale destacar que o valor do indicador no final do período é superior àquele verificado em 1950.

Com o objetivo de analisar quais as Regiões que aumentaram e reduziram sua participação na renda, apresentar-se-á a participação do investimento estadual na renda regional.

Tabela 5.9- Brasil e Regiões: Participação Percentual do Investimento Estadual na Renda Regional - 1950/65

	50/54	55/59	60/64
Norte	1,59%	1,79%	1,72%
Nordeste	1,75%	1,36%	1,30%
Sudeste	2,53%	2,50%	3,07%
Sul	1,81%	2,17%	2,91%
Centro-Oeste	1,12%	1,38%	1,98%
Brasil	2,26%	2,25%	0,84%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

A Tabela (5.9) demonstra que as Regiões Sul e Sudeste mantêm ao longo de todo o período uma participação mais expressiva dos investimentos estaduais na Renda Regional, ao mesmo tempo em que ocorre uma elevação da participação dos investimentos estaduais nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e decréscimo dessa participação nas Regiões Norte e Nordeste entre, 1950 e 1965. A evolução da participação dos investimentos na renda evidencia que a elevação das desigualdades entre o período inicial e final, apresentada pela variância e pelo coeficiente de variação, é decorrente da elevação da participação dos investimentos

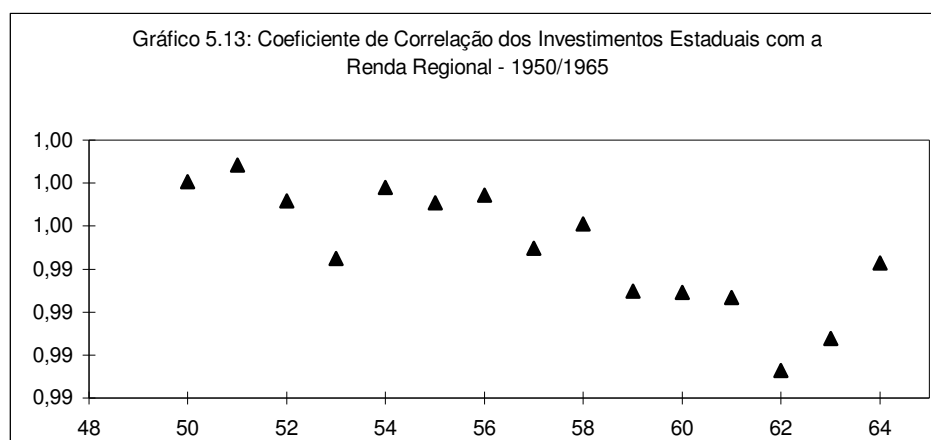
estaduais nas Regiões que no início do período apresentavam um nível mais expressivo de renda, sendo exceção a esse fato a Região Centro-Oeste; e redução dessa participação nas Regiões em que no ano de 1950 detinham uma posição inferior em termos de participação na renda nacional.

A redução das desigualdades nas rendas regionais, verificada no Capítulo 4, em confronto com a elevação dos desníveis da participação do investimento estadual na renda regional, em decorrência de um maior peso dos governos estaduais nas regiões centrais, evidencia que a participação do investimento estadual nas economias regionais não constituiu em fator determinante do ritmo de crescimento mais acelerado, apresentado pela renda do Nordeste e Norte em relação àquele apresentado no Sul e no Sudeste.

Como os investimentos efetuados pelos governos estaduais tenderam a se concentrarem nas regiões mais desenvolvidas ao longo do período de 1950 a 1964, tem-se que o nível Federal de governo foi o que tendeu a apresentar como mais proeminente na elevação das rendas das economias periféricas ao longo desse período. Em que pese o fato de esse estudo não se centrar no cálculo do efeito do investimento Federal nas Regiões, a concentração dos gastos públicos estaduais nas Regiões Centrais remete aos resultados apresentados por MAIA E VERGOLINO (1994), BACELAR (1995), BUARQUE et alli (1995), dentre outros.

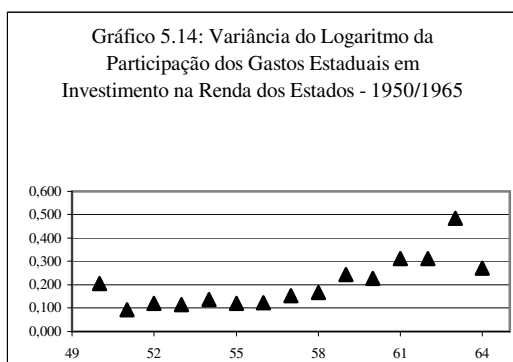
Para obtenção de uma posição mais precisa acerca da relação existente entre os níveis de renda regionais e o investimento estadual realizado em cada região no período de 1950/1965, apresentar-se-á o coeficiente de correlação entre essas duas variáveis.

O comportamento do coeficiente de correlação demonstra que há uma forte ligação entre os investimentos estaduais e os níveis de rendas nas regiões da economia brasileira. O Gráfico (5.13) evidencia que, ao longo do período de 1950 a 1964, o coeficiente de correlação apresenta uma tendência declinante, entretanto o valor mínimo desse indicador é 0,989; ou seja, um valor próximo a 1; conseqüentemente, ao longo do período em foco, nesse momento pode-se concluir que há uma forte ligação positiva entre os investimentos estaduais e os respectivos níveis de renda.

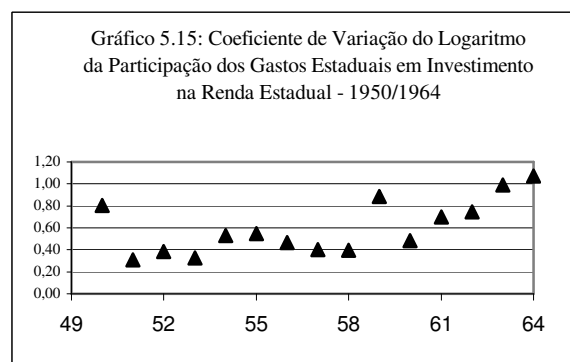


Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

Conforme ressaltado na discussão metodológica, analisar-se-á o comportamento das desigualdades no âmbito dos estados. Esse procedimento propiciará um aprofundamento na discussão das desigualdades dos gastos públicos, bem como verificará se as alocações internas das regiões provocam uma discrepância mais significativa quando se compara o comportamento apresentado pelas economias estaduais.



Fonte: Anuários Estatísticos



Fonte: Anuários Estatísticos

O Gráfico (5.14) deixa evidente que o padrão de comportamento das desigualdades entre os gastos estaduais em investimento no âmbito dos estados não diferem em relação àquele apresentado pelas regiões. Colocando de outra forma, tem-se que no Gráfico (5.15), a dispersão nos desembolsos em termos estaduais mantém-se relativamente estáveis até o final da década de 1950, a partir daí apresentam comportamento crescente, voltando a declinar a partir de 1962. Esse mesmo padrão de comportamento fica evidente quando o foco de estudo recai sobre o comportamento apresentado pelas regiões.

Um indicador que viabiliza a identificação da força das desigualdades é o coeficiente de variação expresso no Gráfico (5.16). O comportamento do coeficiente de variação do logaritmo da participação dos gastos estaduais em investimento na renda estadual demonstra que as desigualdades na participação dos governos estaduais são mais significativas quando o foco de estudo constitui as economias estaduais. A comparação entre o indicador da região em relação ao estadual deixa evidente que enquanto o valor máximo do primeiro é 0,40 tem-se para as economias estaduais o valor mínimo superior a 0,20 e o máximo ultrapassando a unidade. Conseqüentemente, seguindo o mesmo padrão constatado para as rendas, tem-se que diferenças mais expressivas observadas entre os estados de uma mesma região desempenham papel compensatório dos indicadores de desigualdades regionais.

O confronto do comportamento apresentado pelas desigualdades de renda e dos gastos estaduais em investimento deixa evidente que, enquanto o coeficiente de variação das desigualdades na renda *per capita* apresentou declínio, constata-se que o mesmo indicador para a participação dos gastos estaduais em investimento na renda estadual mantém uma tendência ascendente.

O fato de os indicadores de desigualdades de renda e investimento estadual apresentarem comportamento inverso implica em que a relevância dos gastos estaduais na redução dos desníveis entre as rendas estaduais dependerá das alterações verificadas na participação dos governos estaduais, no conjunto de estados que em 1950 apresentava um nível mais elevado de renda e, os que se encontravam naquele momento em posição inversa.

Com o objetivo de identificar quais estados apresentaram uma tendência crescente dos investimentos estaduais e aqueles para os quais constatou-se redução, apresentar-se-á a participação dos investimentos estaduais na renda estadual para o período de 1950 a 1964.

A Tabela (5.10) demonstra que, nos estados das Regiões Sudeste e Sul, o peso dos investimentos estaduais foi mais expressivos em relação àquele verificado para as demais Regiões da economia brasileira, ao longo do período de 1950 a 1964. Quando o foco constitui a evolução, verifica-se que o peso dos investimentos estaduais aumenta nos estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e apresenta declínio nos estados das Regiões Norte e Nordeste; sendo exceções nessas Regiões os estados do Amazonas, Ceará e Alagoas.

Tabela 5.10: Participação dos Investimentos Estaduais
na renda dos Estados - 1950/1964

	50/54	55/59	60/64
AM	1,39%	2,58%	1,86%
PA	1,73%	1,30%	1,64%
MA	1,21%	1,25%	0,81%
PI	2,04%	1,78%	1,30%
CE	1,48%	1,49%	1,77%
RN	1,39%	1,26%	0,84%
PB	1,52%	1,27%	1,44%
PE	2,15%	1,16%	0,71%
AL	1,24%	1,25%	1,66%
SE	1,52%	1,22%	1,09%
BA	1,87%	1,55%	1,82%
MG	1,87%	1,94%	2,50%
ES	2,86%	3,46%	3,39%
RJ	1,17%	1,33%	1,69%
SP	3,40%	3,21%	3,85%
PR	2,04%	2,20%	2,46%
SC	1,33%	1,55%	2,08%
RS	1,81%	2,33%	3,43%
MT	0,91%	1,04%	0,95%
GO	1,26%	1,63%	2,56%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

O comportamento apresentado no parágrafo precedente demonstra que a elevação dos indicadores de desigualdade dos gastos estaduais em investimento foi decorrente de um aumento do peso desse componente da demanda agregada nos estados que detinham maior nível de renda em 1950, e redução do peso dos investimentos estaduais naqueles estados que em 1950 apresentavam um nível de renda inferior aos demais. Vale ressaltar que, apesar dos estados da Região Centro-oeste encontrarem em 1950 na faixa de estados com níveis menores de renda e apresentarem um ligeiro aumento dos investimentos estaduais nas suas respectivas rendas, tem-se que tais estados chegam em 1964 com uma participação bastante inferior àquela verificada nos estados integrantes das Regiões Sul e Sudeste.

Como a elevação da desigualdade dos investimentos estaduais foi decorrente de uma maior concentração desses investimentos nos estados integrantes das economias centrais, tem-se que a redução dos desníveis das rendas estaduais, no período de 1950 a 1964, não foi decorrente das alocações orçamentárias através do item investimento. Como as condições de infra-estrutura dos estados localizados nas Regiões Centrais eram mais adequadas aos investimentos privados, tem-se que o fator que pode explicar o aumento da renda dos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ao longo do período de 1950 a 1964 são as ações do Governo Central.

Como indicador adicional da relevância dos investimentos estaduais na renda dos estados, apresentar-se-á a elasticidade do referido investimento em relação à renda dos estados.

Tabela 5.11: Brasil, Regiões e Estados - Elasticidade da Renda em Relação ao Investimento Estadual - 1950/1965

	50/55	55/60	60/65
AM	0,2579	-4,4080	2,0491
PA	2,7103	0,5165	-0,7696
Norte	0,7353	1,1784	-0,9882
MA	0,8858	12,2088	0,5127
PI	2,5658	4,1096	0,6287
CE	0,9596	0,6756	-0,2440
RN	1,8175	15,2776	0,1139
PB	-25,9136	0,7356	-0,5263
PE	-0,8038	-1,9570	0,5146
AL	0,9700	0,4143	-0,9791
SE	-3,2376	1,6257	-0,3315
BA	2,5166	0,4927	-2,7636
Nordeste	172,6362	1,1630	-1,6243
MG	0,8365	0,3882	148,6571
ES	0,3235	1,1548	-0,7633
RJ	0,6058	0,3744	-0,4745
SP	1,3302	0,5275	-0,4096
Sudeste	1,0574	0,4662	-0,4733
PR	0,7942	0,7028	-0,3082
SC	0,6278	0,3053	-0,3204
RS	0,4674	0,2553	-0,3061
Sul	0,5714	0,3709	-0,3170
MG	0,7040	1,4041	0,0939
GO	0,5029	0,4571	0,5275
Centro-Oeste	0,5735	0,4926	0,3823
Brasil	1,0194	-0,5456	0,3153

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

No cálculo da elasticidade, expressa na Tabela (5.11), calculou-se a variação verificada na renda em relação àquela apresentada pelos investimentos efetuados pelos governos estaduais, e nesse contexto tem-se que, valor extremamente elevado constitui indicativo de estados que apresentaram variações significativas no seu nível de renda e que, por outro lado, mantiveram os investimentos públicos estaduais relativamente estáveis. Em função de tais resultados não expressarem necessariamente a grande eficácia dos gastos estaduais nessas economias, mas o fato de outros fatores não estar sendo incorporado, como exemplo os

investimentos privados e os desembolsos do Governo Federal, serão focados os sinais obtidos nas elasticidades, os quais proporcionam a direção das alterações entre a renda dos estados e os desembolsos efetuados em investimento pelos Governos dos Estados.

A observação da Tabela (5.11) evidencia que apenas nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão constata-se que, ao longo de todo o período, há uma relação direta entre os investimentos do Governo Estadual e a renda dessas economias.

A manutenção de uma relação positiva entre o investimento estadual e a renda nos estados citados no parágrafo precedente decorre, com exceção de Minas Gerais, do fato de tais economias serem relativamente pequenas em termos de geração de renda em relação aos demais estados da economia brasileira. Quando se observa a participação dos referidos estados na renda nacional, constata-se que o Piauí manteve-se na última posição ao longo de todo o período em estudo; o Rio Grande do Norte oscilou entre a 16^a e 18^a; o Maranhão ficou no intervalo de 14^a e 15^a; o Mato Grosso entre 13^a e 14^a e Goiás entre 9^a e 10^a. Colocando de outra forma, tem-se que, com exceção de Minas Gerais, que ao longo de todo o período sempre esteve na 3^a posição, os demais estados encontram-se do ponto intermediário para o final na participação da renda gerada pela economia nacional.

Considerando tais classificações, pode-se inferir que em tais economias as atividades produtivas decorrentes dos investimentos privados não eram expressivas nesse período e, por outro lado, os investimentos de âmbito federal, ressaltados no Capítulo de Brasileira, foram maciços a partir do final da década de 1950, e conseqüentemente, até a primeira metade da década de 1960, os resultados dos mesmos ainda não eram expressivos. Como os investimentos privados e federais não se constituíam em fatores relevantes, os investimentos de âmbito estadual tornam-se fundamentais para geração de um volume mais expressivo de renda nessas economias.

Um segundo resultado propiciado pela Tabela (5.11) refere-se ao comportamento por período de tempo, pois se constata que, até o final da década de 1950, os desembolsos estaduais tendem a apresentar uma relação direta com a renda dos estados, no entanto a partir da primeira metade da década de 1960, verifica-se o predomínio de uma relação inversa entre essas duas variáveis. Com relação a esse comportamento vale destacar que a partir da segunda

metade da década de 1960, as ações de âmbito federal já se fazem refletir nessas Regiões em termos de resultados.

Para finalizar as discussões sobre a relação entre os níveis de renda dos estados e os investimentos realizados pelos respectivos governos, verificar-se-ão os resultados apresentados em um modelo de regressão linear. O referido modelo considera como variável dependente o nível de renda dos estados em 1964, e como variáveis independentes o valor médio dos investimentos estaduais efetuados ao longo do período de 1950 a 1964. O resultado obtido encontra-se expresso na equação (5.19):

$$Rend_{64} = \underset{2,0876}{984} - \underset{2,71685}{139,91I5054} + \underset{2,7508}{299,21I5559} - \underset{1,84677}{91,88I6064}$$

$$R^2 = 0,94 \quad (5.19)$$

Os valores apresentados abaixo de cada coeficiente constituem o t-calculado, dado que o enfoque desse estudo centra-se em 20 estados tem-se que o t-tabelado é de 2,120. Portanto, apenas as variáveis I5054 (Investimento Médio entre 50/54) e I5559 (Investimento Médio entre 55/59) têm seus coeficientes aceitos como diferentes de zero ao nível de significância de 5%.

A equação (5.19) demonstra que apenas o investimento estadual médio do período de 1955 a 1959 apresenta uma relação direta com a renda dos estados da economia brasileira. Para a primeira metade da década de 1950, e o mesmo período para a década de 1960, constata-se uma relação inversa entre os investimentos dos governos estaduais e a renda dos estados.

O fato dos investimentos realizados com defasagem de tempo maior apresentarem-se como mais significativos e com sinal positivo na determinação da renda presente é resultante da necessidade de maturação, ou seja, a aplicação na infra-estrutura e no estoque de capital humano no período atual demora um tempo para se refletir em termos de aumento da capacidade produtiva.

Como um dos objetivos desse estudo é a verificação da existência de convergência entre as rendas estaduais e, nesse ambiente, do papel atribuído aos investimentos estaduais nesse processo, torna-se necessário verificar a relação existente entre o crescimento das rendas e os investimentos estaduais. Como primeiro indicador, apresentar-se-á as taxas de crescimento das economias estaduais.

Tabela 5.12: Brasil e Regiões - Taxas de Crescimento dos Investimentos Estaduais e Da Renda - 1950/1964

	Investimento		Renda		Renda Per Capita	
	50/59	59/64	50/59	59/64	50/59	59/64
NO	76%	30%	56%	35%	28%	13%
NE	0%	34%	29%	40%	14%	29%
SE	26%	54%	28%	25%	6%	5%
SU	65%	68%	37%	25%	11%	3%
CO	79%	148%	45%	73%	13%	23%
BR	30%	-52%	30%	28%	12%	10%

Fonte: Anuários Estatísticos/IBGE

A observação das taxas de crescimento demonstra que para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o ritmo de crescimento dos investimentos estaduais segue a mesma direção daquele apresentado pelas rendas. Enquanto nas demais Regiões as direções se dão de forma oposta.

A afirmativa precedente decorre do fato de que na Região Norte verifica-se um declínio no ritmo de crescimento dos gastos em investimento e também arrefecimento no ritmo de crescimento das rendas; e paralelamente a isso se constata que, nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, todas as taxas apresentam aumento ao longo do tempo em estudo. Por outro lado, nas Regiões Sudeste e Sul constata-se que a aceleração no ritmo de crescimento dos gastos estaduais em investimento não é acompanhada por uma intensificação nas taxas de crescimento de suas respectivas economias.

Esse comportamento com relação à evolução das economias regionais demonstra que o peso dos governos estaduais nas regiões, que em 1950 apresentavam um nível menor de renda, tendeu a se manter ao longo do período em foco. Por outro lado, os governos estaduais apresentaram crescimento na sua participação nas Regiões em que em 1950 apresentavam-se como detentoras de maior peso na renda gerada pela economia nacional.

Para analisar como os investimentos estaduais afetaram o ritmo de crescimento das rendas dos estados, apresentar-se-ão modelos de regressão lineares que incorporam os gastos em investimento dos estados como variável independente e a taxa de crescimento dos estados como variável dependente. Considerando as taxas de crescimento da renda em termos

agregado, tem-se o seguinte resultado:

$$tx_{5064} = 132 + \frac{0,025574}{1,6774} Mi_{5054} - \frac{0,07394}{2,2961} Mi_{5559} + \frac{0,033891}{2,29869} Mi_{6064}$$

$$R^2 = 0,94 \quad (5.20)$$

Na equação (5.20) os valores subscritos constituem os t-calculados, e como a amostra se refere a 20 estados, tem-se que o t-tabelado para o nível de significância de 5% é 2,120. Portanto, os valores dos t-calculados demonstram que apenas a variável Mi_{5054} (Média dos Investimentos Estaduais em 50/54) tem o seu coeficiente sendo aceito como igual a zero ao nível de significância estabelecido.

Considerando as variáveis que se apresentaram como sendo relevantes para explicar o modelo, constata-se, através da equação (5.20), que os investimentos realizados na etapa final da década de 1950 possuem uma relação inversa com a taxa de crescimento das economias estaduais e, por outro lado, a média de investimento da primeira metade da década de 60 apresenta uma relação direta com o ritmo de crescimento apresentado pela renda dos estados brasileiros. O sinal positivo para o coeficiente do investimento com maior defasagem no tempo decorre do fato de que gastos em investimento apresentam período de maturação longo, ou seja, o impacto na economia não ocorre de forma imediata.

Com o objetivo de analisar os efeitos dos gastos em investimento no ritmo de crescimento das rendas *per capita*, apresentar-se-á o modelo expresso na equação (5.20) quando a taxa de crescimento agregada é substituída pela mesma variável em termos *per capita*:

$$tx_{per5054} = 0,4952 + \frac{0,01896}{12,35164} Mi_{5054} - \frac{0,04306}{4,32808} Mi_{5559} + \frac{0,017546}{-4,65335} Mi_{6064}$$

$$R^2 = 0,63 \quad (5.21)$$

Diferentemente do que ocorre quando o foco de estudo constitui a renda agregada dos estados, tem-se que para a renda *per capita* todas as variáveis são relevantes na explicação da taxa de crescimento das rendas *per capita* dos estados brasileiros, entre o período que transcorre de 1950 a 1964. O sinal apresentado pelos coeficientes do gasto médio em investimento, com exceção da variável Mi_{5559} , são positivos, indicando uma relação direta entre tais gastos e o ritmo de crescimento das rendas *per capita*.

Como um dos objetivos desse estudo é a verificação da existência de convergência de renda entre os estados brasileiros, expandiu-se o Modelo expresso na equação (5.20), através da introdução do nível de renda dos estados em 1950. Os resultados proporcionados encontram-se expresso na equação a seguir:

$$tx5054 = 1,34 + 0,0226Mi5054 - 0,068Mi5559 + 0,032Mi6064 - 3,1e - 05renda$$

$$\begin{matrix} 8,7373 & 1,1525 & -1,6114 & 1,1202 & 0,2507 \end{matrix}$$

$$R^2 = 0,0873 \quad (5.22)$$

Como a amostra constitui em 20 estados da economia brasileira e houve acréscimo do nível de renda inicial, tem-se que o t-tabelado para o nível de significância de 5% é 2,132. Logo, no Modelo expresso na equação (5.22), nenhuma das variáveis independentes utilizadas apresenta-se como relevante para explicar as taxas de crescimento das rendas estaduais da economia brasileira ao longo do período de 1950 a 1964. Conseqüentemente, tem-se que a incorporação dos investimentos estaduais no Modelo de Regressão apresentado no Capítulo de Renda não ratifica os resultados obtidos de convergência entre as rendas estaduais, quando a única variável independente introduzida no Modelo foi o nível de renda no momento inicial. A seguir, verificar-se-á se tais resultados são mantidos quando a variável em foco constitui a renda *per capita*.

$$txper5054 = 0,55 + 0,0146Mi5054 - 0,03488Mi5559 + 0,0148Mi6064 - 0,00013renda$$

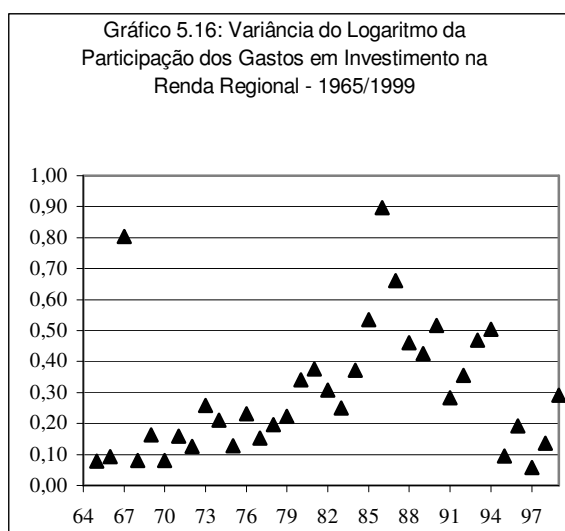
$$\begin{matrix} 6,60199 & 1,989593 & -2,43167 & 2,601798 & -0,75315 \end{matrix}$$

$$R^2 = 0,64 \quad (5.23)$$

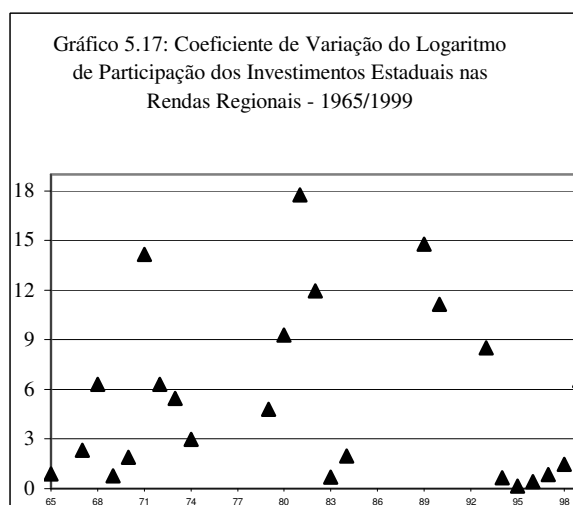
O resultado apresentado pelo Modelo de Regressão, considerando a renda *per capita*, evidencia o mesmo comportamento daquele apresentado pela renda agregada. Apesar da renda em 1950 apresentar sinal negativo, o qual reflete a existência de convergência, as variáveis incorporadas no modelo não são aceitas como diferentes de zero ao nível de significância de 5%. Portanto, tem-se que a incorporação dos gastos estaduais em investimento não proporciona a manutenção do processo de convergência das rendas estaduais identificados no Capítulo 4, quando a análise centrou-se no comportamento apresentado pelas rendas dos estados.

5.4.4 Desigualdades nos Desembolsos Estaduais em Investimento -1965/1999

Para analisar a evolução da participação do Governo enquanto investidor no período em foco será analisado o comportamento em termos regionais e, posteriormente, a evolução apresentada no âmbito estadual. Como o primeiro indicador, discutir-se-á o quão desigual foram os gastos estaduais em investimentos entre as regiões da economia brasileira ao longo do período de 1965 a 1999. Como forma de mensurar o quão desigual foi a evolução da participação dos governos estaduais no item investimento proceder-se-á no cálculo da variância e do coeficiente de variação para o período em foco.



Fonte: IPEA/IBGE



Fonte: IPEA/IBGE

O Gráfico (5.16) evidencia que apesar da variância da participação dos gastos em investimentos estaduais na renda regional apresentar grande variabilidade ao longo do período em estudo. em termos de comportamento por períodos de tempo específicos pode ser constatado que, até a primeira metade da década de 1980, a variância apresenta uma tendência crescente e a partir da segunda metade da década de 1980 verifica-se declínio da variância, entretanto, a partir do ano de 1997, a mesma volta a ter uma tendência ascendente.

A evolução do coeficiente de variação evidencia que até finais da década de 1980 ocorre oscilação expressiva, e até metade da década de 1990 apresenta tendência declinante, e estabilidade das desigualdades a partir do final da década de 90.

Na discussão do comportamento das desigualdades entre as rendas regionais para o período compreendido entre a década de 1980 e primeira metade da década de 1990, Capítulo 4, ficou evidente que ao longo desse período ocorre arrefecimento na tendência declinante nos desníveis entre as rendas regionais, verificou-se naquele momento estabilidade dos indicadores de desigualdade nos níveis de renda.

A discussão precedente evidencia que a relativa estabilidade das desigualdades entre as rendas regionais é acompanhada por oscilações e declínio das dispersões entre os investimentos estaduais no âmbito regional. Conseqüentemente, tem-se que o efeito dos gastos estaduais na evolução das rendas entre as economias regionais dependerá das regiões que intensificaram ou reduziram tais desembolsos ao longo do período em foco. Como forma de inferir acerca da relação entre os gastos públicos estaduais em investimento e as rendas regionais apresentar-se-á a participação percentual dos investimentos estaduais nas respectivas rendas e o coeficiente de correlação entre os gastos em investimento e a renda regional.

Considerando os valores médios da participação dos desembolsos estaduais em investimento na renda regional têm-se os resultados apresentados na Tabela (5.13).

Tabela 5.13: Brasil e Regiões - Participação dos Desembolsos Estaduais em Investimento na Renda Regional - 1965/1999

	65/69	70/74	75/79	80/84	85/89	90/94	95/99
NO	1,33%	1,05%	1,10%	0,52%	1,90%	1,04%	0,71%
NE	0,99%	1,39%	1,40%	1,41%	1,79%	1,16%	0,92%
SE	1,23%	0,81%	0,50%	0,33%	0,55%	0,56%	0,53%
SU	0,85%	0,78%	0,62%	0,39%	0,34%	0,29%	0,88%
CO	2,52%	1,59%	1,24%	1,07%	0,40%	1,81%	0,91%
BR	1,17%	0,91%	0,67%	0,52%	0,75%	0,68%	0,67%

Fonte: IBGE/IPEA

A Tabela (5.13) demonstra que a participação do investimento estadual é mais significativa nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; isso fica evidente pelo fato de que nas demais Regiões. Em geral, a participação do investimento do Governo Estadual na renda não atinge 1% da mesma e, por outro lado, nas Regiões citadas anteriormente a participação tende a ficar acima de 1% na maior parte do período. A queda mais significativa ocorre na

etapa final da década de 90, período no qual todas as Regiões apresentam uma participação do investimento estadual inferior a 1%.

Com relação ao ligeiro aumento das desigualdades na participação dos investimentos de âmbito estadual na renda regional até a década de 1980, a Tabela (5.13) demonstra que esse comportamento foi decorrente das seguintes alterações na participação dos governos estaduais: na Região Norte, um declínio seguido de elevação, atingindo uma participação superior a 1% no período 75/79; na Região Nordeste, verifica-se que até o ano de 1979 ocorre uma elevação dos investimentos estaduais na renda gerada por essa economia; na Região Centro-Oeste, tem-se declínio, mas como no início o patamar atingido superava 2,5%, em 1979, a participação estadual dos investimentos nessa Região era relativamente significativa. Paralelamente, constata-se que nas Regiões em que no início do período apresentavam uma participação relativa mais elevada na renda nacional (Sul e Sudeste) há redução da participação dos investimentos estaduais nas suas respectivas rendas.

A discussão precedente demonstra que o ligeiro aumento das desigualdades na participação dos investimentos estaduais nas rendas regionais foi decorrente de uma elevação da participação desse componente da demanda agregada nas Regiões que apresentavam um menor nível de renda no início do período, e uma redução dos investimentos de âmbito estadual naquelas Regiões que detinham um maior nível de renda no início do período.

Como até a década de 1980, segundo as discussões realizadas no Capítulo 4, houve redução dos desníveis regionais na renda nacional, tem-se que o comportamento apresentado pela participação dos investimentos estaduais, elevação nas regiões periféricas e redução nas economias centrais, constitui um indicativo de que tais investimentos foram importantes na redução dos desníveis regionais de renda, verificados até a década de 1980 na economia brasileira.

Ao longo da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, constata-se oscilações nos indicadores de desigualdades da participação dos investimentos estaduais nas rendas geradas pelas economias regionais, sendo isso evidente nos Gráficos (5.16) e (5.17). Por outro lado, a observação da participação dos investimentos estaduais na renda regional—Tabela (5.13)— demonstra que esse comportamento nos indicadores de desigualdade foi decorrente da elevação da participação dos investimentos estaduais até o final da década de 1980 e posterior estabilidade nas economias Sul e Sudeste e, por outro lado, de ligeiras

reduções da participação dos investimentos estaduais com elevação na primeira metade da década de 1990 nas economias periféricas, ou seja, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A discussão no parágrafo anterior demonstra, para o período decorrido a partir da década de 1980, que as alterações nos indicadores de desigualdade da participação dos investimentos estaduais na renda regional são decorrentes de uma redução participação relativa nesse nível de governo nas economias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, aumento dessa participação nas Regiões Sul e Sudeste.

Ao efetuar a discussão da evolução das rendas regionais (Capítulo 4) ficou evidente que até o final da primeira metade da década de 1980 há uma redução dos desníveis regionais na participação na renda nacional e, a partir da década de 1990, constata-se manutenção das desigualdades apresentadas no início da referida década.

O confronto da tendência à estabilidade nas desigualdades de renda com relativo declínio da participação dos investimentos estaduais no âmbito regional, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conduz a inferência de que a redução da participação desse nível de Governo tenha sido responsável pelo arrefecimento do processo de convergência das rendas regionais verificado até o início da década de 90.

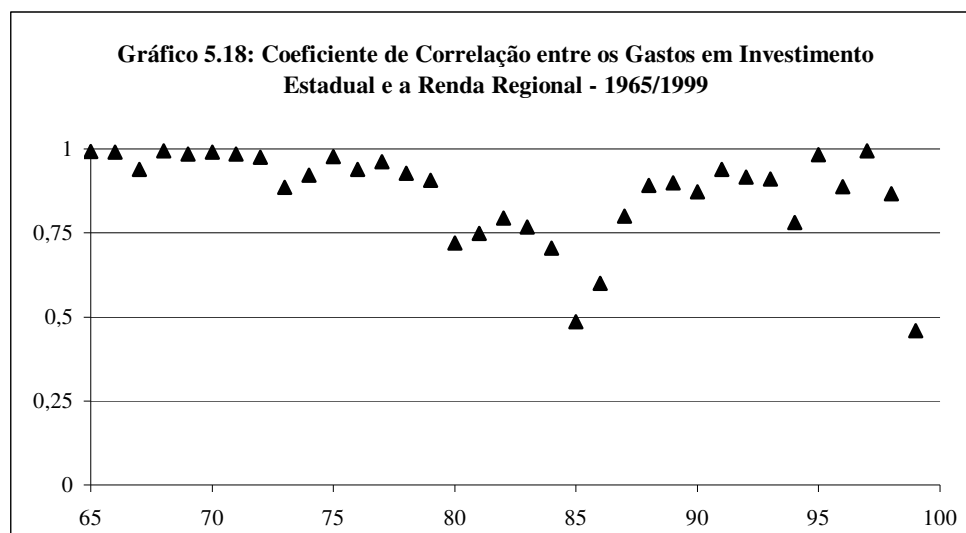
Na segunda metade da década de 1990 verifica-se, através dos Gráficos (5.16) e (5.17), o declínio com posterior elevação das desigualdades da participação dos investimentos estaduais nas rendas regionais. Ao mesmo tempo, a Tabela (5.13) evidencia que esse comportamento das desigualdades ocorre com uma redução da participação dos investimentos em todas as regiões brasileiras, com exceção do Sul.

Como a discussão do Capítulo 4 demonstrou que há manutenção dos desníveis regionais na renda na década de 1990, tem-se que, novamente, a manutenção das posições ocupadas pelas Regiões periféricas na renda nacional se dá com a redução da participação dos seus respectivos governos estaduais através do item investimento.

A análise baseada na evolução das desigualdades da participação regional na renda e investimento demonstra que, no período de redução dos desníveis regionais na renda constata-se elevação da participação dos investimentos de âmbito estadual na renda das Regiões Periféricas, ao mesmo tempo em que a partir da segunda metade da década de 1980, com o arrefecimento do processo de convergência das rendas regionais, constata-se redução do peso

dos governos estaduais através do item investimento nas Regiões Periféricas. Esse padrão de comportamento constitui um indicativo de que os investimentos de âmbito estadual foram importantes na determinação do ritmo de crescimento mais acelerado, verificado nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste até a segunda metade da década de 1980.

Como forma de verificar a força da influência dos investimentos estaduais na determinação das rendas regionais apresentar-se-á o coeficiente de correlação entre a renda e os gastos estaduais em investimento.



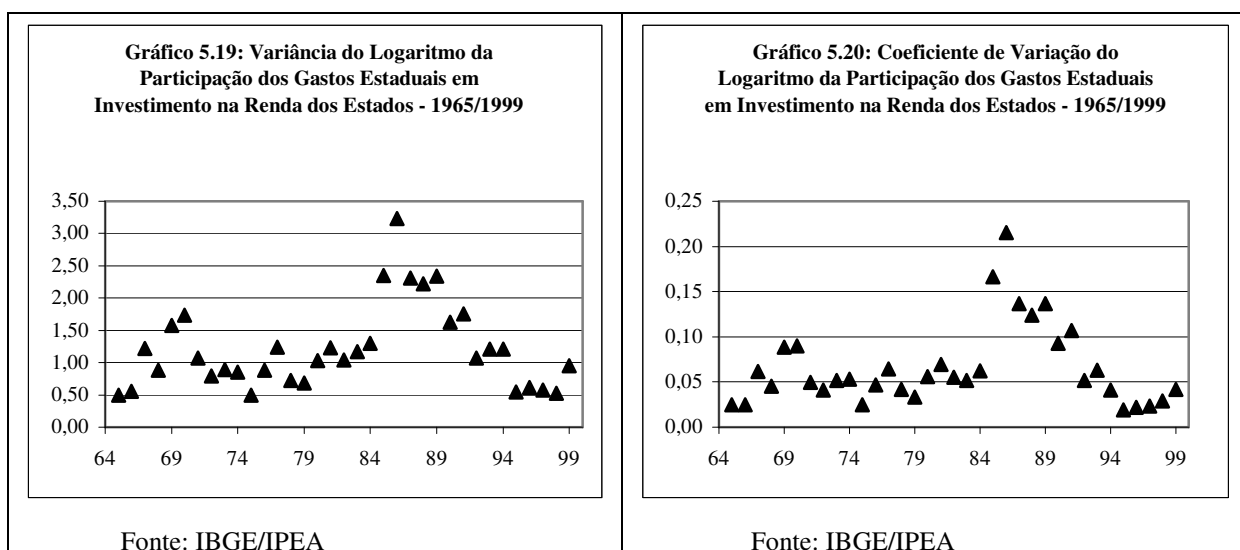
Fonte: IPEA/IBGE

O comportamento do coeficiente de correlação—Gráfico (5.18)— evidencia a força da relação existente entre os gastos em investimento e os respectivos níveis de renda. O referido Gráfico demonstra que os investimentos estaduais afetam positivamente as rendas regionais e, com exceção da primeira metade da década de 1980 e final da década de 1990, tem-se que a força mínima se constitui em 75%.

A observação para os períodos ressaltados nos indicadores de desigualdades deixou evidente que na etapa transcorrida entre 1965 até a década de 1980, verificou-se redução das desigualdades de renda com uma participação mais expressiva dos governos estaduais nas Regiões Periféricas. No entanto, o coeficiente de correlação demonstra que nesse período a ligação que era próxima a um, no início do período, declina até a primeira metade da década de 1980.

No período subsequente a 1985, constata-se uma recuperação da força dos investimentos estaduais na determinação da renda, sendo isso evidente pela elevação do valor do coeficiente de correlação.

Seguindo o mesmo procedimento adotado na seção antecedente, analisar-se-á a evolução das desigualdades quando o foco de estudo constitui os estados da economia brasileira. A seguir, apresentar-se-á a evolução da variância e do coeficiente de variação da participação dos investimentos dos governos estaduais na renda dos estados ao longo do período de 1965 a 1999.



O Gráfico (5.19) demonstra que a década de 1980 apresenta-se como um divisor de águas na mensuração das desigualdades do tamanho dos Governos Estaduais no item investimento em suas respectivas economias. No período que precede a década de 1980, tem-se que a dispersão sofre oscilações, mas seu valor máximo não chega a atingir 2,00. Por outro lado, ao longo da década de 1980, constata-se valores mais acentuados na dispersão do peso do Estado e, no período subsequente, uma tendência de declínio da variância.

O confronto da variância da participação dos governos estaduais enquanto investidores, com o mesmo indicador apresentado pelas regiões nacionais deixa evidente que, as desigualdades entre os estados brasileiros são mais expressivas do que os desníveis apresentados no âmbito regional. Logo, as diferenças intra-regionais da participação dos governos estaduais enquanto investidores são mais significativas.

A evolução do valor absoluto das diferenças do peso dos Governos Estaduais, expressa pelo Coeficiente de Variação, demonstra que o comportamento atípico da década de 1980 é mais suave do que aquele apresentado pela variância. Por outro lado, tem-se que o declínio das desigualdades ao longo da década de 1990 também é constatado quando as desigualdades são mensuradas pelo coeficiente de variação.

O Gráfico (5.20) evidencia três períodos distintos da participação dos Governos Estaduais na economia: uma tendência ligeiramente crescente até a primeira metade da década de 1980, oscilações expressivas ao longo dessa década; e, posteriormente redução dos desníveis estaduais de desigualdade da participação dos Governos Estaduais.

Entretanto, ao confrontar a evolução das desigualdades do peso dos gastos em investimento em termos regionais com àquela apresentada no âmbito estadual o resultado, conforme demonstrado pelo coeficiente de variação, ratifica as inferências proporcionadas pela evolução da variância; ou seja, como a variância o coeficiente de variação apresenta valor mais elevado quando o foco constitui os estados, logo, as desigualdades intra-regionais são mais significativas.

O confronto da evolução das desigualdades de renda (mensuradas pelo coeficiente de variação das rendas estaduais) com o mesmo indicador para a participação dos investimentos na renda, evidencia que a magnitude da desigualdade de renda é mais significativa. Entretanto, vale destacar que as tendências apresentadas são similares, ou seja, os dois indicadores apresentam evolução crescente até a década de 1990, sendo que só no final dessa evidenciam declínio. Esse comportamento constitui um indicativo de que as alocações orçamentárias dos governos estaduais para investimento foram relevantes para explicar a evolução das respectivas rendas dos estados.

O confronto do comportamento das desigualdades, em termos de desembolso em investimento estadual, com aquele verificado pelas desigualdades em termos de renda, evidencia que até o ano de 1985 a redução dos desníveis de renda entre os estados da economia brasileira foi acompanhada de uma elevação das desigualdades em termos de participação dos Governos Estaduais na nomenclatura de investimento nessas economias. Como a Tabela (5.14) demonstra que nesse período nos Estados das Regiões Nordeste e Centro-Oeste os Governos Estaduais apresentaram uma maior participação em suas respectivas economias, tem-se que a elevação dos desníveis no investimento tenha ocorrido

em função do aumento da participação do Estado nas Regiões Periféricas e uma redução em termos relativos desse nível de governo nos demais estados. Seguindo essa linha de raciocínio, constata-se que na redução das desigualdades entre as rendas estaduais da economia brasileira até a década de 1980 os investimentos estaduais tiveram papel relevante.

A Tabela (5.14) demonstra que a elevação das desigualdades até a década de 1980 se dá com a redução da participação dos investimentos dos governos estaduais na renda dos seguintes estados: AM, PA, AL, MG, RJ, SP, SC, RS, MT e GO; e com a elevação do mesmo indicador para os demais estados brasileiros. Ao mesmo tempo, tem-se que, com exceção do Estado de Minas Gerais, os estados mantêm uma maior participação dos investimentos estaduais na renda que constituem aqueles das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, mais especificamente GO, AM, PB, RN, PI, MA, BA.

A discussão apresentada no parágrafo precedente demonstra que a elevação dos indicadores de desigualdade da participação dos investimentos estaduais na renda dos estados foi decorrente da redução desse componente da demanda agregada nas economias centrais e da elevação do mesmo componente para os estados das Regiões Periféricas. A afirmativa precedente decorre do fato de que mesmo os estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que vivenciaram redução da participação dos investimentos estaduais em suas economias, com exceção do PA, AL e MT, os demais detinham as primeiras posições no que se refere à participação dos governos estaduais em suas respectivas economias.

O comportamento apresentado no contexto estadual ratifica as conclusões obtidas quando o foco de análise constituiu as regiões da economia brasileira, ou seja, no período decorrente até a década de 1980, há uma redução dos desníveis regionais de renda e, paralelo a isso, constata-se um aumento relativo da participação dos investimentos estaduais nas economias que no início do período apresentavam níveis menores de renda.

Tabela 5.14: Brasil e Estados - Participação do Investimento dos Governos Estaduais na Renda - 1965/1999

	65/69	70/74	75/79	80/84	85/89	90/94	95/99
AM	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%
PA	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%	0,02%	0,01%	0,01%
MA	0,01%	0,04%	0,01%	0,03%	0,11%	0,03%	0,01%
PI	0,01%	0,04%	0,05%	0,04%	0,05%	0,02%	0,01%
CE	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	0,01%
RN	0,01%	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%	0,00%	0,01%
PB	0,02%	0,02%	0,01%	0,02%	0,05%	0,01%	0,00%
PE	0,01%	0,00%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%
AL	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%
SE	0,01%	0,01%	0,01%	0,03%	0,03%	0,05%	0,02%
BA	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
MG	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%
ES	0,01%	0,02%	0,01%	0,00%	0,01%	0,01%	0,01%
RJ	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
SP	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
PR	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
SC	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RS	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
MT	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%
GO	0,03%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%
BR	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%

Fonte: IBGE/BACEN

Com o objetivo de identificar como as alocações em investimento afetaram cada estado especificamente, apresentar-se-á a evolução da elasticidade da renda em relação aos desembolsos estaduais em investimento.

A observação da Tabela (5.15) demonstra que, diferentemente do comportamento apresentado até 1965, em nenhum estado é verificado um comportamento único, relação positiva ou negativa, entre a renda e os gastos efetuados pelos governos dos estados.

As informações provenientes da Tabela (5.15) demonstram que até a década de 1980 havia predomínio de uma relação positiva entre os gastos dos governos estaduais e o comportamento apresentado pelas respectivas rendas. As exceções nesse momento ocorreram em Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, São Paulo e Santa Catarina. Entretanto, a partir da década de 1980, verifica-se elevação do número de Estados para os quais os gastos apresentaram uma relação inversa com o seu respectivo nível de renda. Esse comportamento apresenta-se como indicativo da relevância do papel dos investimentos estaduais no processo de convergência das rendas estaduais. No período de crescimento mais acelerado das

economias periféricas se constitui também o período de tempo no qual a relação entre os investimentos estaduais e níveis de renda tendem a apresentar uma ligação positiva.

Tabela 5.15: Brasil, Regiões e Estados - Elasticidade da Renda em Relação aos Gastos Estaduais em Investimento - 1965/1999

	65/70	70/75	75/80	80/85	85/90	90/95
AM	21,840	0,486	-2,988	0,100	0,133	-0,576
PA	0,897	2,105	-13,886	0,068	-0,593	0,095
Norte	1,985	0,924	-3,990	0,084	-0,023	-0,170
MA	0,083	-2,219	0,162	0,002	0,047	-0,316
PI	0,185	0,559	6,120	0,363	-0,081	-0,431
CE	0,368	0,495	-2,304	0,056	0,003	-0,598
RN	0,250	0,934	-6,356	2,126	0,072	0,045
PB	0,484	28,434	0,186	0,108	-0,029	-0,676
PE	-1,890	0,191	0,191	-0,300	0,321	-3,938
AL	2,846	2,434	1,441	-0,098	-0,060	-0,180
SE	0,405	0,522	0,268	0,585	0,806	-2,401
BA	0,688	0,901	-3,287	-0,411	4,538	0,135
Nordeste	0,498	0,997	0,964	0,259	0,263	-3,370
MG	-1,543	0,402	1,418	0,245	0,138	0,791
ES	0,481	1,400	-1,330	0,067	0,141	0,201
RJ	125,833	0,592	-0,228	-0,058	0,167	1,015
SP	1,527	-2,255	-2,045	0,071	-0,335	7,221
Sudeste	3,039	6,123	-1,281	0,040	1,130	1,473
PR	1,488	0,418	-0,546	-0,637	-1,252	0,050
SC	0,315	-6,573	0,517	-1,378	0,147	0,183
RS	1,450	5,878	-0,891	1,894	0,147	0,070
Sul	1,176	1,756	-1,188	-1,858	0,304	0,062
MT	0,846	8,468	0,404	76,501	8,222	-10,842
GO	3,735	1,291	15,032	-6,990	-0,181	-0,708
Centro-Oeste	2,504	1,684	1,790	-59,262	-0,639	-0,836
BR	1,834	2,260	-673,639	0,120	0,496	1,073

Fonte: IPEA/IBGE

Para verificar de forma mais criteriosa a relação existente entre os desembolsos estaduais e as rendas dos estados brasileiros, apresentar-se-á os resultados provenientes de modelos de regressão lineares.

$$RE99 = \underset{1,013886}{3193} + \underset{5,968766}{288,95Mi6574} + \underset{0,987421}{27,15986Mi7584} - \underset{-1,27639}{32,1163Mi8594} + \underset{1,497783}{25,07914Mi9599}$$

$$R^2 = 0,98 \quad (5.24)$$

A equação (5.24) demonstra que, com exceção da média de investimentos estaduais entre 1985/1994 (Mi85/94), todas as demais variáveis apresentam o sinal previsto, ou seja, um sinal positivo que indica uma relação direta entre os investimentos estaduais e o valor das rendas dos estados em 1999. Entretanto, apenas o gasto estadual médio em investimentos

efetivado entre 1965/1974 tem seu coeficiente aceito como diferente de zero, ao nível de significância de 5%. A aceitação como relevante do investimento realizado com maior defasagem de tempo decorre do tempo de maturação, ou seja, momento que o gasto é efetuado e impactos na economia.

A seguir, verificar-se-á se as mesmas conclusões são obtidas quando o foco de análise constitui a renda *per capita*.

$$\text{REPER97} = 2599,407 + 9,646\text{Mi6574} + 2,448\text{Mi7584} - 5,976\text{Mi8594} + 2,1954\text{Mi9599}$$

$$\begin{matrix} 5,460012 & 1,318599 & 0,589004 & -1,57173 & 0,867616 \end{matrix}$$

$$R^2 = 0,53 \quad (5.25)$$

A equação (5.25) demonstra que, considerando o nível de renda *per capita* não há alterações expressivas dos resultados obtidos com o nível de renda agregada. Constata-se que na referida equação apenas a constante é aceita como diferente de zero, ao nível de significância de 5%.

A discussão precedente deixa evidente que, no período transcorrido até o final da década de 90, os investimentos estaduais que se apresentaram como relevantes foram aqueles realizados entre 1965/1974, os quais foram aceitos como relevantes para explicar o nível de renda em 1999. Novamente, vale ressaltar que a relevância do investimento com maior defasagem de tempo constitui resultado do período de maturação para que os gastos em investimento tenham impacto na economia.

Como foi ressaltado no Capítulo Introdutório, um dos objetivos desse estudo é a verificação da existência de convergência das rendas e os efeitos dos gastos estaduais nesse processo, apresentar-se-á os resultados obtidos em um modelo de regressão que tenha como variável dependente a taxa de crescimento das rendas estaduais.

$$\text{tc6599} = 6,19 - 0,019\text{MI6574} - 0,00889\text{MI7584} + 0,00925\text{MI8594} + 0,005256\text{MI9599}$$

$$\begin{matrix} 4,8137 & -0,9589 & -0,79091 & 0,9001 & 0,7685 \end{matrix}$$

$$R^2 = 0,11 \quad (5.26)$$

A equação (5.26) demonstra que as variáveis de investimentos também não se apresentam como relevantes para explicar a taxa de crescimento das rendas estaduais, no período de 1965/1999. Tal afirmativa decorre do fato de que apenas a constante foi aceita como relevante ao nível de significância de 5%.

Para verificar os efeitos decorrentes da incorporação dos gastos estaduais em investimento no processo de convergência, introduzir-se-á na equação (5.26), o nível de renda dos estados em 1965.

$$tc6599 = 6,60 + 0,012628MI6574 - 0,0046Mi7584 + 0,0030Mi8594 + 0,0051Mi9599 - 0,00049rd65$$

5,0738
0,4009
-0,3998
0,2758
0,7682
-1,27189

$$R^2 = 0,20 \quad (5.27)$$

Os resultados expostos na equação (5.27) deixam evidente que os desembolsos em investimentos continuam a não apresentar relação expressiva com as taxas de crescimento das rendas agregadas, no período de 1965/1999. Paralelo a isso se constata que o sinal do nível de renda inicial é negativo, o qual constitui evidência da manutenção do processo de convergência de renda com a incorporação dos gastos públicos em investimento como variável independente, entretanto, o coeficiente do nível de renda, em 1965, não é aceito como diferente de zero ao nível de significância de 5%.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos gastos governamentais deixa evidente que, seguindo o mesmo padrão apresentado pela renda, tem-se que as desigualdades, quando o foco de estudo constitui os estados, é mais expressiva em relação àquela verificada no âmbito regional. Isto evidencia que as Regiões apresentam diferenças internas, as quais quando ponderadas pelas médias regionais proporcionam queda nos desníveis regionais.

Com relação aos efeitos nos níveis, constatou-se que no âmbito regional e estadual as duas variáveis de gastos estaduais apresentam uma forte ligação com os níveis de renda. Entretanto, quando o foco constituiu as taxas de crescimento das rendas constata-se que no âmbito regional os desembolsos estaduais apresentam forte ligação com a taxa de crescimento da renda. Mas, em nível estadual constatou-se que a taxa de crescimento da renda não se encontra vinculada aos gastos efetuados pelo setor público.

Em que pese o fato dos modelos de regressão não terem apresentado resultados satisfatórios, a maioria das variáveis incorporadas foram rejeitadas ao nível de significância de 5%, o seguinte padrão de comportamento foi verificado: os gastos governamentais em

consumo que apresentaram como relevantes na explicação da taxa de crescimento ou do nível de renda foram aqueles realizados nos períodos mais recentes, comportamento esse que ratifica as discussões teóricas de que o consumo apresenta impacto mais imediato. Por outro lado, as variáveis de investimento aceitas como significativas foram aquelas com maior defasagens de tempo, evidenciando que o investimento realizado no momento atual refletirá no futuro quando, como exemplo as construções, foram disponibilizadas para uso público.

CONCLUSÕES

Na discussão do referencial teórico ficou evidente a evolução verificada, dentro da Corrente Neoclássica, na identificação dos fatores determinantes do crescimento. Constatou-se que até a década de 1980, as análises empíricas que utilizavam essa Corrente como referencial consideravam a conclusões obtidas no Modelo de Solow-Swan. No referido Modelo os autores observam que cada economia tende para seu nível de renda de equilíbrio de longo prazo, bem como que a taxa de crescimento de sua renda possui uma relação inversa com a distância que a economia encontra-se, em um dado momento, da sua renda de equilíbrio de longo prazo. Com base no Modelo de Solow-Swan, um conjunto de economias apresentaria níveis diferentes de renda no longo prazo, quando os fatores determinados exogenamente (taxa de poupança, tecnologia e crescimento populacional) diferirem entre tais economias.

Ao longo da década de 1980, a partir dos trabalhos seminais de LUCAS (1998) e ROMER (1989), surge uma gama de estudos dentro da Corrente Neoclássica centrados na discussão de crescimento econômico que são enquadrados dentro da Nova Teoria do Crescimento. Esses trabalhos diferem do Modelo de Solow-Swan pelo fato de considerarem fatores tais como geração de tecnologia e o estoque de capital humano como sendo determinados dentro do modelo, ou seja, constituem variáveis endógenas. Ao efetuarem essa alteração, constata-se que os modelos teóricos de crescimento passam a explicar ambientes econômicos nos quais um determinado conjunto de economias apresenta um ritmo de crescimento mais acelerado em relação às demais.

A partir do confronto dessas duas abordagens surgem trabalhos, como os de BARRO (1990), MANKIW (1995), demonstrando que a ampliação do Modelo de Solow-Swan, através da introdução de capital humano, proporciona os mesmos resultados obtidos pela Nova Teoria do Crescimento.

Nesse novo ambiente teórico, o Setor Governamental obtém uma posição de maior relevância. Colocando de outra forma, tem-se que ao criar as precondições, direta ou indiretamente, para que a economia aumente o seu estoque de capital humano ou a capacidade de geração de novas tecnologias, o Setor Público altera o ritmo de crescimento de longo prazo da sua economia.

Os Capítulos 2 e 3, centrados na discussão da economia brasileira no período transcorrido entre as décadas de 1950 e 1990, deixam evidente que o papel do setor público foi fundamental na evolução de renda e produção das economias regionais e estaduais no Brasil. Quando o foco constitui o Governo Federal tem-se que as políticas de cunho macroeconômico tenderam a beneficiar mais intensamente os estados da Região Centro-Sul do país. Entretanto, as políticas regionais implementadas mais intensamente a partir da década de 1950 desempenharam um papel compensatório para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Os estudos—tendo como foco a economia brasileira— considerando o papel desempenhado pelos governos estaduais na geração de renda e produção, restringem a abordagem ao desempenho apresentado pelos estados integrantes de uma Região específica. Em função disso, esse estudo se propôs, considerando a Corrente Neoclássica como pano de fundo, a analisar os efeitos dos gastos públicos estaduais nas desigualdades de renda entre os estados da economia brasileira. A seguir, serão apresentados os principais resultados obtidos através da base de dados utilizada.

No que se refere ao comportamento apresentado pelas rendas, constata-se que até 1964 há uma redução dos desníveis de renda apresentados no contexto das Regiões e dos Estados da economia brasileira. No entanto, ainda assim, no final da primeira metade da década de 1960 os estados da Região Sudeste eram detentores de mais de 50% da renda gerada na economia nacional.

Ao observar as desigualdades inter-regionais, esse estudo demonstrou que apesar da Região Sudeste, em seu conjunto, deter maior parcela da renda nacional, até meados da década de 1960, ela também constitui a Região que, nesse período apresenta as maiores diferenças em termos de renda entre os próprios estados. Como Regiões que apresentam menor desnível interno, tem-se a Região Sul e a Região Norte do país.

Ao analisar o ritmo de crescimento, constatou-se que, até meados da década de 1960, os estados que detinham um menor nível de renda em 1950 apresentaram taxas de crescimento mais elevadas. Colocando de outra forma, tem-se que apesar dos grandes desníveis apresentados entre as rendas estaduais em 1964, esses desníveis vinham apresentando uma redução paulatina desde 1950.

Para o intervalo de tempo transcorrido entre meados de 1960 e final da década de 1990, constatou-se a existência de dois momentos distintos: até o início da década de 1990, os estados detentores de níveis menores de renda em 1950 mantêm ritmo de crescimento mais elevado, gerando, conseqüentemente, uma tendência à redução do hiato entre esses estados e aqueles que em 1950 detinham uma maior parcela da renda nacional. A partir da década de 1990, constata-se um arrefecimento desse processo e nesse momento os indicadores de desigualdade apresentam-se estáveis.

A discussão das desigualdades nos gastos estaduais em investimento até 1964 deixou evidente que, no período de tempo transcorrido entre 1950 e 1964, há uma tendência crescente dos seus indicadores de desigualdades tanto no contexto regional como estadual. Ao discutir os efeitos dos gastos em consumo nos níveis de renda, ficou demonstrado, através do coeficiente de correlação e da elasticidade, que os desembolsos estaduais em investimento foram relevantes na determinação dos níveis de renda vigentes nos Estados e Regiões da economia brasileira ao longo desse período.

Quando o foco constituiu os efeitos dos investimentos estaduais, nas taxas de crescimento das rendas dos estados, os investimentos estaduais foram importantes para explicar o crescimento das rendas agregadas e *per capita* dos estados brasileiros ao longo do período de 1950/1964. Entretanto, quando o nível de renda inicial é introduzido em um modelo de regressão que incorpora os investimentos estaduais como variável independente e a taxa de crescimento da renda como variável dependente, para verificação da manutenção de convergência, os modelos não são estatisticamente significantes.

No que se refere aos gastos em consumo dos governos estaduais, até 1964, os mesmos apresentaram uma maior oscilação nos indicadores de desigualdade, mas com uma tendência crescente até o início da década de 1960 e declínio nos anos finais da primeira metade dessa década. Ao analisar os efeitos dos gastos em consumo nos níveis de renda dos estados, constatou-se, de forma similar aos investimentos, que eles foram relevantes tanto no âmbito estadual como regional para a determinação das rendas vigentes até 1964.

Ao discutir a importância do consumo na determinação do ritmo de crescimento apresentado pelas economias brasileiras até 1964, concluiu-se que eles não são estatisticamente aceitos como importantes para explicar as taxas de crescimento das rendas estaduais. Entretanto, ao incorporar o nível de renda em 1950 como variável independente

adicional verifica-se melhora no modelo de regressão, e as variáveis de consumo passam a apresentar-se como significantes, ou seja, a incorporação dos gastos em consumo mantém o processo de convergência verificado entre as economias estaduais ao longo do período em foco.

Ao discorrer sobre os gastos estaduais em investimento ao longo do período de 1965 a 1999, os indicadores de desigualdades evidenciaram que no contexto regional há uma relativa constância dos desníveis dessa variável; mas no âmbito dos estados as oscilações foram mais expressivas. Entretanto, os gastos em investimento são relevantes para explicar os níveis de renda tanto regional como estadual ao longo do período em estudo.

Na análise dos efeitos dos gastos em investimento na determinação do ritmo de crescimento das economias estaduais, observa-se que o mesmo não foi aceito como estatisticamente diferente de zero ao nível de significância de 5%.

Com relação aos gastos em consumo no período de 1965/1999, constatou-se que seus indicadores de desigualdades mantiveram-se estáveis até o final da primeira metade da década de 1980. Ao longo da referida década esse fator sofre oscilações e volta a aumentar no final da década de 1990. A evolução apresentada é válida tanto para os Estados como para as Regiões.

Ao analisar a influência dos gastos em consumo nos níveis de renda, constatou-se que tais desembolsos apresentaram uma forte ligação positiva com as rendas regionais e com as estaduais ao longo do período de 1964/1999. Entretanto, seguindo o mesmo comportamento do investimento, tem-se que os gastos estaduais em consumo no período de 1964 a 1999 não se apresentam como relevante para explicar a taxa de crescimento das rendas estaduais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Marcelo Paiva (org.); Marcelo de Paiva Abreu et alli, A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989; Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- AGUIRE, Antônio, “ A Convergência do PIB Per Capita das Regiões e Estados Brasileiros: Testes de Cointegração e Implicações”, Revista Econômica do Nordeste, vol. 29,nº especial, pág. 537-554, julho, 1998.
- ALMEIDA, Manoel Bosco de e SILVA, Almir Bittencourt da, “Estado do Ceará : Uma Análise do Desempenho Econômico Financeiro Recente, 1990-1996”, Revista Econômica do Nordeste, vol. 31, nº 4, pág. 1060-1078, out-dez,2000.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de, “ Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?” in: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento(Federalismo Brasil), (vários), São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de, “ Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional”, Revista Econômica do Nordeste, vol. 30, nº 2, abril – junho, 1999.
- AZZONI, Carlos R.; “ Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: Análise a Partir de Séries Históricas Estaduais de PIB, 1939-1995”, Estado e Economia, pág. 341-393, vol. 27, set-dez, São Paulo,1997.
- AZZONI, Carlos R., “ Crescimento Econômico e Convergência das Rendas Regionais: O Caso Brasileiro a Luz da Nova Teoria do Crescimento”, Anais da ANPEC, pág. 185-205, Florianópolis,1994.
- AZZONI, Carlos R., “Regional Income inequalities by income class in Brazil: is inequality higher among rich or poor people?”, Revista Econômica do Nordeste, págs. 586-595,vol. 30, dezembro, Fortaleza, 1999.
- AZZONI, Carlos R.; “ Desigualdade Pessoal de Renda nos Estados e Desigualdade de Renda entre Estados no Brasil - 1960,1970,1980 e 1991”, Pesquisa e Planejamento Econômico, pág. 251-278, vol. 27, agosto, Rio de Janeiro, 1997.
- BAER, Werner , A Economia Brasileira; trad. Eite Sciulli, 2ª ed, São Paulo, Nobel, 2002
- BARDHAN, Kalpana e KLASSEN, Stephan, “ UNDP’S Gender-Related Índices: A Critical Review”, World Development, vol 27, pág. 985-1010, junho, 1999.
- BARRO, Robert e XAVIER, Sala-I-Martin, “ Convergence across States and Regions”, Brookings Papers on Economic Activity, nº 1, 107-158, 1991.
- BARRO, Robert e XAVIER, Sala-I-Martin, “ Convergence”, Journal of Political Economy, n
- BARRO, Robert e XAVIER, Sala-I-Martin, Economic Growth, McGraw-Hill, Inc, London, 1995.
- BARRO, Robert J., “ Determinants of Economic Growth”- A Cross-Country Empirical Study, MIT Press, Cambridge, 1997.
- BARRO, Robert J., “ Economic Growth in a Cross Section of Countries”, The Quarterly Journal of Economics, pg. 407-443, vol. CVI, maio, 1991.

- BARROS, Alexandre Rands, “Some Implications of New Growth Theory for Economic Development”, Journal of Internacional Development, vol.5, nº5,1993.
- BRASIL – CONGRESSO NACIONAL, Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, Relatório Final da Comissão Mista sobre o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, Brasília, mimeo, 1993.
- BUARQUE, Sérgio C., LOPES, Antero Duarte e ROSA, Teresa Cativo, “ Integração Fragmentada e Crescimento da Fronteira Norte” in Desigualdades Regionais e Desenvolvimento(Federalismo Brasil), (vários), São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CANO, Wilson, “ Concentração e Desconcentração Regional no Brasil: 1970/95, Economia e Sociedade, Campinas, (8): 85-100, jun,1997.
- CARNEIRO, Ricardo, “ Crise, Ajustamento e Estagnação: A Economia Brasileira no Período 1974-89”, Economia e Sociedade, IE-UNICAMP, nº 2, agosto, 1993.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Estatísticas Básicas - Contas Nacionais do Brasil-atualização, pág. 91-111,setembro, 1971.
- DAS, Sandwip Kumar e BARUA, Alokesh, “ Regional Inequalities, Economic Growth and Liberalisation: A Study of the Indian Economy”, Journal of Development Studies, pág. 364-390, vol. 32, nº3, fevereiro, 1996.
- ELLERY JÚNIOR, Roberto de Goes e FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes, “Crescimento Econômico e Convergência entre a Renda dos Estados Brasileiros”, ANAIIS do XVI Encontro Brasileiro de Econometria - Sociedade Brasileira de Econometria (SBE), pág. 265-286, Florianópolis, 1994.
- ELLERY JÚNIOR, Roberto de Goes e FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes, “Convergência Entre a Renda Per-Capita dos Estados Brasileiros”, Revista de Econometria, vol.16, nº 1, pág. 83-104, abril, 1996.
- ESCOBAL, Javier e TORERO, Máximo, “ Does Geografpy Explain Differences in Economic Growth in Peru?”, julho, 2000.
- ESQUIVEL, Gerardo, “ Geografia Desarrollo Económico en México”, abril,2000.
- FERREIRA, Afonso Henrique Borges e DINIZ, Clélio Campolina, “Convergência Entre as Rendas Per Capita Estaduais no Brasil”, Texto para Discussão/CEDEPLAR/UFMG, nº 79, Belo Horizonte, 1994.
- FERREIRA, Afonso Henrique Borges, “A Distribuição Interestadual da Renda no Brasil, 1950-85”, Revista Brasileira de Economia, vol. 50, nº 4, pág. 469-485, outubro/dezembro, 1996.
- FERREIRA, Pedro C. , “ Perspectivas de Longo Prazo da Economia Brasileira: Uma Análise Exploratória”, Ensaio Econômicos EPGE, nº 290, outubro, 1996.
- FURTADO, Formação Econômica no Brasil, 4ª ed., Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.
- GALINDO, Osmil e SANTOS, Valdeci Monteiro dos, “ Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional” in: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento(Federalismo Brasil), (vários), São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- GIACOMINI, James, Orçamento Público,8ª ed., Atlas S.ª, São Paulo, 1998.

- GIAMBIAGI, Fábio, “ Cenários para as Contas Públicas: 1996/2002”, Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 26, nº 2, págs. 277-306, agosto, Rio de Janeiro, 1996.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo, “ Desigualdades Regionais e Federalismo in: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento(Federalismo Brasil), (vários), São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- HADDAD, Paulo R., “ A Experiencia Brasileira de Planejamento Regional e suas Perspectivas”, A Política Regional na Era da Globalização, Fundação Konrad- Adenauer-Stiftung, 1996.
- HOFFMANN, Rodolfo, “ O Índice de Desigualdade de Theil-Atkinson”, Econometria, vol. 11, nº 2, pág. 143-160, novembro, 1991.
- HOFFMANN, Rodolfo, Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ISLAM, Nazrul, “ Growth Empirics: A Panel Data Approach”, Quartely Journal of Economics, pág. 1127-1170, novembro, 1995.
- LEVINE, Ross e RENELT, David, “A Sensitivity Analysis of Cross-Country Growth Regressions”, American Economic Review, vol. 82, nº 4, pág. 942-963,1992.
- LUCAS, Robert, “On Mechanics of Economic Development”, Journal of Monetary Economics, 22:3-42, 1988.
- MANKIW, N. Gregory, “ The Growth of Nations”, Brookings Papers on Economic Activity, 1995.
- MANKIW, N. Gregory; ROMER, David e WEILL, David N.; “ A Contribution to the Empirics of Economic Growth”, The Quartely Journal of Economics, pág. 407-435, maio, 1992.
- MONTEIRO NETO, Aristides e GOMES, Gustavo Maia, “ Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação”,Revista Econômica do Nordeste, vol. 30, nº especial, pág. 856-875, dezembro, 1999.
- PORTO JÚNIOR, Sabino da Silva, “ Convergência e Dinâmica de Crescimento dos Estados Brasileiros – 1970-95”,Texto para Discussão UFRGS, nº 01/99, janeiro, 1999.
- PORTUGAL, Marcelo Savino e SOUZA, Nali de Jesus, “Fatores de Crescimento da Região Sul 1960-1995”, Texto para Discussão/UFRGS, nº98/06, julho, 1998.
- RAY, Debraj, Development Economics, Princeton University Press, United Kingdom, 1998.
- ROMER, Paul, “Endogenous Technological Change”, Journal of Political Economy, 98(5): s71-s102, 1990.
- ROSSI, José W., Índice de Desigualdade de Renda e Medidas de Concentração Industrial – Aplicação a Casos Brasileiros, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- SALA-I-MARTIN, Xavier X., “ The Classical Approach To Convergence Analysis”, The Economic Journal, vol. 106, nº 437, pág. 1019-1036, julho, 1996.
- SILVA, Antonio Braz de Oliveira et all, “Produto Interno Bruto por Unidade da Federação”, IPEA, Texto Para Discussão Nº 424, Brasília, maio,1996
- SILVEIRA NETO, Raul da Mota, Convergência e Dinâmica Regional da Produtividade do Trabalho: Fontes Setoriais e Mudanças Estruturais, Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2000.

- SOUZA, Nali de Jesus., “ Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil”, Análise Econômica, pág. 29-59, março, 1993.
- TEMPLE, J., “ The New Growth Evidence”, Journal of Economic Literature, vol. XXXVII, março, pág. 112-156, 1998.
- TORRES, Fábio Sanches e MÉNDEZ, Jairo Núñez, “Geography and Economic Development in Colômbia: A Municipal Approach”, junho, 2000.
- ZACKSESKI, Nelson Fernando e RODRIGUES, Maria Lélia Octaviano Ferreira, “ Uma Aproximação á Atual Política Regional no Brasil”, Texto para Discussão IPEA, nº 694, Brasília, 1999.